

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Vitor Augusto Ahagon

A trajetória militante de Adelino de Pinho: passos
anarquistas na educação e no sindicalismo

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Vitor Augusto Ahagon

A trajetória militante de Adelino de Pinho: passos
anarquistas na educação e no sindicalismo

Dissertação de mestrado à
Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo.

Área de concentração:
História Social

Orientadora: Antonia Terra de Calazans Fernandes

São Paulo
2015

AHAGON, Vitor Augusto. *Trajetória militante de Adelino de Pinho: passos anarquistas na educação e no sindicalismo*, São Paulo, FFLCH / USP, 2015.

Dissertação apresentada à
Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas para a
obtenção de título de mestre
em História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Agradecimentos

Agradeço,

À Masatake e Miriam Ahagon por terem me dado o apoio necessário para enfrentar as dificuldades que me foram apresentadas na vida.

A Paulo e Bárbara Ahagon que me ensinaram como viver, apesar dos conflitos, de maneira coletiva.

A Dona Eva, seu Vicente, Patrícia, Simone, Gilberto e Juliana que ajudaram a formar a pessoa que sou hoje.

A minha orientadora Antonia Terra que me guiou pelos caminhos da escrita da história ensinando-me, mais uma vez, o ofício do historiador.

Aos amigos e companheiros Adriano, Allan, Alexandre Samis, Clayton, Cris, Edu, Gabi, Giu, Mix, Rodrigo, Tiago Lemos e Thali que sem as conversas e o auxílio – intelectual e emocional – não poderia ter concluído este trabalho.

A Daniel Falkemback por ter me aguentado em horas de desespero.

A Renata Santarem por ter ajudado a me acalmar nos momentos de angústia e a escrever sobre o movimento anarquista e a educação na Europa.

Aos grupos e coletivos Biblioteca Terra Livre, Biblioteca Carlo Aldegheri, Ativismo ABC e Centro de Cultura Social de São Paulo, por preservarem a memória do anarquismo no Brasil e no mundo.

Aos integrantes do grupo de estudos de “Educação e Anarquismo”, pois sem as pesquisas que fizemos nunca teria encontrado Adelino.

Aos amigos de todas as horas Vinícios que por noites adentro debatemos a história e Pedro, que me fez relaxar nos momentos necessários.

A Tatiana Azevedo por sempre ter me incentivado a escrever esta dissertação e por me fazer entender um pouco melhor a mim mesmo.

Aos historiadores, historiadoras, educadores e educadoras que me ajudaram a compreender a história do anarquismo.

Aos militantes anarquistas do passado que nos legaram sua história e que agora aprendemos com ela.

Resumo

AHAGON, Vitor Augusto. *Trajetória militante de Adelino de Pinho: passos anarquistas na educação e no sindicalismo*, São Paulo, FFLCH / USP, 2015.

Procurando investigar a trajetória militante do anarquista Adelino de Pinho, utilizamos como fio condutor suas experiências e reflexões acerca da educação e do sindicalismo no Brasil. A pesquisa percorre as três primeiras décadas do século XX até o ano de 1937, quando os movimentos revolucionários foram desmantelados pelo Estado Novo. Foram abordadas as relações dos anarquistas com a educação e a formação das tendências clássicas do anarquismo. Buscamos verificar como o anarquismo fincou raízes no movimento operário brasileiro e como, nos congressos da Confederação Operária Brasileira, a educação foi vinculada à luta sindical. Por fim, diminuindo a escala de investigação, nos voltamos para Adelino de Pinho, perscrutando suas posturas sobre a educação, a Revolução Russa e o sindicalismo revolucionário.

Abstract

AHAGON, Vitor Augusto. *Adelino de Pinho's militant pathway: anarchist steps on education and syndicalism*, São Paulo, FFLCH / USP, 2015.

This project investigates the trajectory of anarchist militant Adelino de Pinho through his experiences and reflections on education and labor unions in Brazil. The research covers the first three decades of the twentieth century up until 1937, when the Estado Novo - an authoritarian government that overtook the democratic state for the eight following years - suppressed revolutionary and social movements. The influence of Brazilian anarchism on education and the formation of classical anarchist thought are part of this debate. Yet, the main focus is to demonstrate how anarchism influenced the Brazilian labor movement and how education was central to the agenda of the congresses promoted by the Brazilian Labor Confederation. Finally, the research hones into Adelino de Pinho and his views on education, the Russian Revolution and Syndicalism.

Sumário

Agradecimentos

Resumo

Abstract

Introdução	1
Capítulo 1 – O Movimento Anarquista e a Educação	6
1.1. A Internacional, Paul Robin e o orfanato de Cempuis	7
1.1.2. Bakunin e a Instrução integral	14
1.1.3. Paul Robin, Mikhail Bakunin e a tradição coletivista	18
1.2. Kropotkin e o ensino anarco-comunista	20
1.2.2. Comunismo Libertário: Ciência e Educação	25
1.2.3. Francisco Ferrer e seu debate com Ricardo Mella	29
1.3. A educação e o movimento operário francês: As Bolsas do Trabalho	38
1.3.2. Anarquismo e Organização	45
1.4. A Colmeia, uma experiência radical de liberdade e solidariedade	49
Capítulo 2 – Trajetórias educacionais anarquistas no Brasil	59
2.1. O Movimento operário e anarquista	60
2.2. O papel da educação no movimento operário e anarquista	77
2.3. Os impressos anarquistas	93
2.3.2. A Lanterna e as ideias anticlericais dos anarquistas no início do século XX	96
2.3.3. A Plebe e o sindicalismo no Estado Novo	101
2.3.4. A Voz do Trabalhador e o debate sobre a atuação anarquista no sindicato	109

Capítulo 3 – A Trajetória militante de Adelino Tavares de Pinho	125
3.1. As repercussões das ideias de Francisco Ferrer y Guardia	126
3.2. As Escolas Modernas de São Paulo	134
3.3. Os impactos da Revolução Russa na militância anarquista	157
3.4. A autonomia operária	169
Considerações finais	182
Fontes	185
Bibliografia	186

Introdução

Se outrora a ciência dedicava-se a estudar os grandes resultados e as grandes somas (as integrais, diria o matemático), hoje ela dedica-se, sobretudo, a estudar os infinitamente pequenos, os indivíduos de que se compõem essas somas, e das quais se acabou por reconhecer a independência e a individualidade, ao mesmo tempo que a sua íntima agregação.

Piotr Kropotkin¹

Em 2011, quando participava do grupo de estudos de “Educação e Anarquismo” da Biblioteca Terra Livre, estudamos a educação anarquista e a pedagogia libertária nas Escolas Modernas de São Paulo e suas experiências. Nessa ocasião, descobrimos que muitos trabalhos haviam sido feitos e, por conta do Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, diversas dissertações e teses foram produzidas sobre a vida e militância de João Penteado, professor e diretor da Escola Moderna n.1.

Naquela ocasião, percebemos que a figura de Adelino Tavares de Pinho, professor da Escola Moderna n.2, ficava à margem dessa discussão. Tendo em vista essa lacuna, começamos a vasculhar nos jornais anarquistas de então textos, artigos e informações sobre Adelino. Nossa surpresa foi grande quando notamos que ele havia colaborado imensamente com a imprensa operária e anarquista das primeiras décadas do século XX. Verificamos que Adelino havia militado não apenas quando da criação das Escolas Modernas, mas durante todas as décadas de 1910, 1920 e 1930 em São Paulo. Esta constatação nos levou a pesquisar mais a fundo sua militância, percebendo quais eram suas preocupações e interpretações acerca da educação, do sindicalismo e do anarquismo.

Diante dessa extensa trajetória militante, aproximadamente três décadas, sentimos que era necessário recorrer a aportes teóricos que ajudassem a pesquisar a vida de Adelino. Durante a pesquisa, nosso primeiro movimento foi o de verificar como os historiadores abordaram a questão das biografias.

A historiografia francesa, seguindo o paradigma da primeira geração da

1 KROPOTKIN, Piotr. Anarquismo, sua filosofia, seu ideal. Editora Imaginário, 2000, São Paulo.

Escola dos Annales, abordou a biografia como uma maneira de introduzir os indivíduos dentro de uma escala *comum a todos*, opondo-se às biografias positivistas que davam muita importância à *livre vontade* das grandes personagens da história. Lucien Febvre, ao produzir as biografias de Rabelais e Martin Lutero, procurou reduzir a autonomia das personagens ao inseri-las no contexto em que viveram e tratar esse contexto como limite para o *livre arbítrio* do indivíduo. Estas figuras não seriam nada mais que sua época lhes permitiu ser. Na década de 1960, a historiografia francesa passou por outra revisão, de onde nasceu a Nova História. Seguindo a tradição dos Annales, considerava que a biografia poderia servir como via de acesso para a compreensão de questões mais amplas, procurando

examinar, na dimensão da individualidade, e por dentro da narrativa, questões mais amplas da sociedade feudal, tais como as constituições de redes de vassalagem, as relações de poder, o papel da mulher e dos filhos nas famílias da nobreza, as concepções sobre a morte, entre outros aspectos. (SCHMIDT, p.173.,1996)

Perspectivas acerca da produção biográfica foram, da mesma forma, profundamente alteradas pela historiografia britânica, principalmente aquela produzida por Edward Palmer Thompson. Notamos, em sua produção, a preocupação em recuperar a dimensão subjetiva dos processos sociais ao ressaltar a capacidade da classe operária de se constituir nas *experiências* concretas enfrentadas por determinadas condições históricas. Segundo o historiador Benito Bisso Schimidt, Thompson ajudou os historiadores a construir um novo olhar sobre o indivíduo na medida em que abria “caminho para o resgate das experiências individuais como constitutivas do *fazer-se* da classe operária”. Portanto, a partir da compreensão da ação humana e de seus condicionamentos históricos, poderíamos entender a trajetória de indivíduos que possuíam aspirações válidas nos termos de sua própria experiência, ajudando a classe operária a construir sua consciência de classe.

Com o surgimento da micro-história italiana na década de 1960, a biografia, e por conseguinte como os historiadores lidaram com o indivíduo, foi retomada sob outra perspectiva. Sua “ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma

realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais”. Deixando de ser absolutamente condicionado por uma mentalidade, o indivíduo atuaria nas brechas e contradições dos sistemas normativos que os governavam. Para tanto, o olhar sobre o indivíduo solicitava uma *mudança de escala* que foi tida como um procedimento analítico para propósitos experimentais, onde “usam seus personagens como microcosmos dos problemas investigados” (LEVI, 1992, p135).

Quando nos deparamos com as problemáticas levantadas pelas historiografias francesa, inglesa e italiana, percebemos que as recentes produções biográficas se preocupam, primeiro, em ressaltar que independente de sua vontade o indivíduo estaria localizado dentro de um determinado contexto que, de certa forma, condiciona sua forma de enxergar o mundo. Em segundo lugar, o olhar que o historiador confere ao indivíduo busca muito mais explorar questões mais amplas acerca do contexto em que viveu do que necessariamente descrever os grandes feitos das personagens.

A procura por questões mais amplas fez com que os historiadores pesquisassem o tensionamento entre os indivíduos estudados e a sociedade em que estavam inseridos, percebendo que mesmo sendo condicionados pelo contexto estes indivíduos produziam, paradoxalmente, uma visão ao mesmo tempo específica e geral das questões que os rodeavam, como aquilo que o historiador Edoardo Grendi chamou de “excepcional normal” e que foi amplamente explorado por Carlo Ginzburg ao estudar o moleiro Menocchio e os processos inquisitoriais que lhe recaíram. Portanto, o estudo da biografia histórica explora a vida de pessoas comuns que, ao mesmo tempo, estão fora dos modelos pré-concebidos, fugindo dos esquemas tradicionais de análise. Assim, a nova maneira que os historiadores da micro-história italiana encontraram de produzir uma biografia não busca mais abordar, da mesma forma, a vida de grandes personagens da história nacional ou das igrejas, mas sim de verificar como os homens e as mulheres comuns enfrentavam questões que lhes eram colocadas pelo contexto em sua condição de classe subalterna.

Partindo dessas premissas, percebemos que não conseguiríamos fazer uma biografia de Adelino de Pinho, pois, apesar da procura incessante, não

conseguimos recolher informações que nos fornecessem detalhes de seu cotidiano, seu universo familiar ou outras relações fora da militância. Assim sendo, escolhemos estudar sua trajetória militante, centrando nossa atenção na educação e no movimento sindical das três primeiras décadas do século XX. Isso não significa que os aportes teóricos da historiografia não nos auxiliaram na pesquisa, pois os pontos levantados nos ajudaram a estudar a militância de Adelino sob o ângulo da educação e do sindicalismo. Como colocou Schmidt:

(...) visando romper com esta ideia de uma identidade individual unitária e imutável, diversos historiadores buscam capturar os personagens biografados a partir de múltiplos ângulos (...) aproximando-os da multifacetada existência concreta dos homens. (SCHMIDT, 1996, p.185)

A carência de fontes nos forçou a explorar apenas os aspectos educacionais e sindicais de Adelino, sendo tarefa das próximas pesquisas observar sob outros ângulos a vida desse militante anarquista que também foi homem, motorneiro, livreiro, pai, marido, amigo etc. As fontes que conseguimos recolher foram coletadas a partir dos periódicos anarquistas e operários, nos folhetos produzidos pelos militantes e nos prontuários do DEOPS.² As perguntas que nortearam o presente trabalho foram: Quais as experiências pedagógicas anarquistas que existiram e em que Adelino se inspirou? Como os anarquistas, o movimento operário e, especificamente, Adelino de Pinho, lidaram com a educação e o sindicalismo no Brasil? E, por fim, quais foram as mudanças e as permanências de Adelino de Pinho em sua militância na educação e no sindicalismo?

Procurando responder a tais perguntas, esse trabalho buscou, no desenvolvimento dos capítulos, verificar quais foram as condições da militância anarquista no Brasil, no sindicalismo e na educação durante o primeiro terço do século XX, tendo como fio condutor a trajetória de Adelino Tavares de Pinho. Para isso, no primeiro capítulo, abordamos, em linhas gerais, os projetos pedagógicos que antecederam Adelino e que foram colocados em prática. Neste mesmo

² Estes documentos podem ser encontrados no acervo da Biblioteca Terra Livre, Biblioteca Carlo Aldegheri, Biblioteca Social Fábio Luz, Centro de Cultura Social de São Paulo, Arquivo Edgard Leueunroth, Centro de Documentação e Memória da UNESP, Arquivo do Estado e no arquivo pessoal de João Penteado, localizado no Centro de Memória e Documentação da FEUSP. Todas as citações dos documentos originais preservaram a grafia original da época.

capítulo, buscamos relacionar esses projetos às correntes anarquistas que se desenvolveram ao longo do tempo, mostrando as mudanças e permanências de cada uma dessas tendências no contexto europeu.

No capítulo seguinte, investigamos como o anarquismo chegou ao Brasil e como foi absorvido pelos trabalhadores, tornando-se uma grande influência para o movimento operário brasileiro. Analisando as atas dos Congressos Operários Brasileiros verificamos como o conjunto da classe operária encarava a questão da educação e quais seriam seus objetivos, comparando-os às apreciações de Adelino ao relacionar movimento operário e educação. Reservamos, também, um espaço para estudar alguns dos debates travados na imprensa anarquista e operária, como em *A Lanterna*, *A Plebe* e *A Voz do Trabalhador*, buscando compreender quais seriam as discussões acerca do anticlericalismo e do sindicalismo, amplamente exploradas por Adelino de Pinho.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, direcionamos nossa atenção à figura de Adelino de Pinho, explorando as representações que os anarquistas e Adelino fizeram da figura do educador catalão Francisco Ferrer y Guardia, sua atuação na Escola Moderna n.2 de São Paulo, os reflexos da Revolução Russa na militância anarquista e, também, como, em um contexto de repressão e disputa, Adelino encarava a questão do movimento operário e sua autonomia em relação à Igreja, ao Estado e aos partidos políticos.

Esperamos que esta dissertação possa jogar um pouco mais de luz na figura de Adelino Tavares de Pinho e que possa inspirar futuros trabalhos a pesquisarem a vida desse e de outros militantes anarquistas sob os aspectos da educação, do sindicalismo e de muitos outros ângulos que aqui não foram explorados.

CAPÍTULO 1
O Movimento Anarquista e a Educação

1.1. A Internacional, Paul Robin e o orfanato de Cempuis

A educação esteve, desde sua gênese, presente nas decisões e propostas político-pedagógica socialistas. Mas, para os anarquistas essa foi uma questão fundamental. Na Internacional, por exemplo, ela foi discutida desde seu primeiro congresso. Nos dois primeiros, realizados em 1866 e 1867, o tema não teve tanta visibilidade quanto no terceiro em Bruxelas em 1868, mas já naquele momento a educação se encontrava dentro das preocupações de algumas seções, principalmente entre os delegados franceses e suíços, de forte influência proudhoniana. Para esses delegados a emancipação completa do operariado não se restringia apenas à esfera econômica, mas também à cultural e científica, por meio de um significativo desenvolvimento da instrução e da educação.

No segundo congresso, em Lausanne, os delegados das seções da Internacional abordaram o ponto da educação das crianças, de seu desenvolvimento integral e da liberdade de ensino. Naquele contexto, foi dada maior atenção à problemática da educação ligada à produção industrial, com a elaboração de um projeto de escola-oficina, tendo como objetivo propiciar ao aluno uma visão total do modo de produção. O projeto deveria ser

concretizado em um lugar em que as exigências do trabalho encontram expressão e complementação naqueles intelectuais, em que a produção e a projeção tornam-se, realmente, dois momentos de um único processo formador. (LUIZETTO,1975)

Paul Robin, a pedido dos internacionalistas de Bruxelas, preparou um informe sobre o tema da educação. Naquela oportunidade, porém, o assunto não foi debatido, mas chegou a ser aprovada uma resolução que preconizava o ensino científico, profissional e produtivo, com a recomendação de colocar em estudo um programa de ensino integral, assim como a organização de escolas oficinas, eliminação de todo ensino religioso, adoção de uma língua universal e a execução de uma reforma ortográfica, no interesse da “unidade dos povos e da fraternidade das nações” (idem).

Também neste segundo congresso, se ratificou que a educação supostamente gratuita fornecida pelo Estado não tinha sentido, uma vez que todos os cidadãos e cidadãs estariam pagando pela educação ao pagar os impostos para

o Estado. Os trabalhadores da Internacional também colocavam que a educação fornecida pelo Estado não se tratava de uma verdadeira instrução, pois o ensino para as crianças se restringia apenas a alguns aspectos do conhecimento, desconsiderando o que para eles era o mais importante: *a formação de pessoas com espírito crítico e livre*. Para os internacionalistas

a formação para o Estado significa consentir uma pedagogia estatal, uma educação ideológica, uma formação que objetiva reproduzir os mesmos valores da classe dominante e habituar os jovens ao pensamento único e submisso. Ademais, também do ponto de vista econômico, a centralização produz apenas e exclusivamente a formação de uma classe de parasitas e a mutilação da liberdade de iniciativa e de gestão (CODELLO, 2007).

Caso a família não fosse capaz de garantir o estudo e a aprendizagem da criança, o Estado poderia substituí-la, porém não poderia prover, de forma alguma, aos alunos e alunas o doutrinamento religioso.

No terceiro congresso da Internacional, o informe sobre o ensino integral de Robin foi adotado:

o congresso, reconhecendo que é impossível, no momento, organizar um ensino racional, convida as diferentes seções para criar cursos públicos, segundo um programa de ensino científico, profissional e produtivo, para remediar, no que for possível, a insuficiência de instrução que os operários recebem atualmente. Entende-se que a redução das horas de trabalho é uma condição prévia indispensável. (LUIZETTO, 1979)

Como exposto por Luizetto, a resolução aprovada reconhecia ser impossível organizar um sistema de ensino no contexto daquela sociedade e, portanto, as seções da Internacional foram convidadas a difundir o conhecimento, científico e econômico, para procurar remediar o quanto fosse possível a insuficiência da instrução recebida pela classe operária. Entendia-se que a redução das horas de trabalho constituía a condição preliminar e indispensável de todo o sistema educacional efetivo.

Verificamos, então, que as ideias de Paul Robin foram fundamentais para a discussão sobre a educação no seio da Internacional, principalmente aquelas que concerniam à educação integral. Estas ideias foram postas em prática quando da nomeação de Robin como diretor do orfanato de Cempuis.

De origem burguesa, Paul Robin nasceu em três de abril de 1837, concluiu seus estudos secundários em Bordeaux e se preparou para empreender a função de educador na Escola Normal Superior. Nesta instituição, lecionou de 1861 a 1864, quando se chocou com a incompreensão e com o espírito burocrático de sua administração. Após esta experiência, emigrou para a Bélgica, tomando contato com as ideias socialistas e por conta de suas ações políticas se vê obrigado a se refugiar em Genebra, onde conheceu Bakunin. A partir de então suas ideias sobre a educação ganharam fortes feições libertárias.

Em 1870 refugiou-se em Londres e passou a integrar o Conselho Geral da Internacional, mas logo foi excluído por conta de sua postura antiautoritária e de suas relações com Bakunin. Aos poucos, se aproximou de Kropotkin e frequentou os irmãos Reclus, conhecidos por seus estudos em geografia, etnografia e por pertencerem à Fraternidade Internacional, organização fundada por Bakunin e seus companheiros. Foi durante esse período que Robin firmou, de um ponto de vista teórico, as ideias que tinha sobre a educação.

A chance de coloca-las em prática foi-lhe concedida graças à sua amizade com Ferdinand Buisson, ex-membro da Comuna de Paris, da Internacional e da Aliança bakuniniana, ao se tornar diretor do ensino primário do Sena. Ao lembrar-se da militância incansável de Robin, Buisson lhe propôs o cargo de inspetor de ensino primário de Blois. Paul Robin, novamente sufocado com os entraves de seu trabalho, solicitou a direção de um estabelecimento de ensino e no ano de 1880 tornou-se diretor do orfanato de Cempuis, onde aí sim, apesar das dificuldades, experimentou os princípios da educação integral.

Cempuis era um orfanato que dependia financeiramente da prefeitura do Sena e de seu conselho geral. Ao ser nomeado para o cargo de diretor, apresentou o programa de sua ação que logo foi adotado. O número das crianças oscilou entre 130 a 180 e seu diretor tinha uma relativa autonomia. A idade máxima para a admissão era de seis anos, tendo em vista a crença de Robin que as crianças mais

velhas corriam o risco de não se adaptarem ao ambiente escolar. A grande maioria delas vinham com a idade de quatro a cinco anos e até sete anos recebiam uma educação de tipo maternal. Até os doze anos, durante o ensino elementar, praticavam o “borboleteamento”, atividade na qual as crianças frequentavam as mais diversas oficinas, desde marcenaria, passando à metalurgia e as atividades domésticas. Durante esse período, as crianças frequentavam as oficinas por aproximadamente duas horas, sendo que o resto do dia era partilhado entre a educação física e a educação intelectual. A partir dos doze anos, as crianças especializavam-se em algum ramo de ofício, exercendo o ensino profissional. Nesta aprendizagem, dedicavam cerca de três horas na atividade escolhida.

Um detalhe interessante, meninos e meninas recebiam uma educação idêntica e não era raro ver meninas na forja. Os professores eram em número de uma vintena, e sua gestão nem sempre se dava sem problemas. (RAYNAUD, 2014, p.31)

Por volta dos dezesseis anos, as crianças eram entregues à vida social, já possuindo um ofício para o mundo do trabalho, fazendo jus à compreensão de ser humano que balizava a educação de Robin. Para o anarquista e educador, o homem deveria ser considerado sob dois pontos de vista

como ser isolado, independente, completo por si só, e como membro da coletividade. Nenhuma destas duas maneiras de considerá-lo pode ser sacrificada por outra. Como ser distinto e completo, ele tem direito ao desenvolvimento de todas as suas faculdades; como membro da coletividade, ele deve contribuir com sua parte de trabalho íntegro e necessário. (ROBIN, 1989)

A pedagogia libertária, no sentido dado a Robin ³, possuía como intuito fazer com que as pessoas conseguissem desenvolver plenamente suas capacidades individuais para que se construísse outra sociedade, balizada em princípios antagônicos à sociedade capitalista em que viviam, ou seja, a educação tinha como função ajudar a construir um ser humano que estivesse isento tanto dos limites

³ Para Paul Robin, as primeiras ideias de Educação Integral foram originalmente formuladas, mas de maneira incompleta, por François Rabelais, quando fala de Ponocrates e seu aluno, e por Rousseau em Emílio. No entanto, tanto um quanto outro centraram suas preocupações na educação de uma única pessoa, sendo a Educação Integral uma ideia destinada a todo o conjunto da sociedade.

impostos pela autoridade do Estado e da Igreja, quanto pela exploração capitalista burguesa, onde pudessem criar relações livres e solidárias.

Para atingir estes objetivos, Robin buscou destrinchar as formas em que se dava a relação ensino-aprendizagem e o fez com base em sua experiência enquanto diretor de Cempuis, um espaço não só de formação de crianças e jovens, mas, também de experimentação das ideias e crenças sobre a educação que borbulhavam no seio do movimento anarquista da época.

Robin inicia seus apontamentos dissertando sobre o desenvolvimento infantil, o qual dividia em dois períodos. O primeiro chamou de período *espontâneo* e o segundo de período *dogmático*. O autor considerava que as crianças possuíam uma característica que lhes era natural, a curiosidade. Tal curiosidade era insaciável, sendo que o poder de assimilar o que descobriam era ilimitado. Todavia, apesar do impulso de buscar conhecer o desconhecido, alavancada pela curiosidade, a criança era incapaz de ater-se sobre uma única ordem de ideias e seguir seu desenvolvimento. Portanto, a criança, segundo Robin, era um sujeito ávido por conhecimento, mas que não conseguia ordenar de maneira racional, através da lógica de *causa e efeito*, o encadeamento de fatos e ideias.

Em determinado momento, por volta dos doze anos aproximadamente, as crianças após terem adquiridos numerosos fatos, sentem a *necessidade* de recomeçar e de completar seus estudos na ordem racional, sendo neste momento o início da sua educação dogmática. A partir de então, seria tarefa do educador estimular ao máximo essa curiosidade dirigindo-a somente em poucos casos, facilitando a satisfação mediante a organização do trabalho coletivo, que preparava o “espírito” para compreender, ao mesmo tempo, os detalhes e o conjunto.

Neste ponto, Robin criou uma série de mecanismos que buscavam estimular a curiosidade, primeiramente, e racionalizá-la, em seguida. Os primeiros exercícios propostos eram aqueles que estimulavam os órgãos dos sentidos.

Aqui, os cinco sentidos ganham uma dimensão extremamente importante no processo de aprendizagem do estudante na medida em que eram por eles que as crianças poderiam estabelecer contato direto com o mundo e desenvolver a capacidade inerente a todo conhecimento científico, a de observar. Robin, quando apresentou a questão da observação, não falava apenas que os educandos

deveriam retratar e reproduzir o que observavam pelos sentidos, mas também, e, inclusive, poderiam interpretá-lo a partir de suas referências, pois os elementos que os chamavam a atenção e a maneira como descreviam tais elementos, se transformavam em criação de uma realidade, e assim a apresentação desses elementos passava a ser não uma reprodução, mas a representação da realidade daquele que a descreve.

O uso de ferramentas auxiliares para a expansão dos sentidos foi tido por Robin como uma extensão do domínio daquela da observação. O emprego dessas ferramentas, tais como a lupa, o microscópio, os grafômetros e etc, faziam com que as crianças sentissem a necessidade da matemática, pois era através da utilização desses instrumentos que a criança buscava quantificar aquilo que se estava observando.

Outro fator importante para a educação integral de Robin era o ensino da educação física. Esse tipo de educação tomava aproximadamente um terço do tempo da criança quando de sua estadia no orfanato de Cempuis.

Em Cempuis, em 1885, praticava-se natação (na piscina da escola construída pelos alunos), ginástica (aparelhos, barra paralelas), boxe sem combate, esgrima, salto, escalada, corrida, lançamento e, inclusive, equitação...! (Ibdem)

Robin pensava que a saúde do corpo era condição primordial àquela do espírito. “A alimentação simples e variada era de base vegetariana, e a vida ao ar livre era desenvolvida ao máximo”, tudo isso em benefício do desenvolvimento higiênico do corpo.⁴

Outro ponto de extrema dedicação em seu ensaio foi a questão da linguagem, visto que era através dela que o educador se comunicava, transmitia e orientava seus conhecimentos aos estudantes. O autor cita o caso de M. Raoux, militante da Internacional, que no ano de 1867, apresentou no congresso de Lausanne a proposta de estabelecer uma ortografia racional e de um idioma internacional, o esperanto.

A realização prática deste último desejo, que aplaudimos, pertence ao futuro; mas o

⁴ A questão da higiene, assim como a valorização de um estudo racional e positivo, foi abordada e valorizada por muitos anarquistas que se debruçaram à educação.

problema da ortografia foi resolvido pelo [operariado] há muito tempo, já que ele não tem como o filho do rico cinco ou seis anos para dedicar ao seu estudo: não escreve a ortografia. Escreverá sem dificuldade quando não houver tanta diferença com a pronúncia. (Ibdem)

O problema da linguagem, portanto, foi tomado como um problema de classe, pois uma vez que os filhos dos trabalhadores não possuíam a oportunidade de visitar diversos países e aprender suas línguas, a língua e a ortografia utilizadas pelos trabalhadores deveriam acompanhar a flexibilidade de suas pronúncias, facilitando o diálogo entre esses mesmos trabalhadores. O que Robin sugere para resolver os problemas que se impunham à língua foi o uso da taquigrafia

dado que ao diminuir os signos amplia-se a presteza em detrimento da legibilidade, aumentando também a rapidez da escrita. Aprendidos estes signos, repetidos sem dificuldades depois de algumas horas de aplicação possível inclusive à criança pequena, lhes serão suficientes, ao princípio, para as suas diferentes comunicações ou para seus apontamentos pessoais. (Ibdem)

A partir de então, Robin se debruçou a explicar qual seria a forma que encontrou de compreender os discursos ao ouvi-los ou lê-los, assim como seria a melhor forma de falá-los e escrevê-los.

Estas quatro habilidades – a de ouvir, falar, escrever e ler – se conectavam de maneira fundamental à prática militante dos operários, pois uma vez que as ideias socialistas e anarquistas eram amplamente divulgadas em jornais, revistas, folhetos, meetings, palestras e etc., instrumentalizar os trabalhadores lhes mostrando como poderiam se apropriar de maneira mais eficaz dessas habilidades era possibilitar a difusão das ideias, práticas e organizações socialistas.

Finalmente, Robin explana sobre a imaginação. Seguindo a lógica das ciências positivas, ele reconhece que o papel da imaginação se tornaria cada vez menos relevante, porém também reconhece sua importância ao entender que ela proporcionaria

aos desgraçados alguns momentos de sonhos bonitos, que os farão esquecer a realidade de suas misérias; nas épocas de despotismo, proporciona aos apóstolos do

progresso véus engenhosos para adornar as ideias novas e fazer com que eles a aceitem pouco a pouco, graças a estes ornamentos

(...)

se levarmos em conta que a maioria das vezes a imaginação não produz mais do que uma nova combinação dos dados trazidos pela memória, será permitido acreditar que nossos alunos poderão encontrar, nos casos raros em que isto pode ainda ser útil, os recursos desta brilhante faculdade. (Ibdem)

A geração de Robin, inspirada mais pela objetividade do que pela subjetividade, pelo real do que pelo imaginário, não conseguiu ver na imaginação senão um mecanismo de fuga da realidade, mas ainda sim o autor nos indica que seria a futura geração àquela que conseguiria tanto ver o que eles não conseguiram, quanto poder falar o que não se consegue simplesmente se observar.

Cempuis foi fechada após uma intensa campanha perpetrada pela Igreja católica contra a coeducação de sexos e assim Robin foi destituído de seu cargo de diretor em 1894. Anos mais tarde, o velho educador internacionalista dizia o seguinte:

Primeiro na França, dei às crianças uma educação que as fizeram fortes fisicamente, e uma instrução, se não larga e profunda, baseada na realidade objetiva e irrefutável, e desenvolvi o espírito de observação e a capacidade de experimentação. Não fiz àquelas jovens inteligências a crítica de nossas decrépitas instituições, mas tampouco o elogio. É certo que sem haver pregado a eles esta crítica, a retidão dos sentidos e do juízo, fruto da educação distribuída, inspirava neles o ódio das imposturas e das atrocidades das instituições vigentes, lamentável vestígio dos séculos de erros que impedem o desenvolvimento da felicidade humana. Esse foi o meu crime. (Ibdem)

Robin cometeu suicídio no verão de 1912 por envenenamento. Segundo Antony, “foi seu último ato de autonomia que havia legitimado anteriormente em um artigo importante, fria e cientificamente intitulado *Technique du Suicide*” (ANTONY, 2011).

1.1.2. Bakunin e a Instrução Integral

Um dos grandes pensadores e defensores da instrução integral, exposta

acima no projeto de Robin, foi Mikhael Bakunin, que também bebeu em águas proudhonianas. Defendeu a ideia de que toda ato criativo e reflexivo não é autônomo perante ao acúmulo de tudo aquilo desenvolvido outrora pela humanidade.

Bakunin nasceu em um vilarejo próximo a Moscou em 1814 e, talvez, sua grandeza de pensamento sobre a educação esteja na capacidade “de reconduzir tudo aquilo que é exterioridade a uma dimensão individual, pura, direta, sem medições”. (CODELLO, 2007, p.108-109)

Em suas palavras:

Toda verdadeira filosofia, toda verdadeira religião devem vir do interior da alma, toda filosofia e toda religião que provêm do exterior e que não encontram uma repercussão na inteligência e no coração do homem são falsas; a filosofia e a religião não são, portanto, feitas para reprimir os movimentos passionais do homem, mas para direcioná-los, e essas não podem dirigi-los a não ser falando à sua inteligência e ao seu coração. (BAKUNIN, 2003, p 62)

Bakunin não foi um pedagogo e nem teve uma experiência na educação, tais como alguns de seus companheiros trazidos nesse texto. Pelo contrário, como nos diz Barrué, “encontrar-se-á, na obra de Bakunin, reflexões sobre a educação em vez da exposição de um projeto educativo sistemático”. Reflexões essas, é verdade, que foram a base de muitos projetos realizados posteriormente. Como nos diz ainda Barrué

uma pedagogia libertária nada mais é que um elemento de um projeto educativo libertário que deve estudar a relação da criança com a sociedade e com o Estado e responder a essas questões fundamentais que todo sistema de educação suscita: a que fins? Em benefício de quem? (BARRUÉ, 2003, p.12)

Buscando responder essas perguntas, Bakunin e outros militantes anarquistas estruturaram uma forte crítica à educação tradicional (religiosa ou laica), assim como a convicção de que outra educação seria um caminho para um novo ser humano, agente fundamental na derrubada do capitalismo e na construção

de uma sociedade livre e humanizada.

O socialismo libertário se difere essencialmente de outros socialismos, tal como o marxista, ao considerar a revolução como um processo e não um fim em si mesmo. O meio e o fim devem caminhar juntos, portanto para o anarquismo a utilização de um sistema autoritário de organização, tal como o estatal, mesmo sendo um Estado proletário, não estaria em consonância com o fim desejado; a liberdade política e econômica. Como parte desse processo revolucionário, estava a educação.

Encontramos em seu pensamento a crítica à educação tradicional. Esta, ao dividir o saber em teoria e prática, em manual e intelectual, de nada mais servia se não para legitimar sempre os privilegiados economicamente, pois estes gozavam do tempo necessário aos estudos. O saber manual, por sua vez, inferiorizado socialmente, caberia aos explorados.

Essa divisão, para Bakunin, cabia muito bem às necessidades de uma sociedade que para sua própria manutenção, necessitava de seres humanos compartimentados, aquém de suas potencialidades, pois se não se pensa criticamente e não se conhece o quanto se pode refletir, muito mais fácil é ser subjugado.

Porém, essa educação da potencialidade não poderia ser responsabilidade de um pequeno grupo – a vanguarda revolucionária –, mesmo que este fosse comprometido com a revolução, pois em um momento de descuido ou talvez pela própria natureza do poder, como nos dizia Bakunin, esse grupo possuiria em suas mãos todas as ferramentas para controlar os demais.

Segundo Bakunin, ao se referir, aqui, sobre os socialistas burgueses:

Fazem-me rir esses bons socialistas burgueses que sempre bradam: “Primeiro demos instrução ao povo e depois emancipemo-lo”. Nós dizemos o contrário: que primeiro se emancipe e se instrua por si mesmo. Quem instruirá o povo? Vocês? Claro que vocês não o instruirão. Vocês o envenenarão tentando inculca-lhes todos esses preconceitos religiosos, históricos, políticos, jurídicos e econômicos que garantam a existência de vocês contra o povo, vocês que, ao mesmo tempo que matam a inteligência do povo, debilitam sua legítima inclinação, a sua vontade. Vocês deixam que o povo se esgote com o seu trabalho cotidiano e em sua pobreza e então dizem ao povo: “Instruam-se!” Gostaríamos de ver como vocês instruem o

povo e seus filhos depois de 13, 14 ou 16 horas de trabalho embrutecedor, com a miséria e a incerteza do amanhã como única recompensa. (BAKUNIN, 2003, p.93)

Tal colocação nos incita algumas questões: a primeira é o cuidado que se deve ter com as infinitas propostas de uma educação alternativa, integradora do ser humano, mas preconizada por uma classe que não almeja na educação a transformação radical da sociedade, como preconizava Bakunin. Sendo assim, o limite de uma educação para a liberdade se encerra na medida em que esta não se propõe a total liberdade econômica de todos os seres humanos.

Outra questão, que nos incita a um debate mais acalorado, está a crença inabalável da impossibilidade de uma educação verdadeiramente integral na sociedade capitalista.

Antes, talvez seja importante elucidar o que se propõe por instrução integral: ressalta-se a educação integral⁵ como uma proposta de, como nos disse Bakunin, reconciliar a ciência e a vida. Esta reconciliação estaria na necessidade de uma educação que desenvolvesse, conjuntamente, as habilidades manuais e intelectuais do ser humano, onde todos sejam detentores do conhecimento científico, racional e artístico produzidos pela humanidade até então e do conhecimento necessário à produção material daquilo que nos é importante para a reprodução da vida. “Disto se deduz que, no interesse do trabalho e da ciência, não deverão existir nem operários nem intelectuais, mas tão somente homens”. (Idem, p. 70)

A partir daí, travamos contato com a questão colocada, a de que para Bakunin, essa educação não seria possível na sociedade em que viveu. E isto, sobretudo, pela condição que obriga àqueles detentores do saber manual uma rotina exaustiva e alienada e àqueles detentores do saber intelectual, o gozo do privilégio. Como nos pergunta o revolucionário russo:

os instrutores, os professores, os pais, todos são membros desta sociedade e estão mais ou menos embrutecidos e desmoralizados por ela. Como é que iriam dar aos alunos aquilo que a eles mesmo falta?! (Ibdem, p. 92)

Evidentemente, essa condição no contexto do século XIX não significaria a

⁵ Questão abordada nas cartas conhecidas como Instrução Integral, como parte do periódico L'Égalité (fundado em Genebra, em janeiro de 1869, pela Federação românica da Internacional.

ausência da necessidade de ações e projetos educativos que vislumbrassem a liberdade e formação objetivada, porém entendendo o seu limite no mundo que a cerca e a forma, em constante diálogo entre o indivíduo e o meio.

Exposta também no fragmento acima, as ideias de vontade e inclinação serão bastante presente no pensamento de Bakunin.

Desmistificando o livre-arbítrio, ao considerar a relevância do meio social sobre a formação e vontade do indivíduo, Bakunin não exclui a ideia de que o ser humano, ao longo de um processo de formação social e historicamente constituído, encontrará caminhos e ofícios que lhes sejam mais atraentes do que outros e, à estas potencialidades individuais, a educação deve propiciar livre acesso e desenvolvimento.

“A liberdade individual, não a privilegiada, mas sim a humana, e as capacidades reais das pessoas, não poderão desenvolver-se plenamente a não ser em condição de absoluta igualdade” (Ibdem, p. 60) e apesar de ressaltar o limite imposto à educação na sociedade de então, Bakunin nos coloca a crença no ser humano, na sua capacidade de conhecer de a si e o mundo que o cerca e, portanto, na crença em um processo educativo libertador e criativo.

1.1.3. Paul Robin, Mikhail Bakunin e a tradição coletivista

Tanto Paul Robin quanto Mikhail Bakunin desenvolveram suas ideias, políticas e pedagógicas, no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores. Esta organização, logo em seus primeiros anos foi fortemente influenciada pelas ideias de Pierre-Joseph Proudhon,⁶ e os militantes que seguiram suas ideias foram chamados de *mutualistas*. Podemos dizer que os mutualistas foram os primeiros socialistas libertários, ou antiautoritários, e se caracterizaram

6 Proudhon foi o primeiro pensador socialista a se autoproclamar anarquista no sentido positivo e construtivo. Bakunin foi considerado “o pai do anarquismo” por Barué no sentido daquele que deu as bases filosóficas, políticas, estratégicas e organizacionais para o movimento político e social que, posteriormente à sua morte, se chamará de anarquista. Inclusive, Bakunin utiliza o termo anarquismo ou anarquista de maneira muito diversa e, por vezes contraditória, ora no sentido positivo, de organização e liberdade, ora no sentido, de caos e bagunça. Para designar sua postura política utilizará do termo “socialista libertário”. Para ver mais sobre o uso do termo anarquismo em Bakunin ver artigo de René Berthier “O emprego do termo 'anarquia' em Bakunin” na Revista da Biblioteca Terra Livre, ano 1, n.1, 1 semestre de 2014, acessível em <http://revistabl.noblogs.org>.

pela organização de unidades produtivas – campos, fábricas e oficinas – sob o controle dos trabalhadores. As 'mutualidades' geridas por conselhos de produtores livremente escolhidos deveriam substituir o governo na sua forma exclusivamente política, o Estado. Tal estratégia pressupunha que, ainda antes da liquidação violenta da velha ordem, caberia organizar os trabalhadores na sua auto-organização, a gestão operária, sem a qual a nova sociedade não se fundaria sobre bases sólidas. Para os mutualistas já era possível enxergar a revolução nos atos autônomos dos produtores. Cabe ainda dizer que defendiam a centralização econômica, o controle operário e camponês da produção, como corolário material do federalismo político.(MALATESTA, 2014, p.39)

Partindo das premissas da tradição mutualista os socialistas anti-autoritários, atualizados pelos tempos de insurrecionalismo da Europa do segundo terço do século XIX, começam a gestar uma outra tendência política no interior da Internacional, o *coletivismo*. A partir dos congressos da Internacional dos anos de 1868, 1869 e 1871, ou seja, quando Bakunin já havia aderido à organização, esta corrente socialista libertária começa a ganhar espaço e

parte importante do mutualismo proudhoniano converteu-se ao coletivismo. Figuras como o mutualista-coletivista belga César De Paepe, os franceses Louis Eugène Varlin (importante internacionalista para a história da Comuna de Paris), Benoît Malon e Paul Robin foram fundamentais para consolidar esse deslocamento. (Idem)

Assim sendo, o coletivismo não negava o mutualismo. Podemos dizer, então, que o coletivismo, partindo de uma condição histórica de ruptura radical da sociedade europeia, confere novos sentidos aos princípios já formulados pelos mutualistas, como o de organização e federalização de unidades produtivas pelos próprios trabalhadores, a autogestão, e sua consequente centralização econômica, sem perder de vista a necessidade da revolução social. O universo pensado tanto por mutualistas, como por coletivistas centrava-se, portanto, a partir da ótica do *trabalho* e como pudemos ver nos escritos de Robin e Bakunin, a educação e o trabalho andavam de mãos dadas e de maneira inseparável.

O cerne da educação e instrução integral era, justamente, atrelar o trabalho

intelectual com o trabalho manual. Se ambos os trabalhos estavam divididos na sociedade burguesa, aumentando as desigualdades, inclusive, econômicas, era tarefa desses militantes educadores juntar o que havia sido separado, uma vez que em sua origem caminhavam juntas, como veremos em Kropotkin mais tarde. Os coletivistas ao observarem que na sociedade capitalista o patrão, o governante, os padres, ou seja, toda a figura que ocupava alguma posição de poder, expropriava do trabalhador parte significativa de seu trabalho, que Marx nomeou de “mais-valia” e antes dele Proudhon chamou de “erro de cálculo”, cunharam um princípio que se expressava na seguinte frase: *quem não trabalha, não come!* E a consequência lógica desta assertiva era a de que, antes, durante e depois do período revolucionário cada trabalhador deveria receber segundo o seu próprio trabalho, em justos termos.

Todavia, Max Nettlau, considerado por Rudol Rocker como o “Heródoto da Anarquia”, fez a seguinte ressalva:

Não devemos esquecer que o coletivismo anarquista, ao garantir a cada um o produto inteiro de seu trabalho, não significava para seus partidários uma repartição estritamente avaliada em função da qualidade de trabalho de cada um. O produto integral foi compreendido sem dedução do lucro capitalista nem das despesas do Estado. A associação, o grupo, ou qualquer outra unidade teria decidido sobre a maneira de repartição do produto, repartição que teria podido se fazer tendo por base fosse a hora de trabalho ou do salário igual (proposto por Bakunin), fosse segundo as necessidades de cada um. A identificação do coletivismo com um novo salariedade constituía um erro (NETTLAU, 2008)

Por razão da centralidade da questão do trabalho na visão coletivista, a educação ganhará uma nova dimensão. E com o surgimento, em fins do século XIX e começo do século XX, do anarco-comunismo, ou comunismo libertário, a educação e o próprio anarquismo sofrerão novas transformações.

1.2. Kropotkin e o ensino anarco-comunista

De dois a sete de setembro de 1872, foi realizado em Haia o quinto

Congresso da Internacional. Este congresso foi marcado pela expulsão de Mikhail Bakunin, James Guillaume e outros coletivistas da Internacional, e a partir de então foram formadas duas Internacionais, uma com sede nos Estados Unidos da América, sob a influência do Conselho Geral, portanto, de Karl Marx e Friedrich Engels, e outra em torno da Federação Jurassiana, nomeada por Guillaume de a Internacional Federalista, no qual agrupavam os trabalhadores que se autoproclamavam antiautoritários. O Congresso desta segunda internacional, realizado em Saint-Imier, é considerado por Rene Berthier como uma organização proto anarquista, agrupando todos os federalistas que depois desenvolveram o movimento anarquista e o sindicalismo revolucionário, mas que teve no coletivismo sua origem.⁷

Os anarquistas da Federação do Jura, como James Guillaume, desempenharam um papel fundamental para a adesão de Piotr Kropotkin ao anarquismo. Kropotkin, que depois ficou conhecido como um dos mais importantes militantes do movimento anarquista, disse em suas memórias que

“as relações igualitárias que encontrei nas montanhas de Jura, a liberdade de ação e pensamento a qual vi se desenvolver entre os trabalhadores, e sua ilimitada devoção pela causa, tocaram fortemente meus sentimentos; e quando tive que deixar as montanhas, depois de permanecer uma semana com os relojeiros, minhas visões do socialismo foram estabelecidas. Eu era um anarquista... (KROPOTKIN in SKODA, 2013, p.71).

Podemos dizer, então, que as ideias sobre o anarquismo, assim como as ideias sobre a educação desenvolvidas por Kropotkin, foram herdeiras diretas daquelas da Internacional e de Paul Robin. Assim podemos asseverar que, depois da cisão da internacional, as ideias de Robin foram assumidas pelos anarquistas e resumidas no programa do Comitê para o ensino anarquista redigido em 1882, com participação de Piotr Kropotkin, Élisée Reclus, Louise Michel, Charles Malato, Jean Grave, entre outros.

⁷BERTHIER, René. Anarquismo e Sindicalismo: os debates sobre a herança de Bakunin antes da Grande Guerra, conferencia proferida no Colóquio Internacional Mikhail Bakunin e a AIT, org. Biblioteca Terra Livre, reralizada na Universidade de São Paulo no dia 12 de novembro de 2014. Também ver o livro LEVAL, Gaston. Bakunin, o fundador do sindicalismo revolucionário, Editora Imaginário e Editora Faisca, São Paulo, 2007.

Segundo este programa, a educação deveria, em primeiro lugar, suprimir:

a) a disciplina, que gera a dispersão e a mentira; b) os programas, que anulam a originalidade, a iniciativa e a responsabilidade; c) as classificações, que geram a rivalidade, a inveja e o rancor. Uma vez eliminados tais obstáculos, o ensino deverá e poderá ser verdadeiramente: a) integral, isto é, favorecer ao desenvolvimento harmonioso de todo o indivíduo e fornecer um conjunto completo, coerente, sintético e paralelamente progressivo em todos os domínios do conhecimento intelectual, físico, manual, e profissional, sendo as crianças exercitadas nesse sentido desde os primeiros anos; b) racional, isto é, fundamentados na razão e conforme os princípios da ciência atual, e não na fé; no desenvolvimento da dignidade e da independência pessoal, e não na piedade e na obediência; na abolição da ficção divina, causa eterna e absoluta da servidão; c) misto, isto é, favorecer a co-educação sexual numa comunhão constante, fraternal entre meninos e meninas. Essa co-educação, ao invés de constituir um perigo, afasta do pensamento da criança as curiosidades mal sãs, e torna-se uma ocasião para sábias condições que preservem e asseguram uma alta moralidade; d) libertário, isto é, numa palavra, consagrar em proveito da liberdade o sacrifício progressivo da autoridade, cada vez que o objetivo final da educação for o de formar homens livres que respeitem e amem a liberdade alheia.(LUIZETTO, 1975)

No ano de 1898, Kropotkin, novamente junto à Reclus e Louise Michel, mas agora também ao lado do famoso escritor Leon Tolstoi, escreveu outro documento, agora do Comitê de Iniciativa para o Ensino Integral. Segundo Adriano Skoda, “o comitê retomava as discussões sobre a Educação Integral e apresentava algumas perspectivas objetivas para a implementação desta educação”. (SKODA, 1013, p.71)

As ideias desse Comitê, e também aquelas de Kropotkin e de Reclus, influenciaram profundamente as ideias e práticas que o educador Francisco Ferrer y Guardia desenvolveu na Escola Moderna de Barcelona, e que veremos mais para frente. O que é importante verificarmos agora é como as ideias de Kropotkin se relacionaram com a educação e elas ao anarquismo.

Segundo Francesco Codello, a ideia de instrução integral tomada por Kropotkin, se tornou uma oportunidade para se “exaltar, não apenas no âmbito educativo, a diversidade natural, transformando-a de elemento de fundação da

desigualdade em riqueza e pluralidade”. (CODELLO, 2007, p.137)

Kropotkin reveste, então, sua concepção de educação com fortes traços iluministas e racionalistas, operando no interior de sua perspectiva as ideias científicas, culturais e políticas de sua época, o que para Silva é indissociável do tempo em que vivia. (SILVA, 2013, p.181)

A pedagogia de Kropotkin, partindo de um otimismo racionalista, aspira criar as condições pelas quais cada um se realize como ser moral, capaz de sair do isolamento egoísta ao qual nos obriga uma sociedade autoritária, e de irromper na vida social como uma força verdadeira que age pelo bem comum. (CODELLO, 2007, p.144)

Codello coloca que a moral apresentada por Kropotkin não poderia ser confundida com moralismo, mas sim com moralidade, pois a colocava em termos de uma moral alternativa àquela do cristianismo, modificando completamente o preceito, positivando o que para o cristianismo era negativo.

Kropotkin pressupõe, por conta da escolha do educador no campo antiautoritário, que seria possível não condicionar o educando, dando-lhe a possibilidade de escolher o que era melhor e útil à comunidade.

Ainda ao discutir a moral, Kropotkin discorre sobre a lógica dos prêmios e dos castigos no interior das escolas tradicionais. Na escola tradicional, se castiga a criança quando ela cometia alguma falta por ser mais cômodo aos educadores, pondo fim a qualquer tipo de discussão, dispensando assim o corpo docente de pensar as causas dos delitos que elas cometeram. Esta atitude, se tornando mecânica no cotidiano escolar, era transmitida de maneira quase inconsciente, o que “deriva do conjunto de ideias, dos pontos de vista de cada um de nós sobre os fatos e os acontecimentos da vida cotidiana”. (Idem, p.145)

Contudo, não foi apenas no âmbito da moral que a educação poderia atuar. A educação deveria ter, fundamentalmente, um fundo ético que guiasse, instintivamente, as pessoas na direção desejada, sendo muito mais eficaz do que qualquer tipo de conselho, sendo que a educação confessional e do Estado faziam, justamente, o oposto. Segundo Kropotkin, o discurso que pronunciava a educação da Igreja e do Estado era:

Para aliviar os vossos cuidados, proibir-vos-emos até mesmo de ocupar-vos vós próprios da educação. Redigiremos os programas, que não admitem crítica, sem dúvida! Em primeiro lugar, habituaremos as nossas crianças ao estudo das línguas mortas e das virtudes da lei romana. Isso as tornará dóceis e submissas. Em seguida, para excluir delas toda a veleidade de revolta, ensinar-lhes-emos as virtudes do Estado e do governo, e o desprezo dos governantes (...) Toda educação terá como objetivo fazer desenvolver em nossos jovens a ideia de que fora do Estado-Providência não há salvação. (KROPOTKIN, 1913, p.154)

A educação anarquista deveria, portanto, caminhar no sentido inverso deste. Para isso, segundo Codello, Kropotkin desenvolveu um pensamento pedagógico que consistia em dois temas originais e inovadores: a relação entre educação e divisão do trabalho e a dimensão estética da própria educação.

Kropotkin nos coloca que a divisão do trabalho era a forma com que o capitalismo desenvolveu uma das constantes da exploração do homem pelo homem, assim como àquela que nasce da dominação realizada pelo Estado. Tal divisão ocorre, precisamente, quando o trabalho havia sido dividido em trabalho manual e trabalho intelectual, sendo função da instrução integral eliminar essa divisão, fazendo com que o mesmo sujeito pudesse estabelecer a ligação de uma e outra.

A instrução integral, ou seja, aquela que permite a manifestação de todas as potencialidades humanas, sejam essas manuais ou intelectuais, é propedêutica à abolição da divisão hierárquica do trabalho e, portanto, instrumento indispensável para promover a emancipação humana [...]. O nosso autor apresenta o problema de uma formação completa, que não negligencia os conhecimentos técnicos e o profissionalismo. Nenhuma formação completa e científica pode ser distinta de uma aplicação técnica. Dessa forma, ciência e tecnologia são momentos complementares de um único processo de instrução integral.(CODELLO, 2007, p.154)

Por conseguinte, o projeto kropotkiniano de educação era um processo em contínua transformação, bem como sua ideia, compartilhada por Reclus, de evolução, bem fixado na realidade socioeconômica que recusava os recursos

memorativos como ferramentas pedagógicas, conferindo maior relevância à utilização do raciocínio e da experimentação para a elaboração de um pensamento crítico, problematizando as questões da natureza e da sociedade.

Enfim, a dimensão estética da educação no pensamento de Kropotkin, como bem coloca Codello, foi

aquele no qual o tempo humano é o mais possível empenhado na atividade artística e na pesquisa científica. A arte não é apenas uma expressão de formas e conteúdos existentes, mas é também a antecipação de novas realidades, de possíveis formas libertárias de associação e comportamento humano. A dimensão estética da educação consiste em um processo evolutivo que, exatamente porque está centrado em uma estrutura estética, permite ocorrer a mudança. A arte é, em suma, a máxima expressão da mudança e de uma ética fundamentada na incerteza, mais do que em certezas definidas e absolutas. Para Kropotkin, a educação estética é um meio que já contém em si o fim de uma “sociedade aberta”. (Idem, p.159)

O espaço ocupado pela arte na pedagogia desenvolvida por Kropotkin foi aquela da *possibilidade diante da incerteza do futuro* que permanece sempre aberto. Este futuro, permeado pela incerteza que a vida carrega, poderia levar os educandos a uma série de caminhos possíveis, inclusive aquele de uma maior exploração e dominação. No entanto, Kropotkin via nessas possibilidades, também, o caminho que seguia rumo à Anarquia.

1.2.2. Comunismo Libertário: Ciência e Educação⁸

A educação discutida não apenas por Kropotkin, mas também por Elisée Reclus e diversos anarco-comunistas, ganhou uma nova tonalidade ao introduzir, de maneira mais profunda, a questão da ciência. Apesar de Paul Robin já ter ressaltado a importância da ciência para a educação, os comunistas libertários irão potencializá-la ao máximo. A ciência, e mais especificamente o positivismo, possuía como principal, mas não única finalidade, o combate à visão religiosa do mundo, na busca de uma laicidade do conhecimento. Os coletivistas também realizaram o

⁸ Este tema é debatido com maior profundidade na tese de doutorado do pesquisador SILVA, Rodrigo Rosa, op. Cit.

combate à religião, partindo, contudo, de uma perspectiva filosófica, como podemos observar no livro de Bakunin, *Deus e o Estado*.⁹

Os anarquistas comunistas debateram a ciência não apenas no campo da educação, mas também no próprio seio do anarquismo. Através dela, revisaram os princípios que fundamentavam suas ações e interpretações da sociedade, e assim os rearranjaram de tal forma que os aspectos da sociedade futura também foram modificados. Vale lembrar que o contexto do qual estamos nos referindo é aquele do final do século XIX e começo do século XX, onde o discurso científico ganha força em todas as áreas do conhecimento, e mesmo antes de Kropotkin e Reclus, Marx e Engels haviam buscado alçar o socialismo ao pedestal de científico, relegando a todos os outros tipos de socialismo a pecha de “utópicos”, inclusive o anarquismo. Mas, como nos coloca o pesquisador Rodrigo Rosa da Silva:

Acreditamos que para compreender melhor a percepção anarquista em relação à ciência devemos mover essa balança numa direção contrária àquela observada ao longo do século XX nas interpretações acadêmicas. É necessário demonstrar que os anarquistas estavam inseridos num contexto histórico, político e social do final do século XIX tanto quanto os marxistas e, qualquer um que dedique alguns minutos para estudar diretamente as fontes deixadas pelos anarquistas, ou seja, seus livros e jornais, ao invés de repetir fórmulas prontas propagadas por terceiros, carregadas de preconceitos e disputas políticas, poderá comprovar que o silenciamento referente aos anarquistas do campo científico é, no mínimo um erro de análise histórica, quando não uma mentira difundida e reproduzida sem a necessária verificação ou crítica. Grupos importantes de socialistas em sua gênese nos anos da Primeira Internacional dedicavam-se à ciência como ofício ou como método de compreensão do mundo. Marxistas e anarquistas buscavam, ambos, legitimar suas teorias no campo científico. A explicação científica do mundo, dos fenômenos e das relações era um desejo comum à época entre socialistas, livre-pensadores e ateus, por um lado para se contrapor às visões deístas, religiosas ou mesmo metafísicas recorrentes naqueles anos, e por outro, para ganhar força de argumento quase isento de refutação. Tal era a autoridade do discurso científico. (SILVA, 2014, 87-88)

Mergulhados no debate acalorado sobre a ciência, socialistas, anarquistas e marxistas criaram interpretações da realidade que buscavam se legitimar. Na

9 BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*, Editora Cortez, São Paulo, 1988.

procura dessa validação, promoveram a própria transformação do socialismo.

Se antes para os coletivistas “quem não trabalha, não come” e, portanto, cada qual deveria receber de acordo com o fruto de seu próprio trabalho, para o comunismo libertário cada indivíduo deveria trabalhar segundo as possibilidades e forças que cada um possui, pois a criança, o doente e a pessoa idosa, não conseguem trabalhar igualmente a uma pessoa de idade mediana e perfeitamente saudável, por isso, seria injusto forçar estas pessoas a trabalharem muito mais para ganharem a mesma quantia do que uma pessoa jovem e saudável, mesmo porque, na maioria dos casos, aqueles doentes e debilitados fisicamente, poderiam necessitar muito mais do que as pessoas sem essas limitações, fossem elas físicas ou não. Portanto, a frase que resume o princípio anarco-comunista e que o distingue do coletivismo é: “A cada qual segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades”.

Apesar de parecer que ambos os pontos de vista, coletivista (retribuição segundo o trabalho realizado) e comunista libertário (o trabalho e o consumo livre), estivessem debatendo sob a mesma esfera, a econômica, esta última residia num “lugar” diferente e que podemos observar através dos escritos dos geógrafos e anarquistas Kropotkin e Reclus, por exemplo. Ambos, antes de começarem sua militância no anarquismo, eram cientistas e importantes debatedores da teoria da evolução, e que levaram tal discussão para o interior da perspectiva anarquista.

Reclus, em seu livro *A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista* nos diz que a evolução nada mais é que

o movimento infinito de tudo o que existe, a transformação incessante do Universo e de todas as suas partes desde as origens eternas e durante o infinito dos tempos.

(...) Em comparação com este fato primordial da evolução e da vida universal, o que são todos estes pequenos acontecimentos denominados revoluções: astronômicas, geológicas ou políticas? (...) É por miríades e miríades que as revoluções se sucedem na evolução universal; mas, por mínimas que sejam, elas fazem parte deste movimento infinito. (RECLUS, 2002, p.21)

E assim, Reclus integra o ser humano à natureza, as transformações naturais e as revoluções sociais, a evolução da vida às mudanças políticas. Como

nos coloca o historiador Eduardo A. S. Cunha, ao estudar sua concepção de História, o geógrafo e anarquista francês

compreende que o espaço pode ser dividido em dois níveis. O meio-espaço, constituído pela relação entre as ações humanas (suas conformações sociais, políticas, econômicas e culturais) e as forças da natureza (desde o clima até as correntes magnéticas, passando pela conformação do solo e a hidrografia, não se esquecendo até dos fluxos de energia solar). Desta reflexão sobre o meio-espaço, vale salientar a ligação feita por Reclus entre Natureza e Sociedade e, em consequência disso, Reclus não enxerga a divisão entre 'Geografia Física' e 'Geografia Humana', divisão adotada com frequência por muitos geógrafos, pelo contrário, a sua geografia social tem como cerne a relação entre as duas esferas. (CUNHA, 2013)¹⁰

O outro nível trabalhado por Reclus, e que Cunha nos apresenta, é o meio-tempo, onde o espaço é fruto de uma evolução histórica de diversos processos, ou seja, de um movimento ininterrupto da ação de homens e mulheres no tempo que se gestam em diferentes contextos e que podem ser observados, apesar de terem acontecido em outros períodos, no presente. O que Reclus propõe, então, é buscar estudar a interação entre o ser humano e a natureza, o que fica mais evidente em sua obra *O Homem e a Terra*, escrito ao longo de seis volumes.

Da mesma forma, porém se utilizando de uma abordagem bem diversa, Kropotkin realiza os mesmos deslocamentos. Quando ainda jovem, tendo sido muito influenciado pelas leituras de *A Origem das Espécies* de Charles Darwin, em seus estudos na Sibéria Oriental e no norte da Manchúria, Kropotkin pôde estudar uma série de animais. Em seu livro *Apoio Mútuo, um fator de evolução*, diz que buscou em suas observações as ferozes lutas que os animais travavam entre si pela sobrevivência, todavia, o que encontrou foi algo muito diverso. Ao invés de luta, pôde observar que os animais colaboravam entre si, e logo ficou espantado. A conclusão a que chega é que pelo fato do ambiente estudado por ele ser hostil à maior parte dos animais que ali vivia, aqueles que cooperavam entre si tinham a maior chance de sobreviverem do que aqueles que buscavam sozinhos seus alimentos, isto porque, a escassez de alimentos forçava os indivíduos da mesma

¹⁰ Texto disponível em <https://cienciaeanarquismo.milharal.org/memorias/>

espécie a se ajudarem mutuamente. O que era muito diferente das descrições de Darwin, pois os lugares que este visitou não havia escassez, mas sim abundância. No entanto, Kropotkin ainda ressalva que mesmo em regiões de abundância de alimentos, ao olharmos para o interior de cada espécie e não da relação de uma com outra, vemos a colaboração, já que as leões, lobos e os seres humanos, caçam em bandos, por isso a *Ajuda ou Apoio Mútuo* era um elemento importantíssimo para a evolução dos animais.

Dizendo isto, Kropotkin não negava que houvesse competição entre as espécies e seus indivíduos, mas ressaltou que os estudos até então realizados tinham dado maior importância para a competição do que para o apoio mútuo.

Partindo dessa visão científica do mundo, o anarco-comunismo de Kropotkin e Reclus, fundamentaram as bases do novo anarquismo. Quando diziam que cada indivíduo deveria trabalhar segundo suas possibilidades, afirmavam que cada indivíduo possui capacidades naturais que lhes são próprias, sendo assim impossível quantificar o resultado de seu trabalho quando este é parte integrante da sobreposição e relação de outros trabalhos, intelectuais e manuais, do passado e do presente. Portanto, se a quantificação do trabalho é impossível de ser realizada através de cálculos, cada um deve consumir aquilo que lhe é necessário, ou seja, o suficiente para a satisfação física e cultural.¹¹

A educação anarquista, então, dentro do contexto da ciência, busca fazer com que todas as potencialidades naturais das crianças possam ser desenvolvidas dentro de um ambiente que se *inspire* a prática do apoio mútuo. Da mesma forma, o anarquismo transforma-se de maneira decisiva sob o olhar da ciência, fazendo com que seus militantes passem a refletir muito mais sob o ponto de vista das necessidades, do que das capacidades de trabalho de cada um. E sob este aspecto o anarco-comunismo olha não apenas para a esfera da produção, mas também, e inclusive, para o consumo que cada indivíduo e coletividade necessitam.

1.2.3. Francisco Ferrer e seu debate com Ricardo Mella

Outra experiência que ecoará por muitas partes do globo, inclusive no Brasil,

11 KROPOTKIN, Piotr. *A Conquista do Pão*, Editora Achiamé, Rio de Janeiro, 2011.

foi preconizada por Francisco Ferrer y Guardia, espanhol nascido em 1859. As ideias de Ferrer foram fortemente influenciadas, como vimos, pelas de Kropotkin e Reclus, inclusive àquelas que se destinavam à crítica da sociedade capitalista e a proposta de uma outra sociedade calcada nos princípios do anarco-comunismo.

Logo cedo, Ferrer se tornou um crítico ferrenho do clericalismo (em contraposição à educação católica de sua infância) e ainda jovem aderiu às ideias republicanas.

Pelo seu envolvimento em defesa da proclamação da República, se exilou em Paris, onde permaneceu ensinando espanhol, atentando então à sua vocação pedagógica.

Em terras parisienses teve como aluna, grande amiga e companheira de viagens, a senhorita Meunier, com quem dividiu seu projeto de uma escola racionalista. Católica e de grandes posses, senhorita Meunier deixou à Ferrer parte de sua herança com a finalidade de apoiar economicamente aquela que seria em pouco tempo uma referência de escola destinada à formação de seres comprometidos com a transformação da realidade e formados sob o princípio da liberdade e solidariedade.

Nas palavras de Ferrer, em seu livro sobre a Escola Moderna, encontramos o momento decisivo em que tomou para si a responsabilidade com uma pedagogia transformadora:

Assim disse um dia à senhorita Meunier:

Senhorita, chegamos a um ponto em que é preciso nos determinarmos a buscar uma orientação nova. O mundo necessita de nós, reclama o nosso apoio, e conscientemente não podemos negá-lo. Me parece que empregar em comodidade e prazeres recursos que fazem parte do patrimônio universal e que serviriam para fundar uma instituição útil e reparadora é cometer uma defraudação, e isto não pode ser feito nem no conceito de crente nem no de livre-pensador. Portanto, anuncio a você que não pode contar comigo para as próximas viagens. Eu devo às minhas ideias à humanidade, e penso que você, sobretudo desde que substituiu sua antiga fé por um critério racional, deve sentir um dever igual'.

Esta decisão lhe surpreendeu, mas reconheceu sua força, e sem outro estímulo além de sua bondade natural e seu bom senso, concedeu os recursos necessários para a criação de uma instituição de ensino racional: a Escola Moderna, já criada em

minha mente, teve sua realização assegurada por aquele ato generoso. (FERRER, 2014, p. 4)

Ferrer voltou à Espanha e iniciou então seu grande projeto. Acreditando que a criança é formada a partir do meio que a cerca e na necessidade de estimular a experiência e o raciocínio em detrimento da fé, inaugurou a Escola Moderna, uma escola com base no ensino racional positivo.

Hoje, a crítica ao positivismo e suas consequências em um mundo capitalista está presente até mesmo nas instituições que têm na ciência sua base e formação. Há, porém, a necessidade de contextualização desse conceito e sua defesa por grande parte, se não todos – salvo as diferentes interpretações sobre o termo –, dos anarquistas do final do século XIX e início do XX.

Não é o intuito, no presente texto, fazer um debate do anticlericalismo, porém, a questão do ensino religioso bate a porta de todas e todos aqueles que pensaram a pedagogia sob uma perspectiva libertária e esse fato, ao nos debruçarmos sobre a época da qual falamos, é mais do que expressivo.

Em um momento em que a igreja católica era ainda mais presente na formação moral da sociedade e ainda mais atuante política e economicamente junto às classes abastadas, a crítica a essa instituição era mais do que necessária ao se pensar a construção de uma sociedade livre e igualitária.

A subserviência e o patriarcalismo reforçados pela igreja precisavam ser combatidos. A fé em uma verdade divina era considerada por muitos pensadores da época impeditiva da formação de um espírito crítico, capaz de questionar a realidade circundante, pois ao defender explicações imutáveis para as diferenças sociais e de gênero, impunha um imobilismo social necessário à manutenção da instituição responsável em sua propagação; a igreja. Sobre isso, Ferrer nos escreve ao se referir sobre a origem do cristianismo:

Com essa mistura do bonito e do belo ia ao erro; se preenchia um fim social iníquo, visto que a única coisa que arraigava na inteligência era a ideia mística, a que estabelece relações entre um poder sobrenatural e os homens por mediação de seus sacerdotes, base fundamental da existência de privilegiados e deserdados na sociedade, culpável de todas as injustiças, que, segundo, os homens sofrem e

praticam. (Idem, p.12)

Na Espanha em que vivia Ferrer, a problemática era ainda mais acirrada quando compreendemos que a igreja era uma das maiores detentora de terras, em uma Espanha essencialmente agrária e pobre e que, sendo assim, detinha grande parte do poder político e econômico. Essa era a realidade sob a qual Ferrer combatia e que acabaria por silenciá-lo em 1909, quando foi assinado pelo Estado católico espanhol.

Ao contextualizar a sociedade da época, é quase impossível não compreender que o positivismo era, na realidade, uma ferramenta de combate contra o obscurantismo católico.

[...] a pedagogia positiva, a qual de propõe a ensinar verdades para gerar justiça prática, deve metodizar e sistematizar conhecimentos positivos da natureza, inculcados na infância, e preparar, assim, elementos para a sociedade equitativa, para aquela que, como única expressão exata da sociologia, deve funcionar em benefício individual e recíproco de todos associados. (Ibdem, p.6)

Essa relação para Ferrer entre a pedagogia e a formação de novos indivíduos atentos para a transformação da sociedade, ou seja, da escola como um local comprometido política, econômica e socialmente, o levou a um debate com Ricardo Mella sobre a questão da neutralidade, ponto este ainda bastante discutido, pensado e gerador de opiniões divergentes entre educadores, principalmente nas instituições que se propõem a uma pedagogia que não amparada no ensino tradicional.

Ricardo Mella, intelectual e ativista libertário, nascido em 1861, também na Espanha, em alguns artigos reunidos sob o texto “O Problema do Ensino”, travou um debate não explicitado com a postura de Ferrer no que se refere à responsabilidade e consequente atuação na formação das crianças.

Mella já nos antecipa o questionamento em torno da incredulidade atual no racionalismo. Diz o autor:

A razão é meramente individual, e ao se proclamar soberana engendra erros e absurdos que a experiência se encarrega de desbaratar. O racionalismo encheu o

mundo com as mil geniais divagações, mas divagações, por fim, da metafísica e da filosofia. Além do erro religioso tivemos o erro filosófico, o erro político e o erro econômico. A razão criou tais sistemas, tais dogmas, que têm que se rebelar contra si mesma. (MORYON, 1989, p. 74)

É importantíssimo ressaltar aqui que Mella não se opõe à razão em si, mas o que ele diferencia entre o uso da razão e os sistemas filosóficos, políticos, religiosos, etc. que dela se derivam.

E é justamente nessa derivação que o autor pontua a educação orientada sob a perspectiva anarquista:

por melhor que sejamos, por mais que estemos nossa própria bandeira e nossa própria justiça, não temos mais nem menos direito do que os da calçada da frente para fazer os jovens à nossa imagem e semelhança. Se não temos o direito de sugerir, de impor às crianças um dogma religioso qualquer, também não temos o de induzi-las a uma opinião política, um ideal social, econômico e filosófico”. (Idem, p. 78)

Ainda mais adiante, encontra-se no mesmo texto:

“Afirma-se enfaticamente que a missão do professor racionalista é *fazer seres para viverem uma sociedade de felicidade e liberdade*. Identifica-se a ciência com racionalismo e anarquismo, e se sai do impasse transformando o ensino e propaganda, em proselitismo. São mais lógicos aqueles que vão mais longe e sustentam que se deve dizer decididamente ensino anarquista e deixar de lado os adjetivos sonoros que fazem a felicidade de papa-moscas que não têm no cérebro nem um adarme¹² de fósforo ... [...] Como anarquistas, exatamente como anarquistas, queremos o ensino livre de toda espécie de ismos, para que os homens do futuro possam tornar-se livres e felizes por si próprios e não por meio de pretensos modeladores, que é o mesmo que dizer redentores”. (Ibdem, p. 78)

Mella não cita nome algum em seus escritos, mas ao o contextualizarmos, é deduzível que o tom enfático de sua colocação, ao conclamar como mais justo a sustentação de um ensino anarquista, se referia a Ferrer, que ao assumir o ensino racionalista como bandeira pedagógica nunca afirmou se tratar, a Escola Moderna,

12 Antiga unidade de medida castelhana.

de uma escola anarquista.

Ferrer nunca reivindicou rótulo algum, porém seu círculo de amigos e confidentes, assim como a defesa da liberdade, da igualdade e da justiça nos permite hoje o colocarmos enquanto libertário. Podemos sugerir que a ausência de referida afirmação fosse uma estratégia de ação e até mesmo de resguardo da Escola Moderna, tendo em vista o violento e castrador Estado espanhol que acabou por assassiná-lo.

Todavia, não alongando suposto debate sobre sua definição política, fato importante é a ausência da definição de um ensino dogmático em Ferrer.

Sua consideração sobre a necessidade da liberdade, ao se colocar como “inimigo da justiça social”, não o fez proclamar em sua escola, ao que nos cabe a princípio dizer com base no estudo dos boletins e dos programas da Escola Moderna, um ensino do anarquismo. De fato não era essa sua responsabilidade política, e sim a construção de um ambiente que propiciasse às crianças e jovens uma formação para além dos preconceitos e morais de uma sociedade orientada sob forte desigualdade social e econômica, iniquidade e violência.

Ferrer partia da premissa de que “a criança nasce sem ideia preconcebida, e de que adquire no transcurso da vida as ideias das primeiras pessoas que lhe rodeiam” (FERRER, 2014, p.10). É justamente esse o ponto de cruzamento com os escritos de Mella, a suposta neutralidade do ambiente escolar. Enquanto seu defensor, como sinônimo de liberdade, Mella chega a rejeitar qualquer possibilidade de interferência no juízo da criança. Elucidando-nos, escreve:

Não nos agrada uma criança de doze ou treze anos que se põe a perorar sobre matérias sociais e afirma muito seriamente a não necessidade do dinheiro ou coisa análoga. Isto nos soa como recitação de catecismo, a lição metida no cérebro à força de sugestões. Outro professor, e outra solução do problema, e a criança afirmará muito seriamente o contrário. Recitará outro catecismo, repetirá outra lição. Há coisas prematuras como há coisas tardias. (MORYON, 1989, p 76.)

Compreende-se aqui a preocupação de Mella com um ensino socialista dogmático. Não parece ser, entretanto, o propósito de Ferrer. A colocação da similaridade entre uma escola socialista e um ensino do socialismo parece ser

atrativa, no entanto, não cabem na prática dos objetivos estabelecidos. Como já exposto, não se encontra na Escola Moderna – nem na de Ferrer, nem em nenhuma outra criada sob sua inspiração – proposta alguma de leitura de Kropotkin, Proudhon, Bakunin, ou nenhum outro pensador anarquista, nem o que seria o mutualismo, coletivismo, comunismo libertário ou algum outro conceito construído dentro do movimento anarquista. Se assim se encontrasse, não se resistiria em dizer que se trataria de um ensino do socialismo.

Ao se tomar essa perspectiva como análise, a questão da neutralidade parece ser mais uma inocência teórica do que de fato uma orientação de ação. Não há que se negar a influência do meio sobre a formação da criança. Nas palavras de Bakunin:

Essa experiência acumulada, coordenada e reflexiva, que chamamos de ciência, demonstra-nos que o *livre-arbítrio* é uma ficção impossível, inclusive contrária à própria natureza das coisas; que aquilo que se chama de vontade nada mais é do que o produto do exercício de uma faculdade nervosa assim como nossa força física não é mais do que o produto do exercício de nossos músculos, e que, por conseguinte, um e outro são produtos da vida natural, social, quer dizer, das condições físicas e sociais do meio em que cada pessoa nasceu, e no qual continua a se desenvolver; e repetimos que cada homem, em cada momento de sua vida, é o produto da ação combinada da natureza e da sociedade, com o que se esclarece a verdade enunciada em nosso tópico anterior: que, para moralizar os seres humanos, é preciso moralizar o meio social. (BAKUNIN, 2003, p.87)

Se tomarmos o argumento de Bakunin como premissa, consideraremos que toda relação humana, portanto social, carrega em si uma moral, condutas e padrões. Se a vida estabelecida encontra-se sob a base capitalista de organização, compreendendo a desigualdade, a competição e a autoridade como sustentáculos, logo estes serão os referenciais das crianças em relação umas com as outras, sustentáculos estes presentes inclusive nas brincadeiras que aprendem ou criam.

A orientação da criança sob o princípio da igualdade e da liberdade sua e do outro não podem significar dogmatismo ou imposição, pois ao se optar pela neutralidade, se opta pela legitimação do sistema estabelecido. O compromisso pela oportunidade de uma outra forma de relação com o mundo circundante é o que

define e definiu as escolas socialistas ou a escola de Ferrer, e não uma compilação de nomes e palavreados teoricamente estabelecidos a cargo de um suposto ensino do socialismo dentro desses espaços.

Ferrer, ao compreender a não existência da neutralidade no que concerne a formação do ser humano, tomou inclusive o cuidado no que se refere aos livros e materiais utilizados pelo professorado e disponíveis às crianças na biblioteca da escola.

Um exemplo foi o pedido para um amigo, anarquista e geógrafo da época, Élisée Reclus, a escrita de um livro de geografia para a escola que não constasse de conceitos e preceitos amparados na sociedade capitalista. Tanto para Reclus quanto para Ferrer, o que se ensinava às crianças, quando em seu contato inicial com o saber geográfico e as faziam decorar as fronteiras e os estados existentes, era uma ideologia dos que se beneficiavam de uma organização baseada na ideia de Estado-nação.

Sobre esse ponto, nos ratifica Ferrer:

Se a escola havia estado durante todo o tempo, desde a mais remota antiguidade, submetida não ao ensino em seu amplo sentido de comunicar à geração nascente a soma do saber das gerações anteriores, mas ao ensino de acordo com a autoridade e a conveniência das classes dominantes, e portanto, destinado a fazer obedientes e submissos, é evidente que nada escrito para tal fim poderia ser utilizado. (FERRER, 2014, p. 39)

Outro livro escrito para a Escola Moderna, destinado essencialmente às crianças, foi “As Aventuras de Nono”, de Jean Grave, onde explorou de forma lúdica as possibilidades de uma terra da autonomia, possibilidades experimentadas, sobretudo, através de seu personagem principal, Nono.

Alguns outros tópicos presentes no livro de Ferrer ajudam a compreender a proposta da Escola Moderna, principalmente a partir da reunião de seus programas, publicados ao longo da existência da escola.

Alguns desses tópicos são: coeducação de ambos os sexos, coeducação das classes sociais, higiene escolar, nem prêmio, nem castigo e conferências dominicais. Estas últimas consistiam em encontros com as famílias, com os

trabalhadores e com quem mais interessasse, encontros estes que se organizaram em torno do que se propunha ser uma “universidade popular”, cabendo palestras e aulas sobre fisiologia, higiene, geografia e ciências naturais.

Em relação aos prêmios e castigos, Ferrer trazia para seu espaço educativo o que havia de mais insurgente contra o ensino tradicional, talvez sua base fundante, a certificação de uma suposta capacidade intelectual da criança, sua premiação ou repressão. A negativa do prêmio, do castigo e da prova foram forças matrizes de um ensino para a liberdade e desenvolvimento das potencialidades individuais, tal como podemos perceber nos dizeres abaixo:

Admitida e praticada a coeducação de meninos e meninas e ricos e pobres, ou seja, partindo da solidariedade e da igualdade, não criaríamos uma desigualdade nova, e, portanto, na Escola Moderna não havia prêmios, nem castigos, nem provas em que houvessem alunos ensoberbecidos com a nota *d e z*, medianias que se conformassem com a vulgaríssima nota de *aprovados* nem infelizes que sofressem o opróbrio de se verem depreciados como incapazes.

Essas diferenças sustentadas e praticadas nas escolas oficiais, religiosas e industriais existentes, em concordância com o meio ambiente e essencialmente estacionárias, não podiam ser admitidas na Escola Moderna, pelas razões expostas anteriormente.

Não tendo como objetivo um ensino determinado, não podia ser decretada a aptidão nem a incapacidade de ninguém

(...)

A inconsciência em que se vive em relação à natureza da criança e ao iníquo coloca-la em condições forçadas para que se tire forças intelectuais de sua fraqueza psicológica, sobretudo na esfera da memória, impede os pais de verem que um pouco de satisfação de amor próprio pode ser a causa, como aconteceu várias vezes, de doenças, de morte moral e material de seus filhos. (Idem, p. 33)

Foi contra essa morte que grande parte dos pensadores anarquistas se debruçaram, ao encararem a educação como uma ferramenta de combate à sociedade estabelecida, justamente por esta trazer a compreensão de que um ser humano educado livremente, incitado à busca e à curiosidade, inerentes à espécie humana, fomentado em todas as suas potencialidades, intelectuais, físicas e emocionais, este ser humano não seria permissivo à submissão, ao uso da

violência física ou psíquica e a aceitação de qualquer afirmação de verdade ou de organização de mundo que se fundasse sob a desigualdade e castração.

1.3. A educação e o movimento operário francês: As Bolsas do Trabalho

Por conta da forte presença e influência da Associação Internacional dos Trabalhadores no conjunto do movimento operário e, principalmente no que aqui concerne o caso específico francês, eclode em 1871 a Comuna de Paris. Após diversas experiências revolucionárias, esse curto verão libertário tem fim com a capitulação da Comuna e início a perseguição às sessões da Internacional por toda Europa. Neste contexto, a França irá proibir os trabalhadores de se organizar e o movimento operário irá sofrer forte abalo. Após um longo período de “paz” forçada, os trabalhadores franceses irão voltar a se organizar e fundarão em três de fevereiro de 1887 a primeira Bolsa do Trabalho, que abrirá suas portas em Paris.

A experiência das Bolsas do Trabalho foi um intento grandioso e que abrangia diversos aspectos da vida do trabalhador. Em sua constituição de organismos horizontais e territoriais, as Bolsas trouxeram uma dupla dimensão ao sindicalismo francês: por um lado, apresentavam um tipo de solidariedade que extrapolava àquelas de profissões e corporações, pois ao agregar todos os trabalhadores inscrevia-se numa solidariedade de proximidade geográfica, “de classe” ou até mesmo de aspiração à transformação social; por outro lado, elas asseguravam a formação de uma classe operária autônoma, buscando tanto oferecer uma série de serviços aos trabalhadores segundo suas necessidades, quanto de instrumentos de completa emancipação ao servir como organização da sociedade futura. Para tanto, o modelo de sindicalismo que ali se desenvolvia era embasado num “fundamento socioprofissional e não-ideológico, uma tática: a ação direta; uma estratégia: a greve geral; e meios de ação e organização da sociedade futura: a C.G.T. e a Federação das Bolsas” (RAPPE, 2014, 21) Por isso, para Fernand Pelloutier, “as Bolsas do Trabalho aparecem como a síntese do movimento sindical, um instrumento total de luta, da organização à revolução, passando pela educação operária” (Idem).

Para o pesquisador David Rappe, três elementos parecem determinar o

fenômeno nacional de eclosão das Bolsas de Trabalho: A lei de 1884, procurava aproximar a classe operária ao governo republicano promulgando um certo número de leis de caráter social; no entanto, podemos dizer também, e inclusive, que essas leis foram resultado de uma pressão dos trabalhadores em criar locais para promover suas reuniões, suas pautas de reivindicações e elaborar estratégias de ação; e não podemos esquecer também que tanto sindicalistas quanto republicanos eleitos no governo, procuravam minar a força dos bureaux de empregos privados, servindo como uma espécie de agências de empregos aos trabalhadores.

As Bolsas do Trabalho tinham como objetivo mais pragmático, então, prestar uma série de serviços aos trabalhadores, inclusive de os encaminhar à vagas de trabalhos, mas não apenas isso. Os serviços oferecidos por elas, que poderiam se diversificar de uma Bolsa a outra, possuíam uma démarche em comum: “responder às necessidades da população operária assegurando ao mesmo tempo sua educação primária, profissional, social, mas também socialista” (Ibdem, p.22)

Dentro dos serviços prestados pelas Bolsas podemos dizer que obtiveram realizações consideráveis, tais como cursos profissionais e de ensino geral, os ambulatórios médicos encarregados de lutar quando de acidentes do trabalho contra as companhias de seguro demasiadas complacentes com o patronato, e, ainda, os serviços de informações jurídicas a fim de informar os trabalhadores quanto às novas leis de caráter social florescendo sob a terceira República francesa.

Todavia, as Bolsas do Trabalho não serviam apenas para prestar serviços à classe operária. Ela ganhou, ao longo de sua existência, por conta de sua estrutura de entendimento, reagrupamento e coordenação local, um papel muito importante em movimentos de greves. As Bolsas asseguravam, nestes períodos, um apoio logístico aos grevistas, difundiam a informação e organizavam a solidariedade em todos os níveis. Em muitos casos, mandavam militantes experientes para as greves de outras cidades para realizarem meetings e realizarem outras funções.

Ao lado dessa ação sindical, do trabalho de campo, de propaganda e agitação, as Bolsas do Trabalho também conservaram sempre em mente a famosa fórmula de Fernand Pelloutier “instruir para revoltar”. Os militantes das Bolsas dessa época estavam convencidos de que para poder chegar à emancipação do proletariado, era

preciso dar-lhe os meios para emancipar-se, poder engendrar e assumir um projeto de transformação social. Se a prática da ação direta durante os movimentos de greve parecia emancipador, fosse resultando em reformas parciais, fosse servindo de “ginástica revolucionária” na perspectiva da revolução, parecia igualmente necessário dar aos operários “a ciência de sua infelicidade”, para empregar outra expressão de Pelloutier (Ibdem, p.23)

Foi através do duplo caráter de ação reivindicativa sindical e da educação da classe trabalhadora, que os militantes das Bolsas do Trabalho procuravam equilibrar a luta local com a transformação global, sendo que o papel da educação foi de fundamental importância neste processo.

No entanto, as Bolsas do Trabalho possuíam uma fraqueza que lhe custou a própria existência. As agitações que insuflava não eram vistas com bons olhos pelo governo municipal ou estatal. Mesmo aqueles municípios que abrigavam uma grande quantidade de republicanos em seu governo, procuraram minar a força que a C.G.T. e que as Bolsas do Trabalho possuíam. As Bolsas eram, em grande medida, financiadas pelas municipalidades e quando essas julgavam que as agitações, ou mesmo as praticas conduzidas e desenvolvidas no interior das Bolsas, poderiam por em perigo a “paz” e questionar a ordem estabelecida, logo lhes diminuía ou mesmo suprimiam os meios de financiamento.

Outros fatores também contribuíram para o enfraquecimento do sindicalismo revolucionário francês, como o horizonte terrível da guerra - a primeira guerra mundial -, as crises econômicas e o crescente nacionalismo, mas não podemos deixar de citar o grande papel que teve o governo republicano em golpear o movimento operário, mostrando que a tese defendida por Bakunin anos antes, de que o governo é como um organismo vivo que busca sempre conservar o poder, mesmo que seja a custas da maior parte das pessoas, se mantinha atual.

Em 1914 o secretário da União departamental tornou-se o único representante da C.G.T., resultando no fim da seção das Bolsas de Trabalho e sua autonomia.

O serviço de ensino das Bolsas do Trabalho

Fernand-Léonde-Emile Pelloutier, secretário das Bolsas do Trabalho desde

1895 até o ano de sua morte em 1901, foi um dos militantes anarquista e sindicalista revolucionário que mais colaborou para a reflexão dos serviços de ensino nas Bolsas.

Após um trajeto político dentro do socialismo, se aproximou pouco a pouco do anarquismo, aproximação consolidada com uma série de textos que produziu sobre o assunto: em 1895 escreveu, em colaboração com Henri Girard, “O que é a greve Geral?” e “O Anarquismo e os Sindicatos Operários”; em 1896 publicou “A Organização Corporativa e a Anarquia”; e em 1899 escreveu sua famosa “Carta aos Anarquistas”.

Após sua morte foi publicada a obra “A História das Bolsas do Trabalho”, nos dando detalhados relatos e análises da radical experiência de autonomia da classe operária francesa. Neste livro, encontra-se uma parte dedicada exclusivamente aos serviços de educação prestados pelas Bolsas, da qual podemos extrair em detalhes seus ensinamentos.

Ao dissertar sobre os serviços de ensino das Bolsas de Trabalho, Pelloutier divide seu texto em cinco partes: biblioteca, museu do trabalho, agências de informação, imprensa cooperativa e o ensino. Segundo Pelloutier, durante sua função de secretário da Federação das Bolsas do Trabalho, não havia nenhuma Bolsa que não possuísse uma biblioteca e que não teria nenhuma que não envidasse esforços em enriquecê-la. As obras das quais integravam o acervo das bibliotecas procuravam abranger o máximo possível de temas, tais como àquelas destinadas às críticas sociais, é claro, e também as de conhecimentos gerais, como literatura, ciência e artes no geral.

Outro projeto, em vias de ser colocado em prática, era dos museus do Trabalho. Estes museus tinham como interesse oferecer, não apenas aos trabalhadores, mas à população no geral, os meios de se observar, pelas próprias pessoas, os produtos e sua história com o intuito de pôr diante dos olhos a própria “essência” da ciência social.

Para expor suas ideias de maneira mais concreta, Pelloutier dá o exemplo dos fios usados nos tecidos da América:

os operários teriam assim a possibilidade de conhecer em poucos minutos a

procedência do tecido que têm diante dos olhos, os diversos lugares em que se fabricam, seu custo de produção, o número de operários necessários para sua fabricação, assim como o seu salário e o que gastam com a sua sobrevivência; saberiam também o preço de venda do tecido no atacado e no varejo, o número, as características e a produtividade das máquinas que o tecem. Todas essas cifras seriam mantidas em dia indicando constantemente a relação entre capitalista e operário, entre o produtor e o consumidor, de tal maneira que a verdade se torne clara para os operários da indústria têxtil. Ao mesmo tempo se teria o balanço das greves, das associações de apoio mútuo, da lei contra a desocupação, das leis trabalhistas e de tudo aquilo que pudesse deter a miséria, assim como um dique de areia contendo a fúria do mar. Deixamos claro que estas constatações não teriam como finalidade nem como efeito diminuir as instituições econômicas inspiradas não somente na necessidade atual de defesa, mas também, e sobretudo, na intensão de dotar a classe operária dos meios de produção, de distribuição e de consumo necessários depois da transformação social. Esta constatação serviria somente para demonstrar ao povo, sob uma forma nova e eloquente, a impossibilidade de uma transformação pacífica” (MORYON, 1989, 147-148).

Portanto, é notório que o projeto educativo dos museus do Trabalho, visavam um conhecimento que se direcionava à transformação de todo o conjunto da sociedade, afinado com a ideia de Revolução Social propugnada pelos anarquistas.

Outro aspecto dos serviços de ensino pensado por Pelloutier, foram as agências de informação. Tomando como referência as experiências já produzidas antes das Bolsas do Trabalho pela Solidarité des Travailleurs, o secretário das Bolsas do Trabalho colocava que “todas as associações existentes e também as dissolvidas (sindicatos operários, câmaras do trabalho, sociedades de socorro mútuo, sociedade cooperativas de produção, de consumo, de crédito, de previsão, etc.) enviassem seus estatutos e a documentação de que dispõem com os resultados obtidos à essas agências. As agências de informação, então, se encarregariam de centralizar todas as informações e de classificá-las. Qualquer tipo de sociedade formaria uma seção especial, ficando o secretário particular encarregado de catalogar todo o material que seria enviado, de estudar detalhadamente e com o máximo cuidado todos os informes recebidos, de redigir os seus próprios, investigar os germens de vida que deram origem à prosperidade de certas associações e a causa da morte de grupos que já não existem...” (Idem,

p.149).

Estes bureaux de informações teriam, então, a responsabilidade de obter todo o material produzido pelas organizações operárias no passado e no presente, para que pudessem ter mais clareza dos sucessos e fracassos das mesmas organizações. Com isso, denotamos que o esforço em conhecer o que levou uma ou outra organização permanecer ou ter fim, é um esforço de perpetuar a história do movimento operário para que este não enfraquecesse, reconhecendo quais foram seus acertos ou erros, fortalecendo as lutas e, conseqüentemente, o próprio movimento operário.

Para que essas informações pudessem chegar às agências de informação seria necessária a produção, por parte dos sindicatos operários, câmaras do trabalho, sociedades de socorro mútuo, sociedade cooperativas de produção, de consumo, de crédito, de previsão, etc., de boletins que informassem quais eram as situações e as atividades de cada uma destas organizações. Mas não apenas isso, esses boletins poderiam publicar artigos escritos pelos próprios operários, divulgando suas ideias e aspirações. Finalmente, Pelloutier discorre sobre o ensino no interior das Bolsas do Trabalho. A ideia de um ensino profissional havia, antes das Bolsas do Trabalho, sido formulada pelo próprio conjunto do movimento operário. O Círculo da União Sindical Operária, em 1872, lançou um informe da necessidade em se criar um curso que se dedicasse ao ensino de desenhos. Esse projeto vai ser retomado com as Bolsas do Trabalho, ganhando um impulso muito maior que os seus antecessores. “No que concerne ao ensino, as Bolsas do Trabalho podem-se dividir em duas categorias: as que se limitam ao ensino profissional, teórico e prático, e aqueles que, mais ambiciosas (pretendendo a rigor a todas as demais), acrescentaram um ensino eclético, aplicado a conhecimentos diversos” (idem, 152).

Eram oferecidos diversos cursos profissionais nas diversas Bolsas existentes, tais como: carpintaria, marcenaria, metalurgia, corte de calçado, alfaiataria, tipografia, litografia, geometria e desenho mecânico, geometria e desenho de construção, costura, economia doméstica, aritmética, fabricação de carruagens, envernizados, fiação, agrimensura, sapataria, cabeleireiro, cozinha e etc.

Os trabalhadores e militantes das Bolsas do Trabalho, não tinham, todavia, a intenção de fazer do aprendiz uma manivela, um acessório da máquina, senão um colaborador inteligente e, por isso, crítico.

Na perspectiva desse olhar crítico sobre o ensino profissional, os trabalhadores levantaram as seguintes perguntas: Os resultados dos cursos profissionais contribuíram para quê? Quais seriam suas consequências econômicas? E, respondendo a tais indagações, os operários concluíram que “se efetivamente a instrução geral tem em qualquer circunstância o poder de depurar os sentimentos do homem, o aperfeiçoamento técnico - ao contrário - nas condições de luta criadas pelas dificuldades da existência, poderia servir somente para reforçar a inclinação natural, por outro lado compreensível, ao egoísmo; e neste caso, as Bolsas do Trabalho teriam uma função desorientadora: sendo finalmente chefes de oficinas ou pequenos empresários, os antigos alunos das Bolsas poderiam acabar como adversários dos seus próprios interesses” (ibdem), e em alguns casos, como foi em Toulouse, a Bolsa do Trabalho se viu obrigada a encerrar os seus cursos, pois os aprendizes que se formavam substituíram, graças à diferença salarial, os operários mais antigos nas empresas tipográficas da cidade.

Vemos aqui, então, que a preocupação dos operários em relação aos cursos oferecidos não era apenas a de instrumentalizar e preparar os trabalhadores para o mundo do trabalho, mas também, e inclusive, a de fornecer ao mesmo tempo os conhecimentos técnicos em bases humanistas, ou seja, que estivessem preocupadas em não criar novas hierarquias, mas que se destinassem à proteção da classe trabalhadora para a emancipação social. Se caso os cursos, profissionais ou gerais, não tivessem como resultado essa assertiva, deveriam ser fechados. Apesar de tudo, o congresso de Rennes, onde tais questões foram debatidas, avaliou que o ensino profissional ministrado nas Bolsas do Trabalho produziram, “moral e materialmente, bons resultados” (Ibdem, p.155).

E Pelloutier concluiu seu texto dizendo:

Porém, nossa ambição não termina neste ponto, e o alto nível alcançado pelo ensino ministrado nas Bolsas do Trabalho fez nascer em nós o desejo de conseguir (lentamente mas de modo seguro) que todas as Bolsas do Trabalho tivessem uma escola que se situasse entre a escola primária e as sessões de ensino ‘moderno’ ou

'especial' dos institutos de instrução secundária. [...] Não obstante, e sem contar muito com as problemáticas subvenções municipais, talvez encontremos estes recursos na formação das cooperativas escolares. É desnecessário acrescentar que no caso de êxito as Bolsas do Trabalho serão uma biblioteca clássica inspirada nos princípios socialistas (Ibdem).

1.3.2. Anarquismo e Organização

A vida de Fernand Pelloutier, principalmente após a criação das Bolsas do Trabalho, se voltou para a função de organização e instrução do meio sindical. Este aspecto, marca recorrente em seus escritos, foi também àquela de Errico Malatesta e que influenciou de maneira decisiva o anarquismo pregado por Pelloutier. Segundo o anarquista sindicalista revolucionário francês, em sua famosa *Carta aos Anarquistas*, disse que suas ideias se

encontram perfeitamente ilustradas na pessoa de propagandistas como Malatesta, que tão bem sabem unir à paixão revolucionária indomável a organização metódica do proletariado. (PELLOUTIER, 2013, p.21)

No ano de 1877 os antigos membros da Aliança Internacional, grupo fundado por Bakunin antes de sua adesão à AIT, criaram a “Intimidade Revolucionária”, uma articulação internacional de anarquistas muito semelhantes àquela construída pelos antiautoritários que compunham a Aliança.

Tudo indica que participaram do núcleo original Malatesta, Kropotkin, Guillaume, Schwitzguébel, Brousse, Costa, Viñas, Morago, Cafiero e posteriormente Reclus (LIRA, Juliana, MOTTA, Katia e SAMIS, Alexandre. op., cit., p.30).

O jornal *Le Revolté*, criado em 1879, passou a ser o órgão oficial da Intimidade e em 1880 se autoproclamou “comunista libertário”. Para a maioria dos militantes anarquistas, parecia claro que a coerência das ideias e a autoridade dos atos dos indivíduos que compunham a Intimidade Revolucionária, os ligava à tradição socialista inaugurada por Proudhon e Bakunin na Internacional.

Embora Malatesta se colocasse, como Kropotkin e Reclus, no campo do

anarco-comunismo, a forma como via o anarquismo era diferente destes dois. Em primeiro lugar, Malatesta dizia que a passagem do capitalismo ao comunismo anárquico sem levar em consideração um momento de transição, poderia gerar alguns problemas na medida em que a perspectiva comunista pressupunha a abundância, o que impossibilitava pensar o consumo livre das riquezas produzidas, embora desejasse ver a abundância criada de imediato por um trabalho planejado.

Mesmo antes destas reflexões, em 1876, James Guillaume, companheiro de Bakunin também expulso da AIT no Congresso de Haia, publicou um panfleto intitulado

Idées sur l'organisation sociale que projetava uma sociedade coletivista antecipada. Tratava-se de um estudo de muita reflexão, levando em conta a evolução progressiva. Entre o coletivismo (retribuição segundo o trabalho realizado) e o comunismo (o consumo livre), Guillaume insistia nas quantidades disponíveis, limitadas ou abundantes, que permitiriam passar de um consumo limitado a uma liberdade maior de consumo. Não prometia um comunismo imediato, mas um comunismo ao qual se chegaria criando a abundância. (NETTLAU, 2008., p.180)

Por isso, para Guillaume

o coletivismo e o comunismo, assim como entendiam respectivamente Guillaume e Malatesta, apresentavam-se com o maior alcance de vista: O progresso rumo ao comunismo, ou sua realização completa lá onde a abundância o permitir, e regulamentações coletivistas de diferentes naturezas lá onde a abundância ainda não existe, como objetivo de criá-la. (Idem, p.185)

No entanto, esta não era a única diferença que existia entre Malatesta, Kropotkin e Reclus, pois sua trajetória militante esteve muito mais ligada à organização da classe trabalhadora e camponesa do que à ciência, influenciando de maneira decisiva a maneira como respondeu ao contexto em que viveu. Malatesta, desde muito cedo passou a militar nas fileiras republicanas de Giuseppe Mazzini na Itália e após a Comuna de Paris

identificou-se com as teses dos seguidores de Bakunin na Itália e, no contexto da

Conferência de Rimini, que criou a Federação Italiana, em agosto de 1872, assumiu o cargo de secretário da Federação Operária Napolitana, filiada à Federação Italiana da Associação Internacional dos Trabalhadores. Esta entidade tinha o objetivo de articular as demais filiadas, conforme um programa socialista anarquista revolucionário, de caráter público, mas que clandestinamente preparava um movimento insurrecional em toda a península. (MALATESTA, 2009, p.10)

Este foi o tom de sua militância até o resto de sua vida, mas apesar de ter muito pensado e lutado à favor da organização dos trabalhadores, tinha algumas ressalvas ao sindicalismo revolucionário, tendo em vista sua postura no Congresso Anarquista de Amsterdã em 1907.

Durante as sessões deste importante encontro, Malatesta postulou a necessidade de reforçar a ideologia (anarquista) que, como complemento fundamental ao projeto revolucionário, não podia ser mitigada diante da questão sindical. Neste Congresso, Pierre Monatte, posteriormente aderente à causa bolchevista, travou um importante duelo teórico com Malatesta, partindo da premissa de que “o sindicalismo bastava por si mesmo”. (MALATESTA, 2014, p.33)

As discussões, portanto, que Malatesta aventava, diziam muito mais a respeito da forma como os anarquistas deveriam se organizar, do que necessariamente um debate a cerca dos princípios anarquistas. Suas preocupações derivavam a partir da crescente adesão à estratégia da luta parlamentar e o surgimento de partidos socialistas em algumas partes da Europa, sob a bandeira da social-democracia. Inclusive, a “Carta aos Anarquistas” de Pelloutier, dizia respeito à “expulsão” dos anarquistas da Segunda Internacional pelos partidos socialistas, por ocasião do Congresso de Londres de 1896.

Tendo em vista o surgimento de diversos partidos socialistas e a perspectiva de autonomização do sindicalismo revolucionário, os anarquistas da geração de Malatesta e Pelloutier buscaram refletir como eles poderiam se organizar de maneira não hierárquica e como poderiam estabelecer relações com o sindicalismo sem se deixar diluir por ele. O que os preocupava não era mais definir o anarquismo, mas sim estabelecer as estratégias a partir de seus princípios, por isso mesmo, Malatesta irá

deixar de lado a incerta filosofia e ater-me às definições comuns, que nos dizem que a anarquia é uma forma de vida social em que os homens vivem como irmãos, sem que nenhum possa oprimir e explorar os demais, e em que todos os meios para se chegar ao máximo desenvolvimento moral e material estejam disponíveis para todos. O anarquismo é o método para realizar a anarquia por meio da liberdade e sem governo, ou seja, sem organismos autoritários que, pela força, ainda que seja por bons fins, impõem aos demais sua própria vontade. (MALATESTA, S/D)

Assim, o anarco-comunismo ganhou novas feições através das influências de Malatesta e de outros militantes quando buscaram pensar uma organização anarquista partindo dos princípios construídos e refletidos pelas gerações anteriores.

Os anarquistas devem reconhecer a utilidade e a importância do movimento sindical, devem favorecer seu desenvolvimento e fazer dele uma das alavancas de sua ação, esforçando-se em fazer prosseguir a cooperação do sindicalismo e das outras forças do progresso numa revolução social que comporte a supressão das classes, a liberdade total, a igualdade, a paz e a solidariedade entre todos os seres humanos. Mas seria uma ilusão funesta acreditar, como muitos o fazem, que o movimento operário resultará por si mesmo, em virtude de sua própria natureza, em tal revolução. Bem ao contrário: em todos os movimentos fundados sobre interesses materiais e imediatos (e não pode estabelecer-se sobre outros fundamentos um vasto movimento operário), é preciso o fermento, o empurrão, a obra combinada dos homens de idéias que combatem e se sacrificam com vistas a um futuro ideal. Sem esta alavanca, todo movimento tende fatalmente a se adaptar às circunstâncias, engendra o espírito conservador, o temor pelas mudanças naqueles que conseguem obter melhores condições. Frequentemente, novas classes privilegiadas são criadas, esforçando-se por fazer tolerado, por consolidar o estado de coisas que desejaria abater.

Daí a urgente necessidade de organização propriamente anarquista que, tanto dentro como fora dos sindicatos, lutam pela realização integral do anarquismo e procuram esterilizar todos os germes da corrupção e da reação. (MALATESTA, 1989)

Portanto, uma organização propriamente anarquista, para Malatesta, tinha como função inspirar e orientar o movimento operário e camponês para além de suas reivindicações de classe, os liberando dos preconceitos culturais e morais das classes dominantes, mas também incorporados pelos próprios trabalhadores.

1.4. A Colmeia, uma experiência radical de liberdade e solidariedade.

Segundo Antony, Sébastien Faure, o grande animador da Colmeia, desde mais ou menos 1888 se aproximou do movimento anarquista se tornando um dos seus mais competentes orador e propagandista. “Sua posição de ‘síntese’ entre as diferentes correntes reivindicando o anarquismo é sempre um dos eixos principais dos movimentos ‘ortodoxos’ do anarquismo. Sua sólida cultura, adquirida parcialmente entre os jesuítas, permite-lhe escrever profundas críticas da religião, e, sobretudo, adquirir uma visão crítica da educação” (ANTONY, Michel. op., cit., 2011, p. 118-119).

Ainda de acordo com Antony, Faure perpetrou dois tipos de projetos pedagógicos de grande fôlego: o primeiro, A Colmeia de 1904 a 1914; e o segundo a Enciclopédia Anarquista. Faure iniciou o projeto da Enciclopédia após 1925 e com diversos colaboradores conseguiu produzir uma obra de mais de 3.000 páginas em quatro volumes, terminando este colossal trabalho em 1935.

Seu primeiro projeto, o da Colmeia, teve início em 1904, em Pâtis, nas proximidades de Rambouillet em Sena e Oise, ocupando 25 hectares com uma vintena de membros. Nesse local, aplicou as ideias de Paul Robin em matéria educativa, com algumas modificações, mas conservando o essencial delas. Para Antony, essa espécie de falanstério pedagógico, no meio da natureza, com seus locais coletivos, seus jardins e pomares, e suas oficinas (tipografia, encadernação, marcenaria, etc.) e casas especializadas, viveu uma espécie de comunismo autogestionário e de autoprodução *avant a lettre*. A criação de animais e a apicultura completavam esse quadro. As decisões eram tomadas coletivamente, e a assembleia geral e igualitária, se reunia ao menos uma vez por semana, com a presença das crianças maiores (em geral a partir dos doze anos). Os trabalhos eram ali efetuados benevolmente, pela causa. Em compensação, os trabalhadores

serviam-se no caixa comum segundo as necessidades. De fato, La Ruche sobreviveu graças aos aportes externos, e notadamente, às rendas proporcionadas pela atividade de conferencista de Faure que, por esse motivo, se mantinha com frequência ausente.

A Colmeia, ou La Ruche, tem fim por conta da “guerra, o engajamento pacifista de Sébastien Faure, o fracasso da autarquia econômica, as provocações policiais, e a dispersão forçada dos companheiros que conduzem ao desaparecimento de La Ruche em 1917” (MORIYÓN, 1989, p.121). Em 1925, em sua Enciclopédia Anarquista Faure irá retomar o debate sobre essa instituição de ensino.

O texto que Sébastien Faure escreve sobre A Colmeia, principal obra para o nosso entendimento do projeto, faz parte da seleção de alguns recortes de um folheto escrito por ele chamado “A Colmeia: Obra de Solidariedade. Ensaio de Educação”, publicado em 1916. Seu programa era o seguinte:

“Mediante a vida ao ar livre, regime regular, higiene, limpeza, passeio, esportes e movimento, formamos seres sãos, fortes e belos.

Mediante ensino racional, estudo atrativo, observação, discussão, espírito crítico, formamos inteligências cultivadas.

Pelo exemplo, docilidade, persuasão e ternura, formamos consciências retas, vontades firmes e corações afetuosos.

A Colmeia não é subvencionada pelo Estado, nem pelo Ministério e nem pelo Município. Cabe aos homens de coração e de inteligência auxiliar-nos, cada um na medida de suas possibilidades” (Idem, p.111)

Segundo Faure, existiam dois projetos de escolas em disputa em seu tempo. Uma era a escola confessional, de controle da Igreja, a outra era a escola leiga, subvencionada e administrada pelo Estado. A Colmeia seria, desde o momento de sua fundação, a escola do amanhã.

“A escola cristã é a escola do passado, organizada pela Igreja e para ela; a escola leiga é a escola do presente, organizada pelo Estado e para ele; A Colmeia é a escola do futuro, A Escola simplesmente organizada para a criança, de tal maneira que, deixando de ser o bem, o objeto, a propriedade da Religião e do Estado, se

pertença a si mesma e encontre nela o pão, o saber e a ternura, que seu corpo, cérebro e coração necessitam”. (Ibdem, p.111)

A Colméia era, então, uma escola que não buscou formar a criança para as instituições que as dominavam, fosse ideologicamente ou politicamente. A escola do futuro propugnada por Faure era uma escola que existia em função da criança, era uma organização que buscava não tratar a criança como um objeto, como um bem, uma propriedade, mas sim como ela é, simplesmente, e que fosse capaz de desenvolver nas crianças os conhecimentos que lhes fizessem reproduzir a própria vida, portanto de serem produtoras, de pensar criticamente e de se reconhecerem nas outras pessoas pelo afeto e companheirismo.

Faure nos conta que durante sua militância ganhava dinheiro através de suas conferências, e quando os gastos de viagens, estadias, alimentação e etc., haviam sido pagos, todo seu dinheiro destinava-se ao movimento anarquista. No entanto, em determinado momento, procurou investir esse dinheiro em um projeto único quando conseguiu estabelecer duas constatações:

A primeira constatação é aquela que segue o pressuposto filosófico hobbesiano:

“de todas as objeções que se opõem ao advento de uma humanidade livre e fraternal, a mais frequente e a que parece mais tenaz é a que o ser humano é profundamente e irrefutavelmente perverso, vicioso, mau; e que o desenvolvimento de um meio livre e fraternal, que implica a necessidade de indivíduos dignos, justos, ativos e solidários, a existência de tal meio, essencialmente contrário à natureza humana, é e continua sendo sempre impossível.

Segunda constatação: quando se trata de pessoas que chegaram à velhice ou simplesmente à idade madura, é quase impossível, e quando se trata de adultos que alcançaram a idade de vinte cinco ou de trinta anos sem ter a necessidade de participar das lutas sociais de sua época, é muito difícil tentar com êxito a obra desejada, e necessária, de educação e de conversão; e, pelo contrário, não há nada mais fácil do que realizar isto com seres ainda jovens, os pequenos de coração inocente, cérebro novo, vontade flexível e maleável”. (Ibdem, p.112-113)

A partir do estudo do texto de Faure, podemos dizer que em sua concepção a escola não deveria se colocar “fora” da sociedade atual criando uma bolha de uma experiência libertária, muito pelo contrário. A escola deveria experimentar os

princípios de solidariedade e liberdade, segundo nosso autor, “na medida do possível”, ou seja, pondo em prática as ideias anarquistas, tencionando de maneira inevitável, nos dizeres de Faure, com a realidade de um mundo egoísta e não livre. Neste sentido, o anarquista conclama que em nada adiantaria criar uma escola longe das contradições entre exploradores-explorados, dominadores-dominados, se o intuito seria transformar de maneira radical a sociedade. Se a escola fosse apenas um espaço de liberdade - o que La Ruche de fato foi, mas não somente isso - em que fosse possível experimentar a liberdade, ela não seria suficientemente crítica no sentido da emancipação social e poderia criar pessoas que não estivessem preparadas para a realidade de dominação e exploração que da sociedade circundante.

”A Colmeia não é, falando com propriedade, uma escola”. Assim começa a explicação de Sébastien Faure sobre A Colmeia, o que logo nos espanta. Mas por que A Colmeia não seria uma escola? Seguindo os parâmetros do que se considera uma escola na sociedade em que vivia, Faure destrincha, ao mesmo tempo que nega, a escola de seu tempo:

“Uma escola é um estabelecimento fundado visando à educação e sem nenhum outro objetivo. Os professores ali vão dar suas aulas e os alunos vão assisti-las. Os professores têm por missão ensinar o que sabem e os alunos têm o dever de aprender o que lhes é indispensável e bom não ignorar. Esta é, praticamente, a finalidade de uma escola”. (Ibdem, p.113-114)

Por outro lado, A Colmeia, para Faure, também não era um internato, pois recebe um financiamento da família da criança para cobrir todos seus gastos, desde a hora que entra até o dia que sai da instituição. Na Colmeia, pelo contrário, quando recebem algum dinheiro das famílias das crianças o fazem de maneira voluntária, sabendo que esta verba terá como destino o caixa comum, e qualquer um pode fazer uso do dinheiro de acordo com suas necessidades

Por último, A Colmeia não seria, também, um orfanato. Apesar de abrigar em seu interior alguns órfãos, não possuía os registros legais necessários para se enquadrar nestes tipos de instituições. Então, o que era, de fato, A Colmeia? Faure nos diz de maneira clara e sucinta: “É ao mesmo tempo que uma obra de solidariedade, uma espécie de laboratório onde se experimentam métodos novos

de pedagogia e de educação” (Ibdem, p. 114), e assim irá dissertar como se deu o funcionamento interno dessa instituição que, por ainda não pertencer a este tempo, não possuía um nome, mas que pelos condicionamentos históricos chamamos de escola, e que para Faure chamava-se simplesmente, A Colmeia!

Sobre seu funcionamento e organização, categoricamente nosso autor diz que na Colmeia existia um diretor, no entanto, se for levado em consideração o papel que essa figura possuía em outros estabelecimentos de ensino, não poderia ser assim nomeado.

No caso da Colmeia, o diretor possuía outra função, a de

centralizar todos os serviços e coordenar todos os esforços, de tal modo que cada serviço, ao mesmo tempo que é autônomo, mantém com os demais serviços à coesão necessária para seu funcionamento de conjunto, e também para que os esforços não se neutralizem uns aos outros, mas sim, ao contrário, que se ajudando mutuamente, se obtenha com um mínimo de esforço o máximo de efeito. Deste ponto de vista se pode dizer que há na Colmeia uma direção; mas é objetiva; é só uma função como as outras; só um serviço; só anotação do conjunto e controle geral das atribuições divididas, dadas responsabilidades repartidas. (Ibdem)

Na Colmeia, parafraseando o antropólogo Pierre Clastres em “A Sociedade contra o Estado”, o diretor não é diretor de escola.¹³ O que significa isso? Que o diretor da Colmeia não dispunha de nenhuma autoridade, de nenhum poder de coerção, de nenhum meio de dar uma ordem. O diretor não era um comandante, e as pessoas da Colmeia não tinham nenhum dever de obediência. O espaço do diretor não era o lugar do poder, e a figura de “diretor” não prefigurava em nada aquela de um futuro déspota na “escola” fundada por Sébastien Faure.

Neste sentido, o que conferia autoridade, portanto, poder aos diretores de escolas? Podemos dizer que os diretores de escolas possuíam poder dependendo da instituição que estavam servindo. No caso da Igreja, o diretor possuía poder, pois sua função era a de salvar as almas das crianças pelo catecismo, lhes ensinando o caminho do cristianismo. Este poder lhe foi concedido pela Igreja

13 “(...) a tribo não possui um rei, mas um chefe que não é chefe de Estado.” CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado, pesquisas de antropologia política, Cosas & Naif, São Paulo, 2003, p. 222-223.

Católica, instituição legítima da Vontade de Deus.

Para a escola leiga, o diretor possuía poder na medida em que o Estado lhe incumbia a responsabilidade de educar as crianças para serem cidadãos ao conhecerem a história de seu país e de seus líderes, as fronteiras que delimitavam o Estado-Nação e assim por diante.

Nas escolas particulares, o diretor possuía poder porque os donos da escola, ou seja, aqueles que eram detentores da propriedade privada escolar, conferiam a esse diretor seu poder administrativo, já que possuíam o poder econômico sobre a escola. Em muitos casos, os próprios diretores da escola eram seus proprietários e acabavam por centralizar tanto o poder administrativo, quanto o poder econômico. Esses três tipos de escolas preservavam o sacro santo direito do poder. O poder temporal, o poder político e o poder econômico, sendo que o projeto de poder criado pela Colmeia diferia imensamente.

Na Colmeia, o diretor se tivesse que tomar alguma decisão deveria chamar uma assembleia para que fossem tirados os encaminhamentos. Em assembleia,

ele tem voz com o mesmo direito que os outros; expressa a sua opinião, emite o seu parecer como os demais, e o seu parecer não toma o caráter de nenhum valor especial. Dão-lhe razão, quando acham que ele a tem; tiram-lhe a razão, se acharem que ele não a tem; não é o superior de ninguém; nem o inferior: é igual a todos. [...] Para os meus colaboradores e para mim, isto é bastante natural e muito justo. Num meio comunista, libertário, não poderia ser de outra maneira. (MORIYÓN, 1989, p.115)

Ideia muito próxima daquela que Clastres trouxe ao falar da organização de algumas sociedades indígenas. Assim como o diretor da Colmeia, os chefes dessas tribos são nomeados chefes por suas funções técnicas, tais como dons oratórios, habilidades como caçador, capacidade de coordenar as atividades guerreiras, ofensivas ou defensivas e

de forma alguma, a sociedade deixa o chefe ir além desse limite técnico, ela jamais deixa uma superioridade técnica se transformar em autoridade política. O chefe está a serviço da sociedade, é a sociedade em si mesma - verdadeiro lugar do poder - que exerce como tal sua autoridade sobre o chefe. É por isso que é impossível para

o chefe alterar essa relação em seu proveito, colocar a sociedade a seu próprio serviço, exercer sobre a tribo o que denominamos poder: a sociedade primitiva nunca tolerará que seu chefe se transforme em déspota. (CLASTRES, 2013, p.223-224)

Da mesma forma acontece com o diretor no interior da Colmeia, pois

assim que este diretor deixa de atender ao público e de enfrentar os provedores, os proprietários, os banqueiros, o coletor de impostos, as autoridades constituídas, os grupos e os companheiros, ele volta aos seus colaboradores e entra na fila; transforma-se num deles, uma unidade como cada um deles, nem mais, nem menos. (MORIYÓN, 1989, p.115.)

Sendo assim, quem possui de fato o poder, tanto no caso da tribo indígena, quanto na assembleia d'A Colmeia não era o chefe da tribo e o diretor da escola, mas sim o próprio conjunto da coletividade. O poder emergia da comunidade ao diretor, da tribo ao chefe, e não o inverso. Assim podemos dizer que A Colmeia nunca tolerou que seu diretor se transformasse num déspota.

Essa diferença entre o cargo assumido e a relação de poder fica mais clara ainda quando nos debruçamos sobre os “educadores” da Colmeia, chamados de colaboradores. Esses colaboradores não ganhavam nenhum dinheiro em realizar seu trabalho, abolindo assim o sistema assalariado. As funções eram cumpridas com a maior responsabilidade e capacidade, sendo que eles poderiam lá viver da melhor maneira possível.

Segundo Faure, os colaboradores, quando necessário, retiravam algum dinheiro do caixa comum, mas que nunca, até aquele momento, em 10 anos de funcionamento da Colmeia, havia subtraído uma quantia superior daquela que precisasse. Ainda segundo Faure, os colaboradores possuíam uma satisfação maior daquela que o dinheiro oferece, pois “usufruem das satisfações morais e das alegrias do coração, que compensam em dobro as vantagens a que eles deliberadamente renunciaram”. (Idem, p.116)

Os trabalhos realizados pelos colaboradores, além de serem voluntários, eram autônomos, ou seja, cada um conhecia as atribuições e as responsabilidades inerentes à função que exercia e todos contavam com a capacidade e a consciência

de cada profissional.

Em determinado momento do texto, nosso autor comenta sobre as reuniões semanais que eram realizadas na Colmeia. Assim, temos uma noção de como eram tratados os problemas e as questões do cotidiano dessa instituição escolar. Nos é exposto que as crianças, depois de uma certa idade, participavam das reuniões dos colaboradores e entravam em contato com a “vida” da escola. Neste sentido, podemos supor que estas “crianças maiores”, ao chegarem nas reuniões, pudessem ficar meio perdidas, tímidas e um pouco caladas. No entanto, também é fácil de imaginar que pouco a pouco, com a constante presença delas neste espaço de discussão e debate, fossem se empoderando tanto das dinâmicas quanto dos problemas que a escola possuía, entendendo como que uma instituição se sustenta economicamente e, em especial no caso da Colmeia, pedagogicamente. Se assim fosse, o empoderamento dessas crianças se daria também no plano político, pois compreenderiam como funciona a lógica de uma assembleia, onde deve-se expor suas ideias de maneira clara e sucinta, que não fique no campo da retórica, mas no campo da análise crítica da realidade. Com isso, essas crianças poderiam passar de tímidas e caladas para pessoas racionais e capazes de construir argumentos - e não apenas opinião - sobre um dado assunto. A educação que A Colmeia proporcionava era assim muito mais do que os conhecimentos científicos, filosóficos ou profissionais, mas também o conhecimento de uma forma horizontal de organização, respeitando tanto a liberdade individual quanto as tomadas de decisões coletivas, desenvolvendo a autonomia do sujeito, ao mesmo tempo que se pensava uma autogestão social, tudo isso envolto num espaço de solidariedade e companheirismo.

“O papel do ensino é levar ao desenvolvimento máximo todas as faculdades da criança; físicas, intelectuais e morais. O dever do educador consiste em favorecer a plenitude total desse conjunto de energias e de aptidões que encontramos em todos. [...] Seres completos! Em nossos dias encontramos muito poucos. [...] E esta é uma das consequências fatais da organização social e dos métodos educativos que dela derivam.” (Ibdem, p. 122)

A educação que não leva em consideração o desenvolvimento das três

faculdades, segundo Faure, construiria um ser humano incompleto, “pedaços de humanidade”. Por um lado, o operário possuía músculos vigorosos, mas cérebro fraco; já aquele que possui uma educação intelectual, geralmente um burguês, tem cérebro vigoroso, mas músculos fracos. O resultado social dessa divisão, da fragmentação do ser humano, é para Sébastien: “rivalidade entre trabalhadores braçais e intelectuais; trabalho intelectual mais considerado e mais bem retribuído do que o trabalho braçal; este que continuará indefinidamente sendo inferior, mal retribuído e humilhado”. (Ibdem, p. 123)

Por isso Faure considerava a função do ensino possibilitar, o máximo possível, o desenvolvimento pleno das pessoas, onde o operário pudesse abordar o estudo de um problema científico, apreciar uma obra de arte, conceber ou exercer um plano, e também participar de discussões filosóficas; por conseguinte, o trabalhador intelectual teria o direito e o dever de por a mão à obra, utilizar com destreza os braços, fazer da fábrica ou do campo um papel honrado e útil. Para isso, a Colmeia desenvolveu em seu interior cursos profissionais aliados aos de ensino geral.

A Colmeia oferecia cursos profissionais de uma ampla gama. Meninos e meninas exercitavam-se nessas oficinas e a maior parte dos produtos construídos destinava-se para o uso interno da escola. No entanto, existiam outras oficinas, tais como a imprensa, a carpintaria, encadernação e costura, que produziam para fora ou estavam em vias de produzir. Quando as crianças atingiam a idade de dezesseis anos, já haviam recebido da escola um conhecimento geral suficiente para uma preparação profissional, “e como operário ou operária que possa satisfazer as suas necessidades, pode, se quiser, deixar A Colmeia ou continuar nela. É livre e realiza a sua escolha com total independência”. (Ibdem, p.124)

Àquelas crianças que deixavam A Colmeia passavam a ser seus colaboradores, trabalhando nas oficinas. Suas produções eram vendidas em diversas associações operárias e de resistência, tais como os Sindicatos, as Cooperativas, as Universidades populares, as Bolsas do Trabalho e as Agrupações de Vanguarda Ainda em relação às finanças d’A Colmeia, Faure nos coloca o quanto que tiveram de déficit no ano de 1913 a 1914. Segundo ele,

entre os gastos e nossa receita, a diferença foi de 20.719 francos, de trinta de junho de 1913 a trinta de junho de 1914. Este déficit de 30.000 francos foi coberto com o produto de minhas conferências no transcurso do mesmo período de tempo. (Ibdem, p.125.)

Faure, apesar de dizer que fazia o trabalho de conferencista com maior vigor, no alto de seus quarenta e oito anos, também considerava que se encontrava às portas da velhice e que a energia que empreendia logo não seria a mesma do que de vinte anos antes. Apesar de pensar e verbalizar sua preocupação não conseguia achar nenhuma saída diferente. Talvez possamos dizer que com isso os leitores pudessem se sensibilizar com a causa d'A Colmeia. Apesar de tudo, o velho anarquista apostou no futuro ao dizer que

daqui a pouco tempo A Colmeia já não precisará de contar com os recursos de caráter necessariamente aleatório de minhas conferências, e se bastará a si mesma, acabando por substituir estes recursos por produtos de caráter regular e seguro. (Ibdem, p. 125)

Dando um salto para um lugar onde até então seus antecessores não haviam conseguido alcançar, Sebastien Faure alia a ideia de autogestão pedagógica com a autogestão econômica da escola, abrindo novas veredas ao pensamento pedagógico anarquista.

CAPÍTULO 2
Trajetórias Educacionais anarquistas no Brasil

2.1. O Movimento Operário e Anarquista no Brasil

O anarquismo, logo nos primeiros anos que antecederam a proclamação da República, se mostrou não como um movimento social marcado pela luta da organização dos trabalhadores e pela busca da criação de outro mundo fundado sob os princípios de liberdade, igualdade e solidariedade,

a ideia de anarquismo aparecia no espaço público, imprensa em particular, com a forja dos que, com a sua negativa, pretendiam colocar o Estado brasileiro no caminho da estabilidade política. (SAMIS, 2004, p.126)

Este discurso havia sido criado pelo movimento republicano pretendendo buscar, com isso, construir uma ideia de que o anarquismo era a antítese da ordem e da tranquilidade almejada para o Brasil. Todavia, existiam outras maneiras da utilização termo “anarquismo” nesse período. Jornais como *O Anarquista Fluminense*, de 1835, e o *Grito Anárquico*, de 1848, utilizavam-se dessa legenda de maneira jocosa ao poder instituído. Por isso, podemos dizer que

no início do século XIX, tanto no Brasil como no exterior, o que caracteriza o anarquismo é a busca por um argumento da participação social, aquilo que os governos chamavam de 'excessos de liberdade'. (Idem, p.127)

Posterior a esse período, o anarquismo se mostrou como um movimento social que procurou construir uma realidade nova. No caso do Brasil, essa outra face do anarquismo foi posta em prática com a fundação de diversas colônias rurais. No idos dos anos 1840, começou haver a criação de diversas colônias que não ambicionavam apenas o rápido enriquecimento e o desejo de explorar a terra. Já chegavam ao Brasil, naquele contexto, pessoas que tinham a pretensão de criar colônias com um viés socialista. Este foi o caso do francês Louis Vauthier, que chegou à Pernambuco para trabalhar no departamento de Obras e encontrava alguns interlocutores para a disseminação de ideias socialistas. Ele propunha, além de outras medidas, um plano de urbanização inovado e estimular o campo de discussões sobre o socialismo em Recife.

Nos anos que se seguiram, muitas outras iniciativas semelhantes foram levadas a cabo por libertários de diversas procedências. Um levantamento, feito pelo pesquisador Alexandre Samis, mostra alguns desses exemplos:

Colônias como as de Guararema, 1888, na Província de São Paulo, fundada pelo italiano Arthur Campagnoli; a 'Cosmos', fundada por norte-americanos sem Santa Catarina, e a Colônia Vapa, no município paulista de Assis, organizada por imigrantes letões. [...] No Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1908, algumas famílias de imigrantes vieram colonizar uma área encravada na serra da Mantiqueira, que ficaria conhecida como 'Visconde de Mauá'. (Idem, p. 131)

Entre as colônias fundadas por anarquistas, a de maior prestígio foi, sem sombra de dúvidas, a Colônia Cecília. Fundada pelo médico veterinário Giovanni Rossi, a Colônia Cecília ganhou bastante prestígio entre os libertários por colocar em prática os princípios anarquistas. Rossi fez um levantamento rigoroso das práticas de amor livre, de relações familiares poliândricas e da caixa de rendimento comunal.

Entretanto, Giovanni Rossi, antes de vir ao Brasil e fundar a Colônia Cecília, percorreu um extenso caminho, pesquisando e estudando as práticas libertárias rurais. Estabeleceu como objetivo experimentar a vida em comunismo anarquista no qual se poderia viver “sem leis, sem propriedade privada, e com livre acesso de todos aos frutos da produção, para provar se esta, na prática, era ou não possível”(MARCOS, 2009). Através de sua curiosidade científica, Rossi perguntava se os indivíduos eram realmente capazes de seguir o princípio de produção comunitária: *a cada qual segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades*.

Caminhando em busca da resposta à sua pergunta, Giovanni Rossi buscou refletir as possíveis situações que poderiam existir dentro de tal colônia, e foi, neste momento, que nasce *Um Comune socialiste*, livro que escreveu sob o pseudônimo de Cardias. O romance de Rossi foi fundamentado em estudos ancorados nas pesquisas mais avançadas de sua época sobre a produção agrária, se distinguindo das produções anteriores, com o caráter utópico flagrante.

O romance é estruturado em forma de narrativa e é dividido em duas partes principais: a primeira, intitulada propaganda, onde Rossi tenta convencer o leitor a converter-se ao Socialismo; a segunda, intitulada organização, onde é descrita a organização e o funcionamento de Poggio al Mare, a aldeia imaginária situada na costa tirrênica, depois de sua conversão ao Socialismo. (Idem)

Neste sentido, podemos entender que a proposta de criar e refletir acerca da construção de colônias socialistas servia como forma de propagandear o Ideal Anarquista entre a população, principalmente a fração camponesa. Através da experimentação de novas relações com a terra, com os meios de produção e com o “outro”, as pessoas poderiam começar a acreditar que era possível existir alternativas às misérias que até então viviam.

(...) a civilização moderna se fundamenta sobre o eixo da propriedade privada dos capitais, e a sociedade nova terá, ao contrário, por eixo de rotação a propriedade comum.

[...] Se amanhã os trabalhadores do mundo soubessem que é possível existir sem a propriedade privada, as atuais ordens desapareceriam de uma vez sem violência. Eis, pois, onde e por que deve entrar em campo a experiência. Somente para mostrar, com os fatos, se a propriedade comum pode ser, por sua vez, prêmio da sociedade humana. Este princípio deve ser submetido à prova.(Ibdem)

Rossi não se limitou, ao longo de sua vida, em propagandear pela escrita as colônias socialistas. Buscou implantá-las na prática, vivendo as dificuldades e resistências desse projeto. Este foi o caso de sua experiência em Cittadella, local onde primeiramente criou uma cooperativa agrícola com a finalidade de transformá-la em uma colônia. Mas seu projeto não frutificou. Contudo, em vez de considerar uma experiência negativa, segue seus planos até ter a oportunidade de construir uma colônia na América do norte. No entanto, viveu contra tempos que o levou mais ao sul do continente americano. A Colônia Cecília teve duração de 1890 à 1894, sendo que por volta dos anos de 1892 sua produtividade era inegavelmente mais promissora do que as que existiam na região, provando que a coletivização

das terras e o uso comum dos meios de produção melhoravam a qualidade das plantações. Experiências diversas foram experimentadas, inclusive acerca do amor livre, realizada por uma família e o próprio Giovanni Rossi. Muito dos princípios anarquistas foram postos à prova e passaram no teste; viver em Anarquia, para Rossi, era sim possível.

Vários motivos contribuíram para a Colônia Cecilia deixar de existir. Brigas internas que a enfraqueceram; pressão das colônias vizinhas obrigando os colonos a buscarem outras fontes de renda; e a superpopulação que inviabilizou maior coerência entre os princípios perseguidos. Segundo Giovanni Rossi, Cecília foi bem sucedida para aquilo que tinha sido proposto: demonstrar que os princípios anarquistas eram possíveis de ser vivenciados, mesmo por um curto período de tempo. A luta seguinte, seria rever aquilo que inviabilizava a vivência anarquista de criar raízes: o capitalismo, a família nuclear burguesa e o patriarcalismo ¹⁴.

No início da República, com o crescimento da malha urbana e da população nas cidades, foi que o movimento anarquista ganhou força se juntado às reivindicações operárias. Ganhou, então, uma expressão nunca antes verificada.

Em 1890, o Rio de Janeiro contava com 522.000 habitantes, número que, em 1906, crescia para 811.443. Neste ano estavam concentrados na indústria 83.243 trabalhadores, em contraste com 66.062 postos ocupados no comércio e 14.214 nos transportes. Em 1907, encontravam-se no Rio de Janeiro cerca de 30% de todas as indústrias do país, enquanto que São Paulo ficava com a proporção de 16% das empresas, tomando-se o mesmo parâmetro. (SAMIS, 2004, p.133)

A recente República, apesar da propaganda realizada em formar um país livre das injustiças e das heranças do Império, não conseguiu, ou simplesmente não desejava, resolver os problemas estruturais pátria. O modo de produção da época legou as mesmas negligências e exploração do passado, atingindo de maneira direta o operariado.

¹⁴Inclusive este é um dos problemas que Rossi elenca como o de maior importância, já que o camponês, vindo de um estilo de vida centrado na família patriarcal e autoritária, não se adapta aos princípios do anarquismo. Em Cecília ocorre um racha entre algumas das famílias camponesas e aqueles que acreditavam no projeto da colônia, sendo que a resolução do conflito acaba pela saída das famílias camponesas, com eles levando muitos instrumentos de trabalho. Rossi chega a dizer em o “partido camponês” quando se refere a eles.

As ideias socialistas, trazidas pelos primeiros imigrantes e logo acolhidas pela massa de trabalhadores, disseminaram-se como rastro de pólvora e

no ano de 1901, Gustavo de Lacerda, sob inspiração de Tolstói e Lamennais, escreveria o livro *O Problema Operário no Brasil* e, no ano de 1903, surgiria a Federação das Associações de Classe, seguindo o modelo da CGT francesa, no estado do Rio de Janeiro, posteriormente transferida para a Capital Federal, recebendo o nome de Federação Regional Brasileira, em 1906. Em São Paulo, no ano de 1905, os sapateiros, padeiros, marceneiros e chapeleiros fundavam a Federação Operária de São Paulo (F.O.S.P.) e, no ano do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro, era criada a Federação Operária do Rio de Janeiro (F.O.R.J.). (Idem, p.134)

Com a aparição voraz do movimento operário revolucionário, os militantes anarquistas cariocas viram a oportunidade de organizar o Congresso Operário Regional Brasileiro nos dias quinze a vinte e dois de abril de 1906, no centro Galego. Tendo como exemplo o sindicalismo revolucionário francês, o Congresso aprovou suas teses, procurando organizar os trabalhadores a partir da neutralidade sindical, do federalismo, da descentralização, do antimilitarismo, do antinacionalismo, da ação direta, sabotagem, boicote, da criação de escolas, centros sociais, universidades populares e da Greve Geral. Tais princípios passaram a fazer parte das estratégias seguidas pelos sindicatos que subscreveram as propostas do “Primeiro Congresso Operário Brasileiro”, nome adotado pela comissão de redação das deliberações finais do referido encontro.

O Congresso decidia também pela organização dos sindicatos por ofício, indústria ou, em último caso, por ofícios vários, além de aconselhar, nas áreas rurais, uma propaganda no sentido de se organizarem em sindicatos de resistência. (Idem, p.135)

Segundo Samis, a adesão do movimento operário brasileiro à estratégia do sindicalismo revolucionário desenvolvido na França deriva de dois motivos: primeiro, porque ao escolherem como campo de atuação a esfera econômica os trabalhadores abrangeriam muito mais pessoas no interior dos sindicatos e

associações operárias de resistência. Com um programa mínimo, onde havia a possibilidade de convivência de pessoas das mais diferentes crenças religiosas ou políticas, os trabalhadores poderiam focar-se nas estratégias econômicas de reivindicações, tais como a sabotagem, o boicote, a greve geral e etc., colocando em prática a ação direta, tão cara aos anarquistas. Com isso, os sindicatos excluía de suas estratégias as disputas eleitorais, vendo na luta política uma forma de compactuar com a burguesia e o Estado. Em segundo lugar, ao adotarem o modelo francês da CGT, os trabalhadores organizavam-se de acordo com o princípio federativo, possibilitando aos trabalhadores autonomia dentro dos sindicatos, dos sindicatos dentro da federação e, por sua vez, da federação dentro da confederação, organizando o movimento operário de tal forma que o poder estivesse descentralizado, emergindo de baixo para cima.

Por conta da dinâmica de organização operária que se delineava, muitos anarquistas esperavam que

“na ação concreta, na solidariedade, e na observação empírica das contradições entre capital e trabalho, evidenciadas nos confrontos, estivesse a grande lição a ser aprendida pelos trabalhadores. Essa era a garantia, segundo eles, da aquisição de princípios ideológicos, não pela pregação retórica ou manuais, destituídos das experiências sensíveis, mas pela prática da ação cotidiana e revolucionária das massas”. (ibidem, p.136)

Depois dos dois Congressos Operários, o primeiro realizado em 1906, e o segundo em 1913, tais mobilizações, no sentido da organização do movimento operário, possibilitou, de maneira mais coordenada, a realização de diversas greves e reivindicações. Junto a esses acontecimentos, o governo logo se prontificou a reagir de maneira truculenta, principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Sendo assim, os militantes anarquistas viram a necessidade, segundo Alexandre Samis, de formar uma organização específica anarquista:

assim como os trabalhadores haviam fundado o Comitê de Defesa Proletária na greve de 1917, e o Conselho Geral dos Operários para o resgate de presos grevistas, em 1919, os libertários criaram, em 1918, a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro. A Aliança surgiu como um órgão de união, entendimento e de aliança entre

anarquistas, no sentido da propaganda e ação entre seus membros e no meio proletário. Esta iniciativa, como sua congênere (...) de 1919, que se constituiu no Partido Comunista libertário, tinha como objetivo dar organicidade às ações dos libertários que pensavam não bastar unicamente a inserção sindical para alavancar a Revolução Social. (Ibdem, p.145)

Os militantes da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro convocaram uma reunião para o dia vinte de janeiro de 1918, no qual se buscou por fim às discussões que até então ali haviam sido discutidas entre anarquismo e sindicalismo, criando a dita organização específica, que, segundo seus militantes era um “organismo de espírito largo e amplo, jenerico e fundamental”.¹⁵

Assim os editores do boletim definem o que seria esta organização libertária:

A Aliança Anarquista não propriamente uma agrupação no sentido restrito e comuns das agrupações libertárias: é antes um orgam de união, de entendimento, de *aliança* entre todos os anarquistas do Rio de Janeiro formados em grupos ou não. O seu fim é congregar esforços na propaganda jeral e bazica da anarquia, sempre que isso se tornar oportuno e necessário. (Boletim da Aliança Anarquista, n.1, fevereiro de 1918)

Os militantes aliancistas não consideravam que a Aliança Anarquista era um *grupo de afinidade*, pois

os grupos de afinidade são constituídos por militantes cujo relacionamento fundado em interesses peculiares é tanto mais intenso na medida em que é alimentado por ideias e práticas revolucionárias. Cada grupo tem um número limitado de participantes que garante maior grau de intimidade entre seus membros. São autônomos, onde seus integrantes podem reestruturarem-se tanto individual como socialmente. Funcionam como catalisadores do movimento proporcionando iniciativa e conscientização. A união ou separação de cada grupo é determinada pelas circunstâncias e interesses próprios, e não por qualquer decisão centralizada. As adesões ou saídas são feitas espontânea e livremente, sem pressão de qualquer natureza. Durante períodos de repressão política os grupos de afinidade são muito resistentes. Devido ao alto grau de coesão que existe entre os participantes se torna difícil penetrar no grupo, e mesmo sob as condições mais difíceis, os grupos de afinidade conseguem manter contatos. (CUBEROS, 1990)

¹⁵Boletim da Aliança Anarquista, n.1, fevereiro de 1918.

Por isso, a organização pensada pelos anarquistas da Aliança excedia àquela dos grupos de afinidades, uma vez que esses grupos compunham apenas algumas pessoas de confiança, o que reduzia, em muito, seu campo de atuação.

Como a Aliança Anarquista pretendia influir nas massas trabalhadoras e na população no geral, procurou organizar todos os militantes do estado do Rio de Janeiro, independente de sua “coloração”. Para além das etiquetas, buscaram a união entre eles para que houvesse uma ação mais eficaz no sentido da propaganda libertária. Esta proposta de organização numa Aliança Anarquista se estendeu também para São Paulo, e, no segundo número do boletim da Aliança do Rio de Janeiro, acerca das eleições, publicou:

a Aliança Anarquista de S. Paulo publicou um excelente manifesto que sentimos não poder reproduzir na integra. Mas o seguinte pedacinho sintetiza perfeitamente o pensamento anarquista sobre o sufrágio: <Nós nada temos com as eleições – e o nosso conselho aos eleitores é um único: não votem seja por quem fôr... (Boletim da Aliança Anarquista, n.2, março de 1918)

O Boletim de número um da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro termina sua folha explicando ao leitor o que seria o Anarquismo:

Que é Anarquia?

Anarquia quer dizer não superioridade, não governo de indivíduos que impõem sua vontade aos outros.

Isto não quer dizer que seja falha de direção ou de ordem. Pelo contrário, hoje em dia temos uma ordem aparente.

Com efeito, si suprimirmos a polícia, a FORÇA armada, a sociedade se mostrará numa grande desordem, Logo, só existe hoje compressão. Para haver certa ordem aparente é necessário o emprego da força pública.

E porque é necessário essa força? Porque, evidentemente, uma grande parte dos homens não estão satisfeitos com outra parte. Realmente, uma parte dos homens, que se chamam governo, usam a força pública contra a outra parte dos homens.

Mas quem são esses homens do governo? Dizem eles que são os eleitos do povo, mas nós sabemos que são os representantes dos que exploram o povo: banqueiros,

patrões, políticos, comerciantes, etc. Quando os trabalhadores vão *votar* neste ou naquele homem do governo são iludidos por ele ou obrigados pelos patrões.

Na sociedade não há portanto *acordo* entre os homens, porque os exploradores nunca podem se pôr de *acordo* com os explorados. Por isso os explorados: escravos, servos, criados, operários, se revoltam contra eles. Daí as greves, as revoltas, as revoluções.

Para se manter essa escravização dos trabalhadores os homens do governo gastam somas fabulosas para sustentar soldados, juizes, funcionários públicos, etc. Essas somas poderiam, bem aplicadas, minorar a miséria dos trabalhadores.

A *Anarquia* é a constituição de uma sociedade sem os homens do governo, isto é, sem os exploradores. É uma sociedade em que há direção, ordem, acordo, mas sem policiais, sem ezercitos, nem ministros.

Será isso possível? Sim, desde que suprimamos a cauza unica de todas as dezavencas sociais, de todos os crimes e vícios.

E qual [é] esta cauza? A *propriedade*. Realmente, os roubos, as guerras, as falcatruas, a maior parte dos assassinios, o jogo, a prostituição, a miséria, todos os males sociais provêm da *propriedade*. Alguns individuos se apoderam da Terra e não permitem que a maioria dela a cultivem e dela estraíam riquezas comuns. Esses individuos tiram para si o mais possível e deixam o menos possível para os outros. Para isso inventou-se o *dinheiro* e por esse meio as riquezas são distribuidas muito mal. Ezemplo: um trabalhador do sertão ganha por um trabalho horrível de 12 horas apenas 1\$000. É o mesmo que recebe um tabelião para escrever embaixo de uma firma: *Reconheço a firma de fulano*. Nota-se que o trabalhador da enxada produz *riqueza* e o tabelião não produz nada. O tabelião é um *parazita*.

Estinguindo-se o direito da propriedade, acabará essa injustiça clamorosa e as riquezas pertencerão a todos. Só assim os serviços serão distribuídos com ordem e se evitarão os enormes gastos inuteis com reclamos, luxos, funcionarios vadios, guerras, etc.

Anarquia é portanto uma obra de bom senso.

No futuro os homens ficarão espantados de saberem que houve um tempo em que a humanidade viveu sob o rejimem atual.

Medita nisso o que dizemos e provura ler os livros anarquistas (destaque do original). (Idem)

E o texto termina indicando alguns livros para o leitor, tal como Palavras dum Revoltado, A Conquista do Pão, O Apoio Mutuo e a Ciência Moderna e a Anarquia de Piotr Kropotkin; A dor universal de Sebastien Faure; A Sociedade moribunda e a Anarquia, A Sociedade Futura e O individuo e a sociedade de Jean Grave;

Socialismo e Anarquismo de A. Hamon; O caminho da sociedade nova de Chr. Cornellsen; e O amor livre de Charles Albert.

Apesar da intensa organização dos anarquistas ter sido quase que exclusivamente no interior dos sindicatos e federações operárias, e entre eles mesmos, alguns de seus militantes, sendo também ardentes adeptos da luta de classes, utilizaram outras estratégias de ação diferentes daquelas adotadas nas sociedades de resistência.

Partindo da mesma premissa da ação direta, alguns militantes anarquistas se utilizaram de explosivos e dinamites como forma de combate à exploração e dominação. Essa prática, segundo Samis, acarretava consequências de sentido duplo e contraditório:

se, por um lado, com os petardos explosivos os anarquistas pretendiam demonstrar que estavam dispostos a todo o sacrifício pela Revolução Social, atraindo para suas fileiras os indivíduos mais ativos, por outro, tais procedimentos eram majoritariamente divulgados pela imprensa burguesa que, por um imperativo econômico, monopolizava a maior parte dos jornais e revistas, determinando para os acontecimentos as críticas mais severas e facciosas.(SAMIS, 2004, p.148)

Tais práticas, que ficaram conhecidas como “propaganda pelo fato”, remontam mesmo antes da formação das organizações operárias. Na década de 1890, alguns anarquistas já se utilizavam desse método de persuasão. Em 1892, no Rio de Janeiro, a polícia prendeu alguns imigrantes franceses, espanhóis e um italiano associados à fazerem uso dessa prática. Em São Paulo, em 1894, operários envolvidos na comemoração do primeiro de maio foram presos após a explosão de duas bombas, o que possibilitou a criação do discurso que identificava o imigrante como o sujeito que trazia ideias de uma anárquica destruição em oposição aos ordeiros e pacíficos trabalhadores brasileiros. Mais tarde, a imprensa burguesa e a classe política construiriam a imagem da “planta exótica”, que eram o socialismo e, principalmente, o anarquismo. Uma planta que vinda do estrangeiro não se enraizaria no solo brasileiro por não serem favoráveis à esses tipos de ideias.

No ano de 1915, no Rio de Janeiro, a classe dos padeiros, conhecida por participar das lutas sociais de longa data e que sua base era composta,

principalmente, de escravos libertos, alertavam os proprietários de que seria um engano achar que os padeiros eram “submissos carneiros que os senhores estavam acostumados a tosquiar”. As longas jornadas de trabalho, os turnos irregulares e a natureza do próprio empresariado das padarias precipitaram uma onda de explosões noturnas em estabelecimentos do ramo. As madrugadas cariocas, nos meses de outubro e novembro de 1915, iluminaram-se sob o patrocínio de cargas de dinamite acomodadas nos fornos e nos balcões das padarias que adotavam os regimes mais injustos de trabalho.

Sob a mesma problemática, o anarquista italiano Errico Malatesta, acerca do assassinato do rei Umberto na Itália, disse que se deve, com toda razão, lamentar a morte de um homem, pois deixará aqui o sofrimento daqueles que o amavam. No entanto, ressaltou que nunca se é dito nada quando alguma catástrofe ou assassinatos abatem a população pobre e explorada. Neste sentido, Malatesta se perguntou: Por que exibir tanto sentimentalismo em relação a uma desgraça particular, quando milhares e milhões de seres humanos morrem de fome e de malária, em meio à indiferença daqueles que teriam os meios para remediar essa situação?

E o próprio Malatesta respondeu à pergunta:

Talvez porque desta vez as vítimas não são trabalhadores comuns, um honesto homem e uma honesta mulher quaisquer, mas um rei e uma rainha... Relmente, achamos o caso mais importante e nossa dor é mais sentida, mais vida, mais verdadeira, quando se trata de um mineiro esmagado por um desmoronamento durante seu trabalho, e de uma viúva que passará fome com seus filhos. Todavia, esses dos monarcas também são sofrimentos humanos a deplorar. Mas o queixume permanece estéril se não se busca suas causas, a fim de eliminá-las. (MALATESTA, 2001, p.21)

Em vista disso, os trabalhadores, ao ameaçarem explodir a propriedade privada de seus patrões, ou ferir e matar alguma autoridade, buscavam golpear aqueles que acometiam os operários um sofrimento cotidiano sem fim e que pela pólvora procuravam dar um basta!

A partir dos anos 1920 e 1930, a conjuntura se transformou drasticamente

no movimento operário e anarquista. Nesta situação, podemos pontuar os seguintes elementos: a política de repressão; a nova lei que especificava no seu título a expulsão de anarquistas, em 1921; a criação de uma delegacia para tratar dos crimes políticos, e, inclusive, o triunfo da Revolução Russa na sua versão “bolchevista”. Esses foram fatos de fundamental significado para as transformações que se verificaram no decorrer deste período.

Em relação ao plano político-institucional, o Estado estava preocupado com os levantes tenentistas e o crescente descontentamento de significativa parcela da sociedade civil, colocando “na ordem do dia do governo a preocupação com a segurança e a garantia do 'Estado de Direito’”. (SAMIS, 2004, p.168)

Com a criação do Partido Comunista do Brasil em 1922, tendo como fundadores nove ex-anarquistas, alguns militantes aderiram aos postulados bolchevistas e alteraram profundamente a dinâmica dos sindicatos e federações, como foi o caso da F.T.R.J.

Diante desta situação, os militantes anarquistas se entrincheiraram na Federação Operária do Rio de Janeiro, passando a combater tanto os comunistas quanto os cooperativistas nos artigos do jornal A Pátria a partir da Seção Trabalhista, organizada pelo carpinteiro e jornalista José Marques da Costa. A F.O.R.J. havia sido refundada em 1923, sendo composta por seis sindicatos, a construção civil, os sapateiros, os gastronômicos, os tanoeiros, os carpinteiros navais e o Sindicato de Ofícios Vários de Marechal Hermes. Em 1924 aderiram à federação mais cinco entidades: os sindicato dos operários em pedreiras, dos metalúrgicos, dos fundidores, ferradores e ladrilheiros. Os cooperativistas,

tendo à frente Sarandy Raposo, haviam galgado postos avançados no governo de Arthur Bernardes, e associavam-se aos comunistas em uma “frente” sindical, aos olhos dos anarquistas, muito prejudicial à ação dos sindicatos de resistência. (Idem, p. 169-170)

No mesmo contexto, o governo criou o Conselho Nacional do Trabalho (C.N.T.), buscando tratar dos assuntos pertinentes à esfera laboral e, com isso, buscava minorar os desgastes políticos das últimas medidas discriminatórias, tais como as leis de deportação, as repressões e a recente “Lei Eloy Chaves”, acerca

da caixa de aposentadoria dos ferroviários.

Em 1924, em São Paulo, os tenentes levaram a cabo uma revolta que afetou toda a luta contra o governo de Arthur Bernardes. Assim, todos aqueles que se opunham ao governo, como os anarquistas e também comunistas, foram perseguidos e presos, e algumas associações operárias foram fechadas.

Com esse forte abalo sofrido pelos sindicatos de resistência, os cooperativistas viram uma grande oportunidade de atuação. Segundo Samis,

tal situação favorecia, em particular, os cooperativistas que, além de contarem com o apoio do governo, encontravam nos espaços deixados pelos militantes mais ativos nas organizações sindicais de resistência uma possibilidade real de atuação". (Ibdem, p.171)

Muitos militantes anarquistas (mas também trabalhadores desempregados, meninos de rua, presos comuns e soldados rebeldes) foram, assim, presos ou deportados para a Colônia Penal de Clevelândia.¹⁶

O clima de tensão estendeu-se mesmo para dentro do movimento revolucionário. No dia 14 de fevereiro de 1928, vários disparos foram dados e dez trabalhadores foram feridos, sendo que dois deles vieram a falecer. Um destes dois era o então gráfico e militante anarquista Antonio Dominguez. Segundo Dominguez, em entrevista feita ao jornal A Noite antes de morrer, quem havia lhe ferido era

Pedro Bastos. - Por quê? - Ele não me suporta, e isso porque, chefiando um grupo de comunistas na 'Aliança dos Operários em Calçados', à Praça da República, 42, me encontrou pela proa. - Mas só por isso? - É que ele dirigiu um ataque à nossa sociedade e eu o repeli. Desde então não me perdoou, aproveitando agora a ocasião para se vingar. (Ibdem, p.172)

A situação de São Paulo era um pouco diferente daquela do Rio de Janeiro. Neste último estado, a influência do cooperativismo era muito forte e os comunistas estavam ganhando cada vez mais espaço nos sindicatos. Em São Paulo, os

16 Sobre a Clevelândia ver ROMANI, Carlo. Clevelândia, Oiapoque: cartografias e heterotopias na década de 1920. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 3, p. 501-524, set.-dez. 2011. E SAMIS, Alexandre. Clevelândia - anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil, São Paulo, Editora Imaginário, 2002.

anarquistas buscavam resgatar as formas de lutas que haviam sido eficaz no passado recente, o sindicalismo revolucionário, e atualizando-as com as novas condições do período em que viviam. Em vinte e três de agosto de 1933 foi refundada a Federação Operária de São Paulo, a F.O.S.P., e em sua assembleia foram proferidos os discursos de Florentino de Carvalho e Hermínio Marcos, aguerridos militantes anarquistas. A plateia era composta quase que exclusivamente de anarquistas, mas também de policiais infiltrados que procuraram relatar o ocorrido às autoridades do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS). (SILVA, 2005). A FOSP, apesar de ser claramente favorável à utilização do sindicalismo revolucionário como estratégia de ação,

com seus princípios baseados na ação direta, na greve geral revolucionária, na sabotagem e no antipartidarismo não era, em sua teoria e em sua prática, contrária às idéias anarquistas, tanto que em seu seio eram acolhidos todos anarquistas que se interessassem em participar ativamente do movimento sindical, sem que com isso, entrassem em contradição com suas idéias". (Idem, p.24)

Por isso, vemos muitos anarquistas realizarem discursos quando da reabertura da Federação.

Tanto foi assim que Primitivo Soares, mais conhecido sob o pseudônimo de Florentino de Carvalho, destacado militante anarquista em prontuário do DEOPS, se registrou o seguinte:

Ontem, na sede da Federação Operária realizou-se uma assembléia (...) a quase totalidade dos anarquistas de S. Paulo estiveram presentes. A sala quase que só tinha anarquistas.¹⁷

Isso nos mostra que a atuação anarquista em São Paulo não havia se esmorecido, apesar da forte repressão e concorrência com os cooperativistas e comunistas. Muito pelo contrário, os militantes anarquistas estavam se organizando em sindicatos e associações e se preparando para as novas lutas que a conjuntura lhes havia imposto.

¹⁷Doc 16, Prontuário DEOPS-SP no. 144 – Florentino de Carvalho.

A FOSP que, segundo Silva, possuía orientação anarquista, abrigava em seu interior a maior parte dos sindicatos do estado. Em relatório policial, acerca da propaganda anarquista de São Paulo, o policial infiltrado dizia que tal propaganda era

sustentada pela 'Federação Operária de São Paulo' composta, em sua maioria, por elementos estrangeiros. Conta, essa Federação, com os seguintes sindicatos, todos ilegais: Liga Operária da Construção Civil; União dos artífices em calçados; Sindicato dos Operários em Fábricas de Vidros; Sindicato dos Padeiros; União dos Operários em Fábricas de Chapéus; União dos Empregados da Light; Sindicatos dos Operários dos ofícios Vários; União dos Ladrilheiros; Liga Operária da Água Branca e da Lapa; Liga Operária da Vila Anastácio. (SILVA, 2005, p.15-16)

Além dessas descritas pela polícia, existiam ainda a União dos Profissionais do Volante, a União dos Operários Metalúrgicos, a União dos Vendedores Ambulantes e a União dos Canteiros de Itatiba, assim como outros sindicatos de cidades do interior, também eram filiadas à Federação.

Além das atividades sindicais, a “resistência anarquista se processava através de formas de organização autônomas e de atividades artísticas e educativas”, como nos indica a historiadora Raquez de Azevedo. (AZEVEDO, 2002). No mesmo edifício que abrigava a FOSP, funcionavam também o Centro de Cultura Social de São Paulo e os jornais A Plebe e O Trabalhador. O primeiro, realizava palestras de todos os interesses da classe trabalhadora e o segundo tinha como função ser um espaço de debate, denuncia e propaganda.

O pesquisador Rodrigo Rosa da Silva, a partir do cruzamento dos relatórios do DEOPS e da imprensa anarquista de São Paulo, principalmente àquela dos anos 1930, conclui que

nos cinco primeiros anos da década de 1930 pode-se dizer que havia um movimento anarquista ativo e que diversos sindicatos, militantes e entidades circulavam nos mesmos meios e participavam de atividades em comum, caracterizando-se como elos de ligação entre as diversas práticas libertárias. Exemplos disso não faltam. Militantes como Edgard Leuenroth, Rodolfo Felipe, Hermínio Marcos, Pedro Catalo e muitos outros circulavam por diversos grupos, estavam presentes em muitas

reuniões e assembléias, tinham escritos publicados em periódicos e realizavam viagens de propaganda pelo interior e por outros estados. Diversos periódicos eram impressos, em especial A Plebe, O Trabalhador e A Lanterna. Vários sindicatos de importantes categorias profissionais tinham uma nítida orientação anarquista em seus meios. Manifestações públicas, reuniões e assembléias eram constantes, contando com a presença de dezenas e, às vezes, centenas de pessoas. (Idem, p. 18)

Portanto, apesar dos reveses que o movimento anarquista havia sofrido ao concorrer com os comunistas os sindicatos, a repressão por parte do Estado e a intervenção governamental na organização nos sindicatos, os militantes anarquistas de São Paulo não deixaram de atuar e o movimento seguia com bastante força.

Uma das lutas travadas pela FOSP foi o combate à burocratização, a oficialização dos sindicatos e a recusa em se retirar a carteira de trabalho, pois os anarquistas entendiam que essas medidas faziam com que, por um lado, os sindicatos, uma vez atrelados ao Estado, perdessem sua força revolucionária, e, por outro, as concessões fornecidas pelo Estado não tinham como objetivo os reais interesses da classe trabalhadora, mas sim o apaziguamento das reivindicações operárias. Por conta dessas e de outras lutas, a FOSP e seus militantes eram constantemente perseguidos. Quando da organização de um comício do Primeiro de Maio o jornal A Plebe realiza o seguinte relato:

A Federação já tinha anunciado o comício no Largo da Sé. Depois [houve] uma proibição emanada da chefatura de Polícia (...). O operariado não se conformou (...) e realizou o anunciado comício (...). Chegou uma nova proibição (...). Centenas de trabalhadores regressaram à sede da Federação (...). A certa altura chegaram inspetores e soldados que se postaram na porta, não deixando sair ninguém do salão. Pouco depois chegaram as jardineiras e grande número de agentes, os quais, subindo no salão deram voz de prisão a quantos lá se encontravam, passando a revistar a todos à medida que iam saindo (...) e encafuando-os nas jardineiras, que os transportaram ao presídio da rua do 'Paraíso', tendo fechado a Federação.¹⁸

À noite os militantes foram soltos e a Federação foi reaberta.

Outra frente de atuação da militância anarquista foi a preservação da

¹⁸A Plebe, no. 23, 06/05/1933.

memória, divulgação e educação anarquista. Neste sentido, o Centro de Cultural Social de São Paulo ganhou grande importância. Esse Centro, que funcionava de maneira orgânica com a FOSP e os jornais A Plebe e O Trabalhador, órgão oficial da FOSP, teve três fases durante sua história: a primeira que se estendeu desde o ano de sua fundação em 1933 até 1937, com seu fechamento por conta do Estado novo; a segunda, com o fim da ditadura varguista em 1945, até o anúncio do Ato Institucional número 5, em 1968 pela ditadura militar; e, finalmente, uma terceira fase de 1985 com o fim da ditadura militar no Brasil até os dias de hoje.

O CCS da primeira fase era constantemente visitado por militantes e trabalhadores da FOSP, por isso possuía um forte vínculo com o movimento operário paulista. Na década de 1930, os anarquistas, libertários, socialistas e comunistas fundaram diversas frentes contra o avanço do fascismo no Brasil. Por conta disso, anarquistas e libertários criaram o Comitê Antifascista, tendo como bases organizativas a F.O.S.P. e o Centro de Cultura Social fornecendo as referências ideológicas. Segundo o jornal A Plebe, o comitê tinha como função, dentre outras coisas, se pôr

Em defesa de sua própria dignidade, os libertários livres e o operariado em geral devem repelir altivamente as “homenagens” que os integralistas “prometeram” prestar aos trabalhadores no 1.o de Maio, assim como escorraça-los, porque são mistificadores, de toda e qualquer manifestação a realizar-se nesse dia. Abaixo os impostores! Viva a Liberdade!¹⁹

Por sua vez, os comunistas propunham a Frente Única Antifascista e, em 1931, surgiria a Coligação dos Sindicatos Proletários, composto por membros do Partido Socialista Brasileiro, a Liga Comunista Internacionalista, trotskista, e comunistas. “Esta Coligação, após uma aventura eleitoral, teria sua base bastante comprometida pelos desgastes ocorridos durante as eleições”. (SAMIS, 2004, p.175)

Destas movimentações contra o avanço do fascismo, que no Brasil ganhava o nome de Integralismo, anarquistas, comunistas e trotskistas, enfrentaram os camisas verdes e policiais civis na Praça da Sé em outubro de 1934. Os

¹⁹ A Plebe, n.60, 14 de abril de 1934.

integralistas haviam marcado uma grande marcha, em alusão àquela realizada na Itália, e a frente antifascista procurou organizar-se para impedir que os fascistas conseguissem se manifestar. Esse evento ficou conhecido como “A Batalha da Sé” e, segundo Samis,

talvez tenha sido a última grande aparição anarquista de expressão, antes do Estado Novo em 1937. Nela, figuras como Juan Perez Bouzas, o sapateiro galego, Simón Radowitzky, o lendário anarquista russo, e Edgard Leuenroth, deixaram suas marcas. Perez e Radowitzsky, partiram para a ação direta retirando das mãos da Força Pública paulista uma metralhadora que, em seguida, foi usada contra os integralistas. Leuenroth foi visto andando em meio ao sibilar das balas, altivo e destemido. Com a debandada geral dos integralistas, inclusive com o abandono de suas camisas verdes pelas sarjetas do centro de São Paulo, a ação antifascista tinha atingido os seus objetivos. (Idem, p.177)

Em 1935 foi criada a Aliança Nacional Libertadora, composta por setores “tenentistas” de esquerda, grupos ligados aos comunistas e socialistas, e também por militantes anarquistas. Para os libertários, os motivos que os fizeram entrar na ANL se dava por conta da necessidade de proteção contra as leis de exceção a serem decretadas por Vargas, viabilizar mais um canal de expressão e a chance de inserir os sindicatos libertários em uma dimensão de luta política não partidária. Porém, com a Intentona comunista, circunspecta dentro da ANL, e seu posterior fracasso, fez com que a reação se abatesse, novamente, a todas as frações revolucionárias da época. Com isso, todos os sindicatos que não fossem ligados ao Estado e que se opunham à ele foram fechados. Em 1937, com o começo da ditadura de Getúlio Vargas, o movimento operário revolucionário cessou quase que totalmente suas atividades.

2.2. O papel da educação no movimento operário e anarquista no Brasil

Seja, pois, o nosso lema: união e instrução, pois só pela íntima ligação dessas duas atividades poderemos alcançar a realização de nossos anelos de felicidade e paz universal.

Adelino de Pinho

A história do movimento operário internacional desde muito cedo têm assinalado a importância da educação para os trabalhadores.²⁰ Primeiro, porque a educação, durante todo o século XIX e meados do XX, foi destinada quase que exclusivamente para a burguesia. Em segundo lugar, porque os trabalhadores viam na educação a possibilidade de estudar os problemas fundamentais que enfrentavam. Portanto, a educação servia de instrumento de estudos das chamadas “questões sociais”, lhes dando maior *ciência de suas infelicidades* e os *instruindo para a revolta*.²¹

Tal postura não foi diferente no caso brasileiro. Esposando a tática do sindicalismo revolucionário, propaladas e desenvolvidas no interior da CGT francesa (Confédération Générale du Travail), organização operária fundada em 1895, os trabalhadores aperfeiçoam diversas formas de *ação direta* no conflito contra os patrões e o Estado. Além de recorrerem às táticas da sabotagem, boicote e do antipartidarismo – componentes presentes na luta anarquista – a CGT tinha como principal instrumento de mobilização e reivindicação a Greve Geral revolucionária, ou seja, uma greve que tinha como fundamento a expropriação dos meios de produção da burguesia e do Estado, que devem ser postos a serviço dos trabalhadores das fábricas, campos e oficinas. A CGT era, portanto, um organismo de resistência operária contra as investidas da burguesia e do Estado. Por isso, desde que concordassem com as estratégias e táticas do sindicalismo revolucionário, todos poderiam fazer parte de sua organização não importando qual ideologia seguisse.

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro teve início no dia 15 de abril de 1906 e se estendeu pelos dias 16, 17, 18, 19 e 20. Sua realização ocorreu no Centro Galego na Rua da Constituição 30/32. Neste histórico congresso foram discutidos diversos temas, desde a organização até a ação do conjunto do movimento. Entretanto, o que conduziu as discussões sobre a orientação do movimento operário foi norteadada a partir das experiências da CGT. Em suas considerações, o congresso ponderou que o operariado encontrava-se

²⁰Podemos verificar tal importância no livro de memórias de James Guillaume A *Internacional*, Editora Imaginário, São Paulo, 2009.

²¹Duas ideias desenvolvidas pelo sindicalista e anarquista, secretário das Bolsas de Trabalho da CGT francesa, Fernand Pelloutier.

extremamente dividido no que concernia às opiniões políticas e religiosas, por isso a única base de acordo sólida que existia entre os operários era sua situação econômica, portanto, a de serem trabalhadores. Essa base de acordo material lhes possibilitava ter de maneira mais clara quais seriam os melhores meios de ação, tal qual de sua organização.

Ao examinar as experiências históricas do movimento operário, o congresso avaliou que enquanto esperassem as melhorias de suas vidas por meio de leis dificilmente elas se realizariam. Para alcançar as mudanças que lhes eram urgentes os trabalhadores reconheciam a necessidade de ação no campo econômico:

Considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas;

Que a única base de acordo sólido e de ação representa os interesses econômicos comuns a toda classe operária, e dos mais a clara e pronta compreensão;

Que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora de sua vontade e ação, reconhecem a necessidade iniludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legalitários, não haja lei que valha; (RODRIGUES, 1979, p.100)

Assim é definido que toda a luta política (eleitoral ou religiosa) não poderia ser realizada dentro do sindicato, pois este era um espaço de resistência da luta econômica. A adoção de uma doutrina política ou religiosa poderia levar o sindicato à lutas internas que ruiam com o objetivo maior do sindicato: defender e construir uma política que tivesse como base a condição de classe dos trabalhadores. Portanto, o Primeiro Congresso Operário Brasileiro negava a luta parlamentar e por isso qualquer programa eleitoral, visto que a tomada do poder governamental enfraquecia o movimento e, por conseguinte, impedindo o avanço das transformações reais:

O 'Congresso Operário' aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, e pôr fora do Sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam na adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política e religiosa, ou de um programa eleitoral." (Idem, p.101)

Partindo deste pressuposto, foram discutidas diversas questões estratégicas, como o aumento salarial, a agitação em prol das oito horas de trabalho, a propaganda do sindicalismo, a abolição das multas nas oficinas e fábricas, a atitude do operariado quanto à proibição do direito de reunião, os acidentes de trabalho não faltando espaço para a educação. A pergunta disparadora da discussão sobre a educação foi acerca da conveniência de cada associação operária em sustentar uma *escola laica* para seus associados e de seus filhos, assim como quais poderiam ser os meios de que deveriam lançar mão para essa finalidade. A resolução tirada foi a seguinte:

“Considerando que o ensino oficial tem por fim inculcar nos educandos ideias e sentimentos tendentes a fortalecer as instituições burguesas e, por conseguinte, contrárias às aspirações de emancipação operária, e que ninguém mais do que os próprios trabalhadores interessam-se em formar livremente a consciência de seus filhos;

O ‘Primeiro Congresso Operário Brasileiro’, aconselha aos sindicatos operários a fundação de escolas apropriadas à educação que os mesmos devem receber, sempre que tal seja possível; quando os sindicatos não puderem sustentar escolas, deve a Federação local assumir o encargo.” (Idem, p.109.)

Assim sendo, os trabalhadores deste primeiro congresso já percebiam que a educação não era e nunca havia sido neutra, que a “educação oficial” tinha como finalidade ideológica manter o regime de opressão e exploração da burguesia. *Ideias e sentimentos* eram transmitidos, ou melhor, inculcados nas crianças, por isso era *necessário* o movimento operário criar escolas que servissem seus próprios interesses, que buscassem produzir um conhecimento e uma prática emancipadora. Tal responsabilidade não cabia senão a eles mesmos realizar. Para tanto, ficava a cargo dos sindicatos formarem tais espaços educativos e se caso não estivesse ao alcance da associação a Federação local tomaria para si a responsabilidade. E com tal enfática percebemos que não se abriu mão da realização dessas escolas, pois era crucial que a educação das crianças fosse empreendida.

Os debates em torno da educação continuaram até a realização do Segundo Congresso Operário Brasileiro, que ocorreu nos dias 8, 9, 10, 11 e 13 de setembro

de 1913. Este congresso foi realizado logo após o congresso organizado por Pinto Machado em 1912, a convite do deputado Mario Hermes. Este encontro foi interpretado pelo movimento operário como um “desvio” das questões operárias, por isso merecia uma resposta de todo o conjunto do movimento (SAMIS, 2004, p.137). No congresso organizado pela COB, foi reunido um número muito mais significativo que o anterior, sindicatos, associações e ligas operárias de todo o Brasil puderam participar das discussões e deliberações, sendo que nas considerações sobre a *educação e instrução das classes operárias* conseguiram apurar melhor seu olhar tornando mais complexa sua análise. Para esses trabalhadores, as primeiras classes a possuir o monopólio da instrução e educação foram a aristocracia e as *igrejas de todas as seitas*, com isso procuravam manter o povo na ignorância para melhor controlá-la:

Considerando que a instrução foi, até uma época recente, evitada pelas castas aristocráticas e pelas igrejas de todas as seitas, que visavam manter o povo na mais absoluta ignorância, próxima à bestialidade; para melhor explorá-lo e governá-lo; (idem, 138)

Até aquele momento, a classe que detinha o controle da instrução e da educação era a burguesia. Tal classe inspirava-se em ideias positivistas e teorias materialistas quando abordavam o conhecimento científico. No entanto, tais ideias eram travestidas de certo misticismo, uma religião do Estado caracterizada pelo patriotismo e o nacionalismo. A ciência mística da burguesia se baseava em falsas ideias propositalmente maquiadas por argumentos supostamente verdadeiros, tendo como anseio arremedar-se real, mas que tinha como finalidade a aceitação voluntária da situação que viviam o conjunto da sociedade. Ao inferir ao conhecimento esta roupagem patriótica, a burguesia colocava a ciência à serviço de seus interesses, o que inviabilizava a emancipação sentimental, intelectual, econômica e social dos proletários e de toda a humanidade. Por isso, na medida e que a burguesia tomava para si a responsabilidade de educar a população, nada mais fazia do que *enlouquecer os cérebros* daqueles que frequentavam suas escolas.

Considerando que a burguesia, inspirada no misticismo, nas teorias positivistas e nas teorias materialistas sabiamente invertidas pelos cientistas burgueses, os quais metamorfoseiam a ciência segundo os convencionalismos da sociedade atual; centralizando a instrução, tratando de ilustrar o operariado sobre artificiosas concepções que enlouquecem os cérebros dos que frequentam as suas escolas, desequilibrando-os com os deletérios sofismas que formam o civismo ou a religião do Estado; (Idem)

(...)

Considerando que esta instrução e educação causam males incalculavelmente maiores do que a mais ampla ignorância; e que consolidam, com mais firmeza, todas as escravizações, impossibilitando a emancipação sentimental, intelectual, econômica e social do proletariado e da humanidade; (Idem)

Para se contrapor a este tipo de educação, o Segundo Congresso Operário Brasileiro recomendava aos sindicatos, associações e ligas operárias – reafirmando os encaminhamentos do congresso anterior – a construção de novas escolas, onde os próprios trabalhadores fossem os protagonistas da construção de seus conhecimentos e que estivessem, por isso, à serviço de seus interesses. Não obstante, nesse encaminhamento foi colocado que tais escolas deveriam tomar como princípios o método racional e científico, que já haviam sido amplamente divulgados pelo educador catalão Francisco Ferrer y Guardia e que já circulavam pelo Brasil desde meados de 1906. Além disso, o projeto educativo do movimento operário não se restringia apenas à construção de escolas, mas também, e inclusive, na criação de ateneus, cursos profissionais, revistas, jornais, palestras e edições de livros e folhetos. Vemos, desta maneira, que a propaganda servia também à causa da educação e instrução da população, sabendo que essa propaganda não era isenta de um posicionamento, mas sim um conhecimento produzido pelos e para os trabalhadores.

O ‘Segundo Congresso Operário Brasileiro’, aconselha aos sindicatos e às classes trabalhadoras em geral, tomando como princípios o método racional e científico, em contraposição ao ensino místico e autoritário, promovam a criação e divulgação de escolas racionalistas, ateneus, cursos profissionais de educação técnica e artística, revistas, jornais; criando conferências e prelações, organizando certames e excursões de propaganda instrutiva, editando livros e folhetos. (Idem, p.139)

Foi justamente na resolução do segundo congresso que podemos perceber que a dimensão educacional do movimento operário assemelhava-se muito da perspectiva pedagógica do movimento anarquista no Brasil. Como nos mostra o historiador da educação José Damiro (DAMIRO, 2013), para os militantes anarquistas a educação se dava não apenas na escola, mas também nos sindicatos, grupos de estudos, ateneus, bibliotecas e centros de cultura, sendo que os veículos desta nova forma pedagógica eram apresentados tanto nos periódicos operários e anarquistas, quanto nos livros e folhetos editados. Dessa maneira, a alfabetização era fundamental para a divulgação e expansão das ideias anarquistas, sendo de responsabilidade destes espaços educativos construir o ambiente necessário para tal intento.

Por conta da grande quantidade de analfabetos entre os operários, as leituras de jornais e livros eram realizadas de maneira coletiva.²² Os próprios trabalhadores se cotizavam e contratavam pessoas que liam livros como de Emile Zola e jornais operários como *A Voz do Trabalhador*, possibilitando a esses trabalhadores se apropriarem de conceitos e reflexões feitas pelos libertários. Tendo em vista potencializar a apropriação do conhecimento letrado, a alfabetização se torna uma das prioridades para os anarquistas na medida em que quanto maior for o número de pessoas alfabetizadas era tanto maior o número da participação dos trabalhadores nas organizações sindicais. Neste sentido, a luta pela emancipação econômica estava estreitamente ligada à emancipação intelectual do operariado

Formalizando o consorcio entre o mundo do trabalho e o mundo do conhecimento, ofereceram aos trabalhadores uma reflexão acerca de sua própria condição de existência, para que pudessem, com maior propriedade, orientar a revolta da classe. (SAMIS, 2014, p.50)

Adelino de Pinho, fazendo parte desse, movimento não deixou de

²²“em voz alta, em grupo, nos locais de trabalho, à hora do almoço, ou nas sedes das associações para que a maioria de analfabetos pudesse ouvir, compreender as ideias, os métodos de luta, memorizá-los, assimilá-los!”. RODRIGUES, Edgar. Quem tem medo do anarquismo? Rio de Janeiro: Achiamé, 1992, p.48.

estabelecer o consórcio entre o mundo do trabalho e do conhecimento. Em textos e conferências podemos notar como relacionava cada uma destas perspectivas, propalando de tal maneira que o sustentáculo de toda a emancipação só poderia vir por meio da união e da instrução.

(...) só unindo-vos e instruindo-vos podereis atingir aquele grau de consciência e convicção capaz de vencer todos os empecilhos, todas as ciladas e todas as dificuldades com que os nossos inimigos costumam procurar impedir o advento de uma sociedade mais justa, mais benéfica e altruísta: é pela união que adquirireis a dureza do aço, a resistência do ferro, a rija do granito, a qual afronta todas as tempestades e todas as tormentas, mantendo-se insensível, sem mossas e sem arranhaduras. É pela instrução que conseguireis adquirir a consciência de vossa força, de vossos deveres e de vossos direitos. (PINHO, 2013, p.101)

Para Adelino, a união do operariado e a instrução criariam, portanto, a força necessária para sua emancipação. No entanto, para que tal força fosse “benéfica”, elas deveriam estar à serviço das causas “justas, nobres e altruísticas”, e tal sentido só poderia ser traçado se caso o “espírito” dos trabalhadores fosse “esclarecido por uma sã e clara instrução”, podendo distinguir as divisões produzidas pelo mundo capitalista, tais como o “justo do injusto, o belo do disforme, a verdade da mentira”. Adelino sublinha que somente assim os trabalhadores deixariam de ser seduzidos “pelo canto da seria burgueso-capitalística”.

Dessa maneira, seria pela união em sindicatos que o trabalhador tornaria-se capaz de lutar contra a exploração e dominação, sendo pela instrução que não se deixaria seduzir pela ideologia das classes dominantes. Congregando um ponto a outro os trabalhadores produziram uma nova forma de ver o mundo, diferente daquelas entoadas pelas sereias burgueso-capitalistas. Neste sentido, forjaram uma moral que se nasce do seio da luta contra a opressão e a exploração, não no sentido normatizador da moral que se institui como a certa, imposta de cima para baixo, mas uma conduta que diz respeito às vivências nos sindicatos, nos estudos de suas mazelas e nas reflexões da construção de uma sociedade socialista libertária.

Foi pelo trabalho e reflexão que o ser humano pôde domesticar a natureza,

produzindo muito mais conforto para sua vida cotidiana. Utilizar-se dos ventos para mover um moinho, fazer uso dos períodos de inundações dos rios para regar e plantar, produzir luz elétrica iluminando casas, cidades e oficinas, todos esses benefícios só foram possíveis por conta do trabalho do “homem esclarecido”, mas por um pequeno descuido, um pequeno acidente que se produza e todo o trabalho e a sociedade que se construiu a partir dele poderá ser destruído.

Carregado de um iluminismo radical, radical também era o humanismo classista de Adelino, pois se ao mesmo tempo colocava o uso da racionalidade como instrumento de emancipação dos trabalhadores, tal razão, ou melhor, “consciência”, só poderia ser adquirida se os trabalhadores frequentassem suas associações operárias:

(...) esta consciência adquiri-la eis frequentando a vossa associação, em convivência diária e cotidiana com os vossos companheiros de labuta e de miséria, discutindo, trocando impressões, tomando parte nos trabalhos associativos, inscrevendo-vos e fazendo vossos filhos inscrever-se como alunos em escolas já inauguradas; estudando todas as questões que se relacionam com a sociologia e com a questão social; procurando conhecer os grandes acontecimentos que se sucedem em todas as nações ditas civilizadas e que são como um prelúdio à grande e inevitável transformação que se está incubando e que não demorará em desatar em opiniões e salutareos frutos de solidariedade e de igualdade universal. (Idem, p.102)

Segundo Adelino, era do cotidiano da vida do trabalhador que se alimentava a instrução. O estudo das questões sociais não poderia ser adquirido nas escolas e nos liceus da burguesia, mas sim no sindicato e nas escolas racionalistas, pois estes lugares estavam à serviço não da preservação dos privilégios de alguns, mas sim na socialização de todas as riquezas, seja ela intelectual ou material. O objetivo da união destes dois “baluartes da defesa” do operariado era fazer com que as reivindicações não se estagnassem como as águas dos pântanos, unir educação e associação operária era fazer com que a educação ganhasse a dimensão das lutas de classes a partir de um movimento dinâmico entre educação e luta de classes, num movimento contínuo, onde os trabalhadores pudessem passar a compreender quais eram as tiranias e os despotismos que lhes recaíam, impedindo com que a luta se consumasse apenas nas reivindicações de melhorias pontuais, estendendo

o horizonte de expectativa dos trabalhadores para o futuro, não interrompendo a luta até que a liberdade fosse consumada na sociedade:

(...) sede como as águas sempre agitadas. Vibrai a todas as ideias generosas; protestai contra todas as tiranias e despotismos; adere a todas as atitudes altruísticas e sãs; interessai-vos por todos os movimentos de reivindicação e de solidariedade universal, e, sobretudo, não adormeçais sobre os troféus das conquistas já ganhas, das vitórias já alcançadas. Os nossos inimigos não dormem. (Idem, p.103)

Tanto o movimento operário quanto Adelino estabeleceram uma relação quase que intrínseca entre a luta sindical e a educação. Percebemos ao analisar as atas do primeiro e segundo Congresso Operário Brasileiro que os trabalhadores estabeleciam essa relação de tal forma que entendiam que a emancipação intelectual dos operários não seria possível se não houvesse, inclusive, a emancipação econômica. No entanto, a emancipação econômica não aconteceria se não houvesse também a emancipação intelectual. A tomada de consciência da situação de explorado e de oprimido se dá concomitantemente às lutas contra os patrões e o Estado.

Essa dinâmica de tomada de consciência torna-se mais fácil quando nos referimos à educação de jovens e adultos. Já no caso da educação dos filhos dos trabalhadores, tendo em vista a relação educação e movimento operário, se tornava mais complexa, e foi justamente nesse sentido que Adelino colaborou de maneira decisiva para o debate. Em 13 de dezembro de 1908, Adelino de Pinho fez uma conferência na Liga Operária de Campinas. Sua fala foi editada em folheto pela gráfica Peninsular Monteiro Gonçalves A.C., editora de Portugal. Adelino, nesse período, era professor da Escola Social de Campinas e seu discurso se destinava aos pais dos alunos, e nas suas primeiras linhas ficavam logo claro que dissertava para as famílias operárias.

Pontuando uma série de motivos, Adelino procurou argumentar porque a Escola Social não havia aplicado os exames finais, o que comumente era feito em época de férias. Adelino colocou que os exames eram prejudiciais aos alunos, pois atentavam contra a verdadeira instrução e que tais exames de nada provavam

sobre a competência de qualquer indivíduo. O saber, portanto, não implicava uma tabula rasa onde eram preenchidos os conhecimentos, mesmo aqueles que nada conhecem podem sair-se bem em tais exames, já que o saber não é passível de ser avaliado. O que conferia o sucesso nos exames não era apreender o conhecimento, o que fazia com que uns ganhassem o diploma e outros não, estava relacionado muito mais com questões individuais e sociais do que pedagógicas, em detrimento de “favoritismos, de compadrio ou de polícia”, assim como o “temperamento” das crianças.

Para Adelino, os exames não consideravam os aspectos emocionais da criança. Aquelas que eram mais tímidas, que facilmente se deixavam impressionar ou eram tomadas pelo medo, quando questionadas por pessoas que nunca tinham visto e que não possuíam nenhuma relação próxima, não conseguiam responder às perguntas feitas, mesmo se soubessem as respostas. Já outras, que eram mais desinibidas, que não se deixavam abalar em situações de estresse ou que *memorizavam* as informações que lhes eram requeridas, poderiam sair-se melhor.

Os exames dividiam os estudantes entre aqueles que eram aprovados e reprovados, entre os que eram capazes e incapazes, essa divisão obedecia a uma lógica que não necessariamente correspondia aos conhecimentos reais de cada um. O resultado desses exames, ou seja, a obtenção ou não do diploma,

como toda espécie de prêmios, é contrário, é prejudicial, é daninho, atentatório às regras da pedagogia moderna. São coisas que só serve para tornar as crianças vaidosas, pedantes – aquelas que o obtêm. As outras, as menos hábeis, as menos aptas para o ensino que lhes dão – essas são lançadas para o lado e perseguidas com dichotes e epítetos de todas as espécies de feitos. (PINHO, 2013, p.26)

Sendo este o castigo para quem não consegue. A dualidade – capazes e incapazes – produzida pelos exames criavam, segundo Adelino, uma perversidade que jogava na criança a responsabilidade de seu sucesso ou fracasso, construindo uma hierarquia de valores das mais “aptas” intelectualmente (e por isso vaidosas e pedantes) e das menos “aptas” (burras e incompetentes) reforçavam as exclusões típicas da sociedade capitalista. Concordando com a pedagogia racionalista de Ferrer y Guardia, Adelino ressalta que esta hierarquia é formada a partir da lógica

de prêmios e castigos do ensino tradicional, formando uma noção meritocrata da educação totalmente adaptada à moral capitalista. Por isso, a proposta de se acabar com os exames era uma maneira de interromper a reprodução dessa mesma moral.

E aqui Adelino tocava num ponto fundamental: as crianças que não conseguiam o diploma não o adquirem por uma série de motivos, tais como problemas cognitivos, psicológicos ou de uma má formação congênita. O fracasso em se obter o diploma, por mais que possa parecer incapacidade da criança, na verdade, não dizia respeito às necessidades reais e individuais que cada um possuía. As características psicológicas e biológicas de cada um eram determinações que estavam para além da vontade individual da criança, pois

a criança não fez a si mesma. Aquilo que é, não o é por vontade própria: o é forçada por circunstâncias estranhas à sua vontade; ao seu conhecimento. Logo, como conclusão, as crianças devem-nos merecer todo respeito, toda simpatia, todo amor. (Idem, p.27)

Seria função do educador, portanto, incluir tais crianças dentro do processo educativo entendendo seus aspectos intelectuais e afetivos, pois essas sim requereriam cuidados mais atentos, diferente daquelas que não possuíam, aparentemente, nenhum problema físico, psicológico ou cognitivo. Os estudantes com maiores facilidades no aprendizado deveriam contentar-se com o prêmio que a natureza os dotou, pois se encontravam mais preparadas para enfrentar a luta pela vida e terem mais elementos para prosseguir.

Para Adelino de Pinho, mesmo aquelas crianças que são enquadradas em parâmetros “normais”, a realização de exames para elas não eram benéfica, pois mesmo estas poderiam não conseguir passar nos exames, o que não significaria que não se esforçaram. O que se avaliava nos exames não era esforço dos estudantes em aprender tal ou qual conteúdo, o que se avaliava eram os resultados obtidos, acirrando uma maior competitividade entre os estudantes. O esforço não poderia ser medido por uma prova, assim como o talento específico de um e de outro.

o talento é uma coisa imaterial, como querer prezá-lo, medi-lo, compará-lo? Todos têm sua utilidade em existir. Têm-se talento e habilidade numas coisas, e é tapado ou inábil em muitas outras – é o que é. Por isso, nós, que não temos empenho senão em dar a maior soma de saber e conhecimentos a todos, e que sabemos que o conhecimento não precisa de documentos que o atestem, senão de fatos que o provem, condenamos os castigos. (Idem, p.35)

O problema da educação seria, quando voltada para os exames e a obtenção dos diplomas, a homogeneização do ensino. Não se levava em consideração quais eram as singularidades de cada um, também não era ponderado se os estudantes possuíam um “talento” maior para a fala do que para a escrita, para a observação do que pela redação. Também não se levava em consideração àqueles estudantes que possuíam maior facilidade em absorver o conteúdo e que poderiam se desenvolver com maior liberdade, pois deveriam limitar-se a partir dos conteúdos que foram pré-estabelecidos pelo exame.

Depois dessa série críticas feitas aos exames, Adelino indagava aos seus interlocutores: mas não seria o diploma uma vantagem que os filhos da classe operária teriam em melhorar a vida? Tendo a posse de um diploma, não seria possível ter uma vida mais saudável longe dos ambientes insalubres do trabalho fabril, da árdua labuta diária dos campos, de poder “viver com menos esforço, com mais conforto, melhor acomodado”? Sim, mas era claro! Todavia, essa educação não seria destinada às classes operárias, mas sim para aqueles que desejavam reproduzir o sistema de desigualdades e de opressão do mundo burguês. Qual seria a finalidade, então, da educação voltada para a classe trabalhadora? A educação dos filhos dos operários não deveria criar novas hierarquias, não poderia servir à construção de novas desigualdades. Adelino averiguava que o conhecimento que tem como objetivo a obtenção de diplomas asseverava mais ainda o fosso que existia entre a classe operária e a burguesia, e ao desejar fazer das crianças economistas ou advogados seria desejar fazer das crianças burocratas que parasitariam o trabalho alheio.

[...] os trabalhadores devem cogitar em não fazer de seus filhos burocratas. Os trabalhadores devem esforçar-se sim, mas de fazer de seus filhos uns bons

trabalhadores manuais, bem hábeis nos seus misteres, bem aptos nos seus ofícios, capaz de viver trabalhando e lutando. (Idem, p.28)

A educação dos filhos da classe trabalhadora devia, portanto, segundo Adelino, formar não os verdugos da antiga sociedade, mas trabalhadores que estariam aptos a continuar o trabalho de seus pais e seguir lutando contra o regime de opressão e exploração capitalista. Adelino percebia que ao reproduzir o sistema que mantém as posições de bacharéis de toda estirpe faz-se manter o *status quo*, ou seja, se reproduziria a dinâmica onde uns trabalham e outros se aproveitariam do trabalho do outro, onde uns eram explorados e outros usufruíam de todas as riquezas produzidas, tudo isso através da hierarquia formada não pelo conhecimento, mas pela obtenção de um título que lhe conferia certa posição social. Por isso, “o reino dos diplomados”, para Pinho, “é o reino dos acomodados”.

O fundamento da sociedade capitalista não se centrava apenas na esfera econômica e política, mas também, e inclusive, na ética. Para exemplificar isso, Adelino criou a imagem do “chiqueiro moral” associando-a à sociedade em que vivia. Nesta sociedade a consciência é vendida como uma mercadoria, onde o trabalhador deve se humilhar e vender-se sem pudor e escrúpulos. Em tal sociedade a educação destinava-se à escravização dos cérebros, corações e sentimentos ao superior hierárquico, ao chefe político, ao deputado e ao ministro, pois estes, com medo da tomada de consciência dos trabalhadores, receavam em perder suas posições de privilégios.

O operário, com um cérebro para pensar, um coração para sentir, um braço para empunhar a ferramenta, é a única unidade de valor moral que se impõe, que se faz vegetar nesse pântano em que vegetamos. (Idem, 29)

Segundo Adelino, o trabalhador tornava-se, portanto, a “unidade de valor moral” que combateria a imoralidade capitalista. O que constituía a moral, dessa forma, mais do que o trabalho era o trabalhar. Era no ato de trabalhar que se adquiriria a consciência de produtor, ou seja, daquele que constrói a riqueza pelo seu trabalho, trabalho este que seria útil para a sociedade. Existiam, portanto, aqueles trabalhos que eram úteis e/ou inúteis socialmente. O trabalho útil era aquele que

“proporcione à humanidade alguma parcela de bem estar moral ou físico”. Entender o trabalho através dessa chave – útil/inútil –, não era localizá-lo no campo do utilitarismo clássico, pois tal perspectiva não o procurava enquadrar na atual sociedade, mas entendê-lo como elemento que constrói outra sociedade, pautada sob outros princípios. Se assim não fosse, Adelino reconheceria a utilidade do trabalho do advogado, por exemplo, na medida em que este, reconhecendo as instâncias legais da sociedade capitalista, proveria com seu trabalho o melhoramento desta mesma sociedade. No entanto, os trabalhos burocráticos eram tidos como trabalhos inúteis, dado que não fornecia à sociedade os meios necessários para a sua reprodução enquanto seres humanos. O que os trabalhos burocráticos reproduziam eram, justamente, as desigualdades econômicas, políticas e sociais. Por conseguinte, o imoral era aquele que não trabalhava – o parasita – ou aquele que trabalhava inutilmente ou utilmente para a reprodução do capitalismo.

Assim sendo, trabalho manual por si só não era suficiente para se construir outra sociedade. Era necessário que este trabalho estivesse atrelado ao trabalho intelectual.

O seu braço (do trabalhador), auxiliado pela inteligência remove todos os obstáculos; rasga canais, perfura túneis, aplanar montanhas, cava lagos, sulca o oceano. E tudo isto sem diploma! (Idem)

Podemos pensar que quando Adelino uniu o trabalho manual do trabalho intelectual entendia que ambos *eram* dois tipos de trabalhos distintos e que deveriam ser unidos. Contudo, acreditamos que Adelino e, de certa forma, grande parte dos anarquistas que se preocuparam com a temática da educação, constataram que o trabalho manual e o trabalho intelectual *estavam* desconectados, desligados um do outro. O capitalismo, ao aprofundar a divisão social do trabalho, criou uma série de hierarquias que determinaram o tipo de trabalho que um e outro poderiam ou deveriam fazer, sendo os trabalhos braçais menos valorizados do que os trabalhos intelectuais. O que Adelino de Pinho buscou apresentar foi justamente acabar com estas hierarquias, propondo que tanto um trabalho quanto o outro fossem postos em pé de igualdade. Mais do que isso, o que propunha era a

possibilidade dos sujeitos de se apoderarem tanto do trabalho manual quanto do intelectual, pois reconhecia na união destes dois trabalhos o dado natural da vida.

A vida é uma troca perpétua. O homem está em relação de reciprocidade com o meio natural e o meio social, com o universo inteiro e os seus semelhantes. Não nasceu unicamente para conhecer, mas também para agir. Alternativamente ativo e passivo, dá-se e recebe; toma ideia nas coisas, e depois põe suas ideias em suas obras. Entra em comunidade de interesses, de sentimentos, de pensamentos com os outros homens, utiliza-se do trabalho de outrem, e, seguidamente, exerce sua atividade em proveito próprio e em proveito de todos. (Idem, p.32)

Se a educação não cumprisse este duplo papel, o de “assimilar e produzir, compreender e exprimir, conhecer a realidade e realizar o útil” seria uma educação incompleta e estéril. Deste modo, a educação anarquista, sugerida por Adelino, desejava construir o ser humano completo, buscava formar tanto um trabalhador/a que produzia e transformava a realidade em sua volta de maneira socialmente útil, quanto um pensador/a que usufruía do trabalho coletivo e podia desfrutar do conhecimento e das artes.

O homem deve ser, antes de tudo, um trabalhador para prover a sua alimentação, o seu sustento e o de sua família. Mas nem só de pão vive o homem. O homem têm necessidade de livros, de música, de estátuas, de pintura, de paisagens. Logo, a par dum trabalhador, devemos fazer um pensador. (Idem, 33)

Ao construírem a relação entre as lutas levadas a cabo pelo movimento operário nos sindicatos e a educação, a C.O.B. e os militantes anarquistas mostraram que não era possível entender a emancipação das classes populares sem levar em consideração os aspectos econômicos, políticos, sociais, éticos e culturais. O tecido social era entendido como atravessado por todos esses elementos formando um emaranhado complexo, e a função da luta sindical associada à educação procurou fazer com que os/as trabalhadores/as e seus filhos/as pudessem entender esta complexidade na medida em que procuraram transformá-la, buscando romper as sendas que os prendiam.

2.3. Os Impressos Anarquistas

Os imigrantes chegaram ao Brasil nas últimas décadas do século XIX, ainda quando era Império, e logo nos primeiros anos da recente República, vieram em grande parte para suprir a escassez de mão de obra nas lavouras de café. Nesse período, iniciou-se de um intenso processo de urbanização e, por conta das péssimas condições de trabalho no campo, ocorreu um grande fluxo de pessoas às cidades em busca de melhores condições de vida. Esses imigrantes europeus, além de trazerem sua força de trabalho para os campos, fábricas e oficinas, trouxeram consigo, também, as ideias anarquistas.

Um dos meios encontrados pelos militantes anarquistas de fazerem circular suas ideias foi através da publicação de impressos, principalmente através de periódicos. Com a difusão e propagação do ideal anárquico pelos jornais, muitas pessoas puderam conhecer quais eram as preocupações, reflexões e, principalmente, as propostas orientações para a construção de uma sociedade futura. Assim, muitos trabalhadores brasileiros aderiram às fileiras do movimento e alavancaram uma série de revoltas e greves. Também promoveram organizações operárias de resistência e outras atividades de caráter reativo e de construção das bases da sociedade que almejavam alcançar.

Segundo Silvio Magnani, a “difusão do anarquismo em São Paulo não deve ser atribuída somente à origem estrangeira recente da classe trabalhadora.” Suas ideias também foram de brasileiros que viam no anarquismo um movimento capaz de construir outra sociedade diferente. Tal difusão deve, inclusive, “ser vinculada às condições sociais, políticas e econômicas imperantes na República Velha” (MAGNANI, 1982, 49)²³.

Edgard Leuenroth, por exemplo, foi diretor do jornal *A Plebe* e *A Lanterna*. Ele foi peça fundamental em diversos momentos, como na Greve Geral de 1917, na Batalha da Sé e em muitos outros. Outro militante importante foi João Penteado, diretor da Escola Moderna n.1 de São Paulo. Penteado foi um grande divulgador da pedagogia racionalista de Ferrer no Brasil e se dedicou à educação por toda sua

²³MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917), São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, p.49.

vida. Muitos outros exemplos poderiam ser citados. Portanto,

“aproveitando-se da aceitação convencional no ambiente político da época”, os anarquistas “estabeleceram seus primeiros núcleos de ativistas em torno de periódicos, lançando mão de uma forma de organização já utilizada pelo movimento na Europa”. (PERON, 2013, p.93)

Quando nos debruçamos ao estudo e pesquisas dos livros, jornais, panfletos e folhas anarquistas, temos que ter em mente que esses materiais impressos eram utilizados não apenas na divulgação de ideias e na denúncia de injustiças feitas contra as classes subalternas. Tais impressos eram tidos como ferramentas pedagógicas que procuravam instruir os destituídos de poder político no que concerne tanto à sua formação política, quanto social. Neste sentido, a circulação desses periódicos, e todas as atividades culturais promovidas pelos anarquistas, fazem parte de uma estratégia global e de uma

ação pedagógica que fosse capaz de despertar a energia revolucionária das classes subalternas, aprofundando o fosso cultural que as separava do universo burguês. (Idem, p.19)

Diante da importância dos periódicos para os anarquistas, utilizados como propaganda e como forma de organização, vamos analisá-los. Tomando-os como documentos, pesquisamos os jornais A Lanterna, A Plebe e A Voz do Trabalhador, dos quais Adelino de Pinho participou, tanto como articulista, propagandista, como diretor. Partimos da premissa de que Adelino estabeleceu contato com os debates desses jornais, direta ou indiretamente, formando seu arcabouço teórico e prático, que refletiu durante sua militância. Por conta da variedade de temas e discussões, ao longo de anos de publicações desses jornais, nossa preocupação não é esgotar as análises, mas sim compreender a maneira pela qual os anarquistas desenvolveram suas reflexões em diferentes contextos e situações.

O jornal A Lanterna, pode ser considerado como o jornal anticlerical brasileiro mais importante da primeira metade do século XX. Publicado em São Paulo, sua duração estende-se ao longo dos anos 1901, quando ainda era dirigida pelo

advogado Benjamin Motta, até 1935, sob a direção do anarquista Edgard Leuenroth. Nesse período, o periódico teve três fases: a primeira de 7 de março de 1901 à 29 de fevereiro de 1904; a segunda, de 17 de outubro de 1909 até 19 de novembro de 1916; e a terceira e última fase, de 13 de julho de 1933 até idos dos anos 1935. Na primeira fase, Benjamin Motta foi seu diretor e a segunda e terceira fase ficou a cargo de Edgard Leuenroth rodar e imprimir a folha. No total, o jornal A Lanterna teve um tempo de duração de 15 anos de existência e colocou em circulação mais de 350 exemplares.

A Lanterna era publicada em formato tabloide em 4 páginas. Os artigos eram organizadas em 6 colunas, dos mais variados temas. As ilustrações tiveram grande relevância, ora acompanhando algum texto, ora desempenhando um papel em si mesma. Dentre os temas abordado, em sua maioria havia ataques feitos aos clerigos e à Igreja Católica, mas também a questão operária, a educação, o (anti)patriotismo e o (anti)militarismo. Fora esses temas mais comuns, o periódico foi o veículo de divulgação de muitas campanhas, sendo, sem sombra de dúvidas, a mais conhecida o Caso Idalina.²⁴

A Plebe, segundo seu diretor Edgard Leunroth, havia sido criada para suprir a lacuna que o jornal A Lanterna tinha deixado. Abordava, ao mesmo tempo, questões tanto dos “atavismos intelectuais e morais” denunciando que a Igreja Católica infringia à sociedade; como também se preocupava com as questões da classe trabalhadora, como a carestia de vida, o movimento sindical, os altos preços dos alugueis, o trabalho infantil, os acidentes de trabalho, a irregularidade dos pagamentos dos salários e a legislação trabalhista brasileira.

Ao longo de sua longa existência – desde 1917 até 1949 –, A Plebe teve periodicidade semanal, mensal e bimestral, sendo que durante o ano de 1919, teve publicações diárias. Segundo Silva, o jornal chegou ter uma tiragem de 10.000 exemplares, e circulava de norte a sul do Brasil e também no exterior (SILVA, 2005, p.27). Por conta de perseguições policiais – e também de saúde – o periódico teve

²⁴ Para saber mais detalhes sobre o caso Idalina consultar SOUZA, Wlaumir Doniseti. Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante – das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina, São Paulo, Unesp, 2000; ANDRADE, Carlos E. Frankiw de. Blásfemos e Sonhadores: Ideologia, utopia e sociabilidade nas Campanhas anarquistas em A Lanterna (1909-1916), dissertação de mestrado, USP, 2009; ROMANI, Carlo. Oreste Ristori, uma aventura anarquista, Annablume e FAPESP, São Paulo, 2002.

diversos editores. Dentre eles, além de seu fundador Edgard Leuenroth, teve também como diretores: Florentino de Carvalho, Manuel Campos, Pedro Augusto Mota, Rodolfo Felipe,²⁵ e também Adelino de Pinho, ficando sob direção desta folha por alguns meses.

Um dos jornais mais importantes para a história do movimento operário, principalmente nestes primeiros anos de República, foi A Voz do Trabalhador. Este periódico, em resolução tirada pelos trabalhadores logo em seu primeiro congresso em 1906, foi o órgão oficial da Confederação Operária Brasileira, a C.O.B. Sua primeira publicação sai no ano de 1908, finalizando suas edições em julho de 1915. Durante esse período, teve uma interrupção que durou de quinze de janeiro de 1909 até janeiro de 1914. A interrupção da publicação do jornal se deu por razões financeiras, tanto é que no começo de sua segunda fase os editores afirmaram que “A Voz do Trabalhador irá aparecer conforme vontade daqueles de quem depende”.²⁶ Sua periodicidade era, na maioria dos casos, mensal ou quinzenal, no entanto, era da vontade de seus editores mantê-lo semanalmente, sem muito sucesso.

2.3.2. A Lanterna e as ideias anticlericais dos anarquistas no início do século XX

A presença anarquista n'A Lanterna era marcante. Segundo Fernando Antonio Peres, A Lanterna pode ser caracterizada como “um periódico anarquista que congregava o apoio dos anticlericais”. Já Boris Fausto caracterizou a folha como sendo “um irreverente órgão franco-maçom, com uma linguagem insólita”. Para Peres deveria ser aplicada somente à terceira fase, pois ao analisarmos o primeiro número de sua terceira fase, do dia 13 de julho de 1933, verifica-se a seguinte inscrição:

O nosso não é o anticlericalismo que, com algumas medidas anódinas e inofensivas contra o “poder eclesiástico”, procura, não favorecer a liberdade e o povo, mas fortalecer outro poder, outro privilégio, prolongando a vida e salvando-o das

25 Para mais informações ver o trabalho de Silva, PEREIRA, Victor. Pedro Augusto Mota: Militância Libertária e verbo de fogo, dissertação de mestrado, UFC, 2013.

26A VOZ DO TRABALHADOR. A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira. Rio de Janeiro, ano VII, n. 63, 1 de outubro de 1914, p.1.

ameaças de um movimento reivindicador de justiça social. Esse anticlericalismo, que repudiamos com asco, é instrumento de governo e de opressão, é o último refugio dos regimes na agoniza.²⁷

Na década de 1930 em São Paulo – mas podemos dizer, em todo o Brasil – existiam dois tipos de anticlericalismo. Um deles era esse negado pela Lanterna, ou seja, um tipo de anticlericalismo defendido pelos republicanos, que não representava nenhuma ameaça ao poder eclesiástico e que acabava por fortalecer outra forma de poder, o governo. Assim sendo, tal anticlericalismo atacado pela Lanterna, não se opunha à opressão e dominação do povo.

Já o anticlericalismo defendido pelos anarquistas era aquele que viam na Igreja e nos padres os grandes dominadores ideológicos da sociedade capitalista, e o Estado como sendo a instituição detentora do poder político. Por isso, A Lanterna apresentava ao leitor um outro tipo de anticlericalismo, do qual chamaram de *anticlericalismo integral*:

Nada tem de comum com o nosso *anticlericalismo integral* – contra a Igreja, como poder político, econômico e religioso, como força material e espiritual, como sustentáculos de tiranos e apoio de privilégios, como estorvo à emancipação social. Nós não queremos consolidar privilégio algum, defender a “supremacia” de poder algum. Somos por todas as liberdades contra todas as opressões.²⁸

O anticlericalismo integral via assim a Igreja como uma instituição que concentra em si tanto o poder político, quanto econômico e religioso. Tal poder era de ordem material e ideológica, sustentando os tiranos e mantendo os privilégios, elementos contrários a completa emancipação da sociedade. O anticlericalismo integral era, portanto, à favor de todas as liberdades, individuais, coletivas, morais, econômicas e políticas. A integralidade desse anticlericalismo confundia-se, portanto, com o projeto anarquista, pois este

visa precisamente a construção de uma nova civilização por meio de relações econômicas igualitárias, uma estrutura social libertária e um comportamento moral

27 A LANTERNA, O nosso anticlericalismo. Jornal A Lanterna, 13 de junho de 1933.

28 Idem.

adequado.(JOYEUX, 1999, p.37)

Desassociar a esfera política, da econômica e moral, é impossível para a perspectiva anarquista. Para o anarquismo a dominação estatal se realiza através da dominação econômica e moral, legitimada pela burguesia, grande guardião da propriedade privada; e, no contexto da primeira metade do século XX, pela Igreja Católica, bastião da resignação cristã, onde ante a negatividade da existência humana, causadas pela exploração e dominação capitalista, assume uma posição positiva e conformada esperando a vida pós-morte.

Os anticlericais integrais do jornal A Lanterna criaram, assim, três estratégias de combate à Igreja e ao anticlericalismo de Estado:

- a) Luta contra os padres, para mostrar as contradições da sua vida com a sua doutrina, o seu sacerdócio como profissão, tendo o interesse material por base, etc.. [O] que é importante para as camadas mais simples da população, que vêem o padre e não os dogmas e mitos, como importante foi, para o povo que lia os enciclopedistas, a propaganda pelo libelo, pelo panfleto, contra a realeza, a nobreza e o clero.
- b) Luta contra a influência política da Igreja – pela ação direta, pela propaganda extraparlamentar.
- c) Propaganda para mostrar o poder da Igreja, a Igreja como empresa, como auxiliar da exploração capitalista, como divisora do proletariado, fatora de crumirismo. Este ponto é importantíssimo.²⁹

O anticlericalismo integral muito se assemelhava ao sindicalismo revolucionário para a luta sindical. A luta levada a cabo pelos anarquistas nos sindicatos tinha como estratégia a utilização do sindicalismo revolucionário, pois este possibilitava que um maior número de pessoas pudesse entrar nos sindicatos independente de sua posição política ou religiosa – neutralidade política. O critério de adesão ao sindicato era definido a partir de sua condição de trabalhador. Por isso, o uso da ação direta – boicote, sabotagem e greves parciais e gerais – como ferramenta de pressão, reivindicação e construção social. Da mesma forma, os anarquistas faziam uso do anticlericalismo integral como estratégia de ação,

29 A LANTERNA, O nosso anticlericalismo, op. cit.

agregando os livres-pensadores de toda estirpe, desde o franco-maçom até o espírita, ateu ou cientista. Pela abrangência do movimento, muitos trabalhadores também aderiam à ele, na medida em que, para Lanterna, a dominação moral se destinava, principalmente, para esta classe social.

A ação direta contra a Igreja se materializava através de conferências, palestras, construções de escolas racionalistas e em campanhas contra a impunidade de padres e da Igreja. Neste último aspecto, os anticlericais integrais atacavam as dissonâncias da doutrina cristã com as ações dos sacerdotes, mostrando que os padres eram avarentos, corruptos, incoerentes etc., mas também colocando os clérigos como pessoas que exerciam sua função simplesmente para terem mais poder político e econômico. Tal propaganda contra os sacerdotes, no geral, era tão fundamental quanto foi a propaganda iluminista realizada antes da derrubada do Antigo Regime na França.

O ataque foi feito não apenas contra os padres, mas também, e inclusive, contra a instituição Igreja em si, sendo este aspecto “um ponto importantíssimo”. Mas por que essa era uma questão tão importante? Através de suas análises os anarquistas anticlericais integrais associavam o poder da Igreja ao próprio sistema capitalista, por isso a Igreja era tida como uma empresa que auxiliava a exploração do proletariado na medida em que os dividia e infiltrava no movimento operário os “crumiros”, ou seja, pessoas que furariam as greves levadas a cabo pelos anarquistas. Este ponto é fundamental, pois reconcilia a luta anticlerical com a luta sindical. Em outras palavras, era impossível pensar numa luta contra o capitalismo sem levar em consideração os aspectos culturais que o constitui.

Esse traço, Leuenroth carregou até a terceira fase d'A Lanterna, e, justamente por isso, o periódico foi rigorosamente vigiado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), criado em trinta de dezembro de 1924. Os investigadores do DEOPS apreenderam uma série de materiais produzidos pelos libertários, tais como livros, jornais, panfletos cartas trocadas entre militantes, manuscritos e fotos particulares. Segundo o pesquisador Rodrigo Rosa da Silva, utilizando-se dos documentos produzidos pela polícia política e social de São Paulo, o DEOPS apontava a folha anarquista como um “perigo à ordem social”. Sendo assim,

“podemos medir a ameaça sentida pelas autoridades e os motivos que desencadearam os mecanismos de repressão a esses livros e jornais como meio de atingir o movimento anarquista como um todo, para além do castigo aos indivíduos, buscando golpear de maneira severa sua produção intelectual e uma de suas principais formas de expressão pública. Assim, julgava-se diminuir a circulação de informações contrárias aos interesses do governo, ceifando de vez as “idéias proibidas”, que tinham esses “papéis impressos” como um dos seus mais importantes meios de divulgação e popularização.” (SILVA, 2005, p.51)

Silva, ao analisar os prontuários do jornal A Lanterna, coloca que a presença de policiais infiltrados nas palestras e meetings anarquistas era comum. Os “secretas” tinham como missão cobrir cada grupo suspeito. Os investigadores localizavam os mais aguerridos militantes e a polícia logo começava seu trabalho de repressão. Com isso foi levada à cabo uma perseguição às diversas Ligas Anticlericais

em novembro de 1935, sob o temor das agitações comunistas, a Liga [Anticlerical de Campinas] foi fechada e seu responsável Atílio Pessagno preso. Na sede, a polícia encontrou diversos números do periódico A Lanterna, assim como dezenas de outros jornais e livros de teor anarquista. (Idem, p.53)

Portanto, o jornal A Lanterna não era “um irreverente órgão franco-maçom, com uma linguagem insólita” em sua terceira fase, como escreve Boris Fausto. Isso seria reduzir por demais sua abrangência política. O jornal, de tendência claramente anarquista, servia como espaço político de organização das Ligas Anticlericais, de debates entre militantes, da realização de campanhas contra os padres e a Igreja, assim por diante. Tal jornal, era tão importante que os órgãos de repressão do Estado da “República Nova”, no governo de Getúlio Vargas, continuariam a vigiá-lo. E, nesse contexto, os anarquistas já sabiam que como a “velha” República, a Igreja Católica iria conservar as mesmas intenções:

“Eles” e a Republica Nova



“É excusado tentar escapar, pois serás minha, como a 'velha' o foi”³⁰

2.3.3. A Plebe e o sindicalismo no Estado Novo

A partir de 1932, A Plebe deu início à sua nova fase. Os editores do jornal colocavam que suas intenções não eram outras senão àquelas que sempre fizeram concorrer para que os trabalhadores se eduquem, se instruem, se congreguem para opôr barreira à feroz opressão e exploração de que são vítimas todos os que trabalham e para estabelecer a paz e a igualdade entre os homens.³¹

Por isso, utilizando a ironia, os editores d'A Plebe perguntavam porque motivos o jornal provocava a ira de policiais, o ódio de industriais e as hostilidades dos políticos, já que o periódico somente buscava estabelecer uma sociedade mais justa.

Segundo A Plebe, os exploradores não admitiam que os explorados reconhecessem sua situação de escravidão, e por isso o jornal sofreu diversas represarias, tais como apreensões, empastelamentos, processos, sequestros e o impedimento de sua circulação nos correios. Mas, como a “Fénix da fábula”, A Plebe ressurgia “com o programa de sempre: ação libertária”.³² E é no ressurgimento da década de 1930 que a Plebe discorreu sobre um tema que foi

30A Lanterna, no. 355, 20/07/1933.

31 A PLEBE, O nosso reaparecimento, A nossa ação. A Plebe, n.01, 19 de novembro de 1932.

32 Idem.

muito importante para o movimento anarquista: a lei de sindicalização.³³

Antes de abordarmos propriamente da lei de sindicalização, alguns apontamentos devem ser feitos acerca da legislação trabalhista no Brasil nos primeiros anos de República até a “Revolução de 1930”.

A Legislação Trabalhista no Brasil na República Velha

A Primeira República construiu a Constituição de 1891 partindo de pressupostos liberais. Diante desse fato, o historiador Kazumi Munakata levanta a pergunta, com base na famosa frase do presidente Washington Luís: “Como dizer-se liberal, se 'a questão social é um caso de polícia?’”³⁴.

Ao analisar a obra de John Locke, clássico do liberalismo, Munakata resgata o sentido que o liberalismo confere às leis. Para o liberalismo, o indivíduo possui, antes de tudo, a propriedade de seu corpo, podendo fazer uso dele como bem entender, inclusive empregar suas forças para trabalhar e colher os frutos de seus esforços, que são, assim, sua propriedade. Por isso, quando um ladrão rouba os frutos de seus esforços, ou seja, rouba-lhe a propriedade que é só dele, toma-lhe também sua própria essência. À vista disso, cabe ao Estado criar leis, rigorosamente determinadas e escritas, válidas a todas as pessoas, defendendo o direito da propriedade privada. O Estado tem como obrigação, portanto, criar leis e os meios de julgar e aplicar tais leis, mesmo que seja necessário o uso da força, “em outras palavras, os indivíduos abdicam a liberdade de 'fazer a justiça pelas próprias mãos' e entregam-na a um poder público – o Estado”.³⁵

Apesar do Estado Liberal tratar a questão social como um caso de polícia, o via, fundamentalmente, como uma questão jurídica, pois a quebra do contrato estabelecido entre o trabalhador e o patrão, no momento da greve, obrigava a polícia pôr-se em marcha contra os trabalhadores. Fora esta questão, diante das

33 A Lei de Sindicalização, em um primeiro momento, não obrigava os sindicatos se tornarem oficiais. No entanto, os trabalhadores que não estivessem sindicalizados em um sindicato oficial não se beneficiaria dos direitos trabalhistas. Assim, se a lei não obrigava os sindicatos livres se oficializarem de maneira direta, indiretamente faziam com que os trabalhadores aderissem aos sindicatos oficiais, enfraquecendo os sindicatos livres. Por isso, a luta dos militantes anarquistas em relação à lei de sindicalização.

34 MUNAKATA, Kazumi. A Legislação trabalhista no Brasil, Brasiliense, São Paulo, 1981.

35 Idem.

constantes mobilizações e ampliações do movimento operário revolucionário brasileiro, as críticas antes destinadas apenas à burguesia acabavam por atingir o Estado na medida em que a luta se tornava mais genérica e generalizadora, fazendo com o que o Estado Liberal começasse a se preocupar com as ditas questões sociais.

Neste contexto foram criados os primeiros órgãos reguladores do trabalho. Em São Paulo, foi organizado o Departamento Estadual do Trabalho em 1911; em 1918, o Departamento Nacional do Trabalho; em 1923 o conhecido Conselho Nacional do Trabalho (CNT); e em 1926 foi realizada uma reforma na Constituição onde previa que caberia, privativamente, ao Congresso Nacional legislar sobre o trabalho.³⁶

O Estado assumia que a questão social deveria ser tratada por órgãos mediadores institucionais na medida em que buscavam regulamentá-lo através da criação de leis do *poder legislativo*. Já a partir da “Revolução de 1930”, o historiador Kazumi Munakata coloca que Estado sofre uma nova transformação. Nesta segunda transformação do liberalismo brasileiro, o Estado deveria assumir a proteção da indústria, deixando de intervir no jogo do livre mercado e das forças políticas. Se Fazendo necessário

um Estado racional e racionalizado, dirigidos não por políticos que defendem interesses particulares ou partidários, mas por técnicos especializados, planejadores, competentes, objetivos, neutros, que defendam o interesse geral da Nação (no caso, a industrialização), e que, para isso, intervenham com firmeza em todas as esferas da sociedade”.³⁷

O modelo estatal a ser seguido deixava de ser o Estado Liberal, incapaz de equacionar o livre comércio e a correlação de forças políticas com a luta de classes de maneira não truculenta, e passava a ser um Estado Corporativo. Tal Estado, observava o “fato social”³⁸ da luta de classes não sob a perspectiva de um dado da realidade do capitalismo, mas como um equívoco jurídico do liberalismo promovido pela liberdade total do indivíduo, gerando egoísmos e paixões desenfreadas.³⁹

36 MUNAKATA, Kazumi. op. Cit.

37 MUNAKATA, Kazumi. A Legislação trabalhista no Brasil, Brasiliense, São Paulo, 1981.

38 Em termos durkheimenianos, sendo este sociólogo francês um dos clássicos do corporativismo.

39 MUNAKATA, Kazumi. op. Cit.

Desse modo, enquanto o Estado Liberal procurava tratar a questão social mediante o *Poder Legislativo*, o Estado Corporativo da “Nova República” promovia um “deslocamento da tarefa de criação das leis sociais, que antes era competência do Congresso Nacional, para a esfera do Poder Executivo, com a criação do Ministério do Trabalho”.⁴⁰ Segundo a historiadora Raquel de Azevedo, o Ministério do Trabalho ao criar a Lei de Sindicalização

prescrevia medidas restritivas como o impedimento da atuação de estrangeiros na direção sindical, a maioria de 2/3 de brasileiros natos entre os associados, o impedimento de difusão de ideologias políticas, etc.”⁴¹

Vemos assim, que a valorização do elemento nacional, previsto pela teoria corporativista, alicerçava a proposta da lei de sindicalização, na medida em que buscava retirar do controle sindical os estrangeiros e hegemonizar os nacionais nos sindicatos, assim como promover a “abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso”,⁴² eliminando, assim, ideias que poderiam levar à luta de classes.

O Estado buscou tratar a “questão social” sob o *Poder Legislativo*, em sua face liberal, e sob o *Poder Executivo* em sua face corporativista. Como a perspectiva anarquista não previa a regulamentação do Estado, nem mesmo sua existência enquanto órgão regulador da sociedade, seria a própria sociedade que se auto-regularia frente aos problemas sociais. Para os anarquistas deveria ser de obrigação da própria sociedade resolver seus problemas, constituindo um *Poder Social*. Somente então, podemos entender as argumentações que os libertários fizeram em relação às leis no geral, e em particular a lei de sindicalização.

Os libertários, um ano depois da implantação da Lei de Sindicalização, não haviam compreendido porque o governo criara tal lei, pois desde a primeira República os sindicatos haviam sido duramente combatidos e agora estimulava-se a sindicalização dos trabalhadores: “Passar dum pólo ao outro, do extremo ódio ao extremo amor, assim de repente, é cousa que não entendemos lá muito bem”.⁴³

Com a “Nova República” e a mudança de postura do Estado em relação aos

40 AZEVEDO, Raquel. op. Cit., p.273.

41 AZEVEDO, Raquel. op. Cit., p.299.

42 Item f do artigo número 1 da lei de sindicalização, in AZEVEDO, Raquel. op. Cit., p.299.

43 A PLEBE, A Lei de Sindicalização obrigatória, A Plebe, n.4, 17 de dezembro de 1932.

sindicatos, os anarquistas ficaram confusos, não compreendendo que a forma como o governo encarava a questão social havia mudado. Por terem como perspectiva a lógica do poder no âmbito social, os anarquistas não conseguiram perceber que, na medida em que o Estado passou a ter como estrutura teórica o corporativismo, ao lidar com a luta de classes como um desvio jurídico, o sindicato sob seu controle serviria para “colocar nos trilhos” a função social, tanto a que os trabalhadores possuíam, como os patrões, através da concessão de direitos para os trabalhadores e obrigando os patrões a se ajustarem à dinâmica social regulamentada pelo Estado, mas que buscava manter a posição social de ambas as classes.

Diante de tal incompreensão, o primeiro movimento foi de desconfiança por parte dos libertários. Assim, pregando a liberdade diante de “todas as situações forçadas que se apareçam”, os anarquistas se colocaram contra a imposição da sindicalização oficial, e, neste momento, o discurso anarquista entrou em contradição com aquilo que sempre havia pregado, justamente a sindicalização de todos os trabalhadores. Tal contradição é assumida pelo articulista d'A Plebe:

No passado, apesar de todos os precalços, ameaças e perigos, aconselhávamos sempre o operariado a sindicalizar-se, pois na sua congregação e união residia sua força. E agora, ante a situação atual, repelimos a sindicalização forçada ...⁴⁴

A argumentação do articulista retomava o exercício da liberdade, inclusive a de não querer se sindicalizar. No entanto, a estratégia tinha como pano de fundo a intenção de fazer com que o trabalhador não se sindicalizasse nos sindicatos oficiais e que aderisse aos sindicatos livres, pois os sindicatos oficiais nada mais faziam do que enquadrar o trabalhador numa lógica militar, impedindo que os trabalhadores tivessem a “liberdade de pensar, agir e propagar todas as ideias, teorias e doutrinas que mais lhe agradarem”, transformando-os “em possíveis eleitores, em molas da máquina eleitoral para favorecer os novos aspirantes ao poder”.⁴⁵

Sendo assim, a criação das leis não os interessava, pois

“não é por falta de leis que a máquina social não funciona regularmente. É pelo seu

44 Idem.

45 Ibidem.

excesso. Quanto mais leis, mais regulamentos, mais decretos se fabriquem, mais peias ao pensamento, mais restrições às liberdades, mais diques surgem e aparecem à livre iniciativa”.⁴⁶

O desejo do articulista d'A Plebe era o “sindicato organizado espontaneamente pelos interessados e agindo livres de toda a influência estranha”, por isso era contra à organização obrigatória, associada aos modelos fascistas e bolchevistas.⁴⁷

Recorrer às todas as liberdades, inclusive àquela de não se sindicalizar, e combater todas as leis como sendo funestas, segundo Azevedo, provocou ambiguidade, contradição ou incoerência “aos anarquistas, diante de sua postura negativa, quando surgiram leis formalizando antigas reivindicações operárias”.⁴⁸

Contudo, nem todos os militantes anarquistas estavam confusos em relação à lei de sindicalização. A Federação Operária de São Paulo, em abril de 1931, ou seja, logo após a implantação da lei de sindicalização em março de 1931, tirou resoluções acerca da problemática. Para os militantes da FOSP, os rumos tomados pela sindicalização oficial direcionava à “Fascistização dos Sindicatos” na medida em que os agentes do Ministério do Trabalho, ao invés de obrigar os empresários à cumprir os direitos dos trabalhadores a partir do Decreto n. 19.808,⁴⁹ “se aliaram aos reacionários para impedirem que os trabalhadores estejam dentro das suas organizações de classe e prevalecendo-se do seu cargo fazem a maior propaganda contra as organizações que não aceitem o governo do Ministério, ou seja que não se submetam ao capricho e a fiscalização dos patrões”.⁵⁰

E, neste sentido, a FOSP realiza uma série de considerações acerca da lei.

46 Ibdem.

47 Ibdem.

48 AZEVEDO, Raquel. op. Cit. p.272.

49 Decreto referente à lei de férias, tendo como Art. 1º: Fica suspensão, em todo o território nacional, até ulterior resolução a aplicação das disposições da lei n. 4.982 de 24 de dezembro de 1925, e do respectivo regulamento, aprovado pelo decreto n. 17.496 de 30 de outubro de 1926, pelas quaes foi assegurado o direito ao gozo de quinze dias de ferias annualmente, sem prejuízo de ordenados, vencimentos, gratificações ou diarias, aos empregados e operarios de estabelecimentos commerciaes, industriaes e bancários, de escritórios de qualquer natureza, de instituições de caridade e beneficência, das empresas jornalísticas, de communicações e transportes terrestres e maritimos situados no Districto Federal, nos Estados e no Território do Acre. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19808-28-marco-1931-519019-publicacaooriginal-1-pe.html> acessado em 26 de fevereiro de 2015.

50 FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE SÃO PAULO, Nota Oficial em A Plebe, n. 2, 26 de novembro de 1932.

Para os militantes da federação a lei de sindicalização visava a fascistização das organizações operárias representando a “negação do espírito liberal de que se dizem defensores os governantes da república nova”.⁵¹ Portanto, reconheciam que a república instaurada pela Aliança Liberal em nada tinha de liberal, pois se alicerçava sobre outras bases, claramente fascistas, portanto, corporativistas. Para a perspectiva anarquista dos militantes da FOSP, a lei pretendia subordinar as questões do capital e o trabalho ao Ministério do Trabalho, se colocando contrária às normas mais primordiais do sindicalismo, estabelecidos em todos os congressos realizados, a autonomia sindical. Avaliaram que, por conta de todos os trabalhadores encontrarem-se sob a mesma situação, ou seja, à exploração capitalista, estes deviam agrupar-se em sindicatos para a defesa de seus interesses, seja qual fosse sua nacionalidade. Ponderaram que o Estado não era capaz de interpretar fielmente as necessidades dos trabalhadores e, por isso, não conhecia a luta travada entre os produtores e os detentores dos meios de produção. A ingerência do Estado acerca da luta de classes beneficiava, sempre, a burguesia; a lei de sindicalização, portanto, “trata apenas de reforçar mais ainda o poder de uma classe privilegiada e parasitária em detrimento de uma classe explorada”.⁵² E assim a federação concluía que:

- a) Não tomar conhecimento da lei que regulamenta a vida das associações operárias;
- b) Promover uma intensa campanha nos sindicatos por meio de manifestos, conferências, etc., de crítica à lei;
- c) Fazer, mediante essa campanha de reação proletária, com que a lei de sindicalização seja derrogada.⁵³

Assim, para Azevedo, a estratégia adotada pelos anarquistas foi de “ignorar a lei, ao mesmo tempo, combatê-la até sua extinção, visando minar desde o início a tentativa de interferência no meio sindical”.⁵⁴ Ignorar não no sentido de não tomar conhecimento da lei, pois nas suas considerações, os militantes da FOSP conheciam as medidas que a lei estabelecia. Quando os anarquistas propuseram

51 Idem.

52 Ibdem.

53 Ibdem.

54 AZEVEDO, Raquel. op. Cit. p.288.

ignorar a lei, buscavam fazer com que o operariado levasse em consideração a luta de classes e não a via institucional, portanto, parlamentar. E foram além. Argumentaram que pela pressão social, nas associações de classe, centros culturais, campos, ruas, fábricas e oficinas, tal lei deveria ser atacada e criticada, até ser revogada.

Outros apontamentos e análises estavam presentes na carta aberta aos fundadores do Partido Socialista Brasileiro escrita por José Oiticica sobre a sindicalização compulsória. Para ele, a lei serviria como instrumentos para fins eleitorais, sendo que a sindicalização deveria ser inteiramente livre, sem nenhuma interferência do Estado. Em vista disso, a sindicalização estatal “seria o mesmo que dar alguém armas a quem o quer matar”, pois o sindicato servia como

orgão de luta proletária contra o Estado, contra a máquina social de patrões, argentários, políticos profissionais e cleros parasitários [...] O sindicato nasceu desse 'imperativo econômico', reconhecido na primeira internacional, segundo o qual cumpria aos trabalhadores do mundo inteiro unir-se para combater a Internacional dos capitalistas. A cada sindicato capitalista importava opôr um sindicato operário. Contra a liga universal dos sindicatos patronais, forçoso era erguer a liga universal dos salarizados.⁵⁵

Para os anarquistas, a origem dos sindicatos, espaço dos trabalhadores, era por definição “imperativo econômico”, ou seja, um critério que atravessava todas as pessoas que trabalhavam, logo, que eram exploradas. Assim sendo, o critério econômico circunscrevia-se dentro da esfera do social, e era a partir dele que o poder devia ser constituído contra as classes dominantes. Agora, quando os anarquistas apoiaram-se no poder social frente ao poder institucional, foi muito eficaz quando este último o tratava como caso de polícia, ou seja, quando o Estado lidava com a questão social através do poder legislativo, pois, assim, tal questão era resolvida com a truculência da polícia ou com debates intermináveis no parlamento, o que reforçava o discurso anarquista da inutilidade do Estado. Já quando com a transformação do governo brasileiro, tornando-se um Estado Corporativo, a questão social passou à esfera do executivo, dando dinamismo nas

⁵⁵ OITICICA, José. Carta aberta aos fundadores do Partido Socialista do Brasil. A Plebe, n. 5, 24 de dezembro de 1932.

decisões e instituindo as concessões trabalhistas. Os anarquistas continuaram firmando a mesma estratégia de que a questão social deveria ser resolvida pela própria sociedade, mas isso não foi o “suficiente” para fazer frente à um Estado que absorvia as demandas dos trabalhadores.

Os anarquistas, de algum modo, não conseguiram acompanhar as transformações da dinâmica capitalista e, portanto, das transformações da nova conjuntura política do contexto histórico dos anos 1920 e 30 e, assim, mudar sua estratégia de luta. É possível que a organização interna do movimento anarquista não tivesse conseguido criar estruturas sólidas o suficiente para continuar influenciando o conjunto do movimento operário, perdendo o seu vetor social.

Naquele contexto, os militantes anarquistas responderam às situações que lhes foram apresentadas a partir das experiências que acumularam desde a formação das primeiras associações de resistência, incluindo os congressos operários da C.O.B. de 1906, 1913 e 1920, e as greves parciais e gerais, quanto de seus referenciais ideológicos que lhes norteavam o pensamento e a ação. Assim, por conta desse conjunto de conceitos, valores e princípios, escolheram fortalecer o poder social em detrimento do poder institucional, o que lhes obrigou a criar estratégias fora da esfera governamental.

2.3.4. A Voz do Trabalhador e o debate sobre a atuação anarquista no sindicato

Apesar de não possuir nenhuma orientação política definida, A Voz do Trabalhador abrigava em seu interior ricos debates em torno do sindicalismo revolucionário, cooperativista, católico ou patronal, mas também acerca do socialismo e do anarquismo. Um desses debates foi travado pelo conhecido anarquista português Neno Vasco e o militante anarquista de Santos, João Crispim. Mesmo ambos sendo aguerridos militantes anarquistas, eles tinham uma visão diferente de como os anarquistas deveriam atuar dentro do sindicato. Diante disso, publicaram na folha d'A Voz do Trabalhador uma série de artigos discutindo sobre o

assunto.

O primeiro texto a ser publicado n'A Voz, foi o de Neno Vasco em primeiro de setembro de 1913. Neno comenta que ao ler o jornal *Germinal*, viu impresso em suas páginas a carta de princípios da Federação Operária de Santos, FOPS, e nela, segundo o articulista, expressava

uma doutrina que me parece estar em contradição, não só com as bases e necessidades da organização de classe do proletariado, mas ainda – poderia dizer, e sobretudo – com o anarquismo. (CRISPIM, VASCO, 2014, p.35)

Tal ideia havia sido “mal inspiradamente importada da Argentina”, provocando a desagregação do movimento operário. A doutrina propagandeada pela FOPS buscava fazer adotar nos estatutos dos congressos sindicais o comunismo anarquista como finalidade dos sindicatos e federações operárias.

Com este sistema, sobretudo com o da F.O.R.Argentina, renova-se o erro autoritário que conforme luminosamente mostrou Malatesta, conduziu a velha Internacional ao esfacêlo. (Idem, p.39)

Segundo Neno, essa propositiva contradizia o próprio anarquismo, pois tal sindicato abrigaria, assim, apenas anarquistas, o que não é a proposta dos sindicatos, já que estes possuem como finalidade agrupar os trabalhadores não por posições ideológicas, mas sim agrupar profissionalmente os assalariados. Apesar de militantes anarquistas serem também trabalhadores, eles são uma minoria, portanto, será reduzida sua influência dentro dos grandes movimentos de massa. Esta limitação se daria a partir da separação dos anarquistas da massa de trabalhadores, ficando entregues a si mesmos. Os anarquistas se tornariam, dessa forma, não mais militantes atuantes, mas simplesmente teóricos, não levando a cabo a necessária organização social.

Segundo Neno, os anarquistas ao se colocarem apartados do meio social, os sindicatos não teriam mais sua utilidade específica

a de ser um fértil campo para sementeiras de ideias, a de permitirem que os anarquistas estejam em contato com o povo, darem-lhes provas de energia e de dedicação pela causa comum, inspirarem-lhe, em suma, confiança. (Idem, p.36-37)

Para Neno, confiar à uma perspectiva política o direcionamento dos sindicatos era abrir mão dos princípios essenciais que moviam os militantes anarquistas, ou seja, os anarquistas não queriam

uma simples resolução política, isto é, apoderar-nos do governo e mudar-lhe a forma ou decretar lá de cima as reformas salvadoras; nós queremos uma revolução social. (Idem, p.37)

Os militantes anarquistas deveriam levar a cabo os princípios que sustentaram a Primeira Internacional: a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores. E após o momento da expropriação revolucionária, que os trabalhadores estivessem preparados para continuar, sem interrupção, a organizar a vida social.

Para Neno Vasco, na medida em que um sindicato aderira de forma programática ao anarquismo, o fazia porque era forçado desde cima por alguns militantes.

Um grupo anarquista constitui-se por ideias e afinidades e quem nele adere franca e conscientemente ao anarquismo: sem isso perderia o seu caráter essencial – a livre e consciente adesão de cada membro; a consciência do fim comum, que dispensa autoridade, a autonomia individual, enfim. (Idem, p.38)

Seria muito mais “anarquista” o sindicato que recrutasse os trabalhadores de acordo com sua profissão, do que aqueles de bandeira anarco-comunista e que recrutava trabalhadores que possuíam pouco ou nenhum conhecimento desta perspectiva.

Vasco cita a moção aprovada no Primeiro Congresso da Confederação Operária Brasileira onde expressa, segundo sua opinião, muito melhor as necessidades e vontades do operariado brasileiro do que qualquer declaração anarquista ou sindicalista revolucionária.

A Confederação Operária Brasileira (C.O.B.), organizadas sob as presentes bases de acordo, tem por fim:

- a) Promover a união dos trabalhadores salarizados para a defesa dos seus interesses morais, materiais, econômicos e profissionais;
- b) Estreitar os laços de solidariedade entre o proletariado organizado, dando mais força e coesão aos seus esforços e reivindicações, tanto moral quanto material;
- c) Estudar e propagar os meios de emancipação do proletariado e defender em público as reivindicações econômicas dos trabalhadores, servindo-se, para isso, de todos os meios de propaganda conhecidos, normalmente de um jornal que se intitulará A Voz do Trabalhador;
- d) Reunir e publicar dados estatísticos e informações exatas sobre o movimento operário e as condições do trabalho em todo o país. (Idem)

Esta proposta dava cor a um tipo⁵⁶ de sindicalismo combatente, revolucionário, e que os anarquistas deveriam participar e direcionar seus esforços. Neste sentido, Vasco lança a pergunta: Qual deveria ser a atitude os anarquistas nos sindicatos?

Em primeiro lugar, devem ali conservar quanto possível sua liberdade de ação, evitar os compromissos e os motivos de suspeita – o mais que possam, visto convir

56 Segundo Neno Vasco, o sindicalismo tinha duas tendências contraditórias em seu seio: “Uma leva o proletariado a uma concepção revolucionária da luta de classes, à compreensão da solidariedade proletária frente da classe patronal, à consciência dos interesses gerais dos trabalhadores contrários aos dos capitalistas, à vontade e poder de abolir o patronato e o salariedade, de tomar conta dos meios de produção e de reorganizar diretamente a vida social em vantagens de todos.

A outra baseada nos antagonismos de interesses existentes mesmo antes dos trabalhadores neste regime de propriedade individual e concorrência, conduz ao estabelecimento de categorias privilegiadas no seio do operariado, em luta com as camadas mais miseráveis e embrutecidas, e ao círculo vicioso dos melhoramentos parciais sem outra finalidade ou à ilusão infantil das reformas legais”. E é claro que Neno Vasco coloca a COB sob a primeira tendência. VASCO, Neno, op. Cit., p.40.

das margens às contingências e circunstâncias especiais. Assim colocados, o seu papel é de uma minoria atuante e propulsora: favorecer com todas as suas forças a tendência socialista, anarquista e revolucionária do movimento econômico operário e as formas de ação e organização que a promoverão; acompanhar ardentemente o operário em suas reivindicações, procurando alargá-las; apontando-lhes sempre o nosso fim e mostrar-lhe fatigavelmente a necessidade da revolução social. Procurar, em suma, que anarquistas sejam, não os estatutos, mas os operários, se não nas ideias, ao menos nos atos. (Idem, p.40-41)

Portanto, os militantes anarquistas, estivessem em *centros libertários, grupo de afinidades* ou *indivíduos*, atuariam dentro dos sindicatos como uma *minoria ativa* que impulsionaria o movimento operário à uma forma de organização a mais libertária possível. Tais minorias ativas não seriam e nem poderiam ser consideradas *vanguardas*, pois na medida em que *acompanhavam* o movimento operário em suas reivindicações não os *dirigiam*. Portanto, a minoria ativa anarquista não lutava *pela* emancipação da classe trabalhadora, lutava *com* os trabalhadores por serem eles também trabalhadores.

Longe de ser estrangeiros ao universo operário, os militantes anarquistas atuavam desde o interior do movimento, pois faziam parte dele. A diferença que distinguía o trabalhador do anarquista trabalhador era que este último possuía um horizonte de expectativa mais amplo, e não ficaria restrito, apenas às reivindicações de caráter econômico, como melhores salários, oito horas de trabalho e assim por diante. Os militantes anarquistas buscavam refletir quais eram as melhores estratégias de se alcançar a revolução social, assim como pensar a sociedade após o período revolucionário, seguindo os princípios de igualdade, liberdade e solidariedade.

Em primeiro de fevereiro de 1914, João Crispim respondeu às colocações feitas por Neno Vasco. Ressaltou que o texto de Vasco em nada argumentava sobre o porque a FOPS estava em contradição com o anarquismo. Sob a afirmação de que o movimento operário na Argentina havia se dividido por conta da ação militante dos anarquistas, ressaltou que se derivava a partir de falsas informações sobre o que realmente passava. Segundo Crispim, na Argentina o movimento

operário não foi dividido pelos anarquistas da Federação Operária Regional Argentina, FORA, mas sim pelos socialistas, que ao criarem a União Geral dos Trabalhadores, a UGT, buscaram cooptar os trabalhadores à luta parlamentar e que ao não lograrem êxito tentaram entrar para a FORA. Federação que agregava a maior parte dos trabalhadores. Ao discorrer sobre a dissolução da Primeira Internacional, “esta deve-se [...] a Karl Marx, que se arvorou em imperador dos trabalhadores como um segundo Napoleão”⁵⁷.

Esclarecido tais pontos, Crispim definiu o que era sindicalismo. O sindicalismo surgiu para agrupar os trabalhadores. No entanto, tais agrupamentos ou sindicatos “desenvolvem a sua atividade conforme a orientação que neles predomina”⁵⁸. Assim, ao mesmo tempo que Crispim defendia sua posição em relação àquela atacada por Vasco, oferecia uma gama variada dos tipos de sindicatos existentes no período da Primeira República:

Uns tendem para a conquista dos poderes públicos, outros para o cooperativismo, outros para a conquista de melhoras econômicas, pela *ação direta*, e outros ainda, sem desprezar a conquista de melhoras , marcham para a revolução social, destruindo o patronato, o Estado, juntamente com todas as outras instituições burguesas, para implantarem o comunismo anárquico, afim de que os trabalhadores gozem de completa liberdade e possam organizar, sem empecilho algum, o trabalho, a distribuição da riqueza e satisfazer as suas necessidades. (Idem, p.44)

Existiam, portanto, muitos sindicatos que tinham interesses diferentes daqueles dos anarquistas: uns cooperando com o patronato; outros com a Igreja; e outros interessava a melhora da qualidade de vida dos trabalhadores. Para João Crispim, o sindicato deveria ir além, deveria marchar em direção à revolução social.

Da mesma forma que a igualdade social só é possível numa sociedade baseada na igualdade econômica, também a igualdade econômica, ou melhor, a livre organização da produção e do consumo, só é possível na igualdade social, numa

57 CRISPIM, João. op. Cit., p.46.

58 CRISPIM, João. op. Cit., p.44.

sociedade anarquista. (Ibdem)

Para o articulista, a sociedade anarquista era a sociedade da igualdade econômica e social, por isso ia de encontro aos interesses da classe trabalhadora, uma vez que era justamente ela que produziria e organizaria a sociedade futura. Se os trabalhadores não buscassem lutar nessa direção, se reforçaria às instituições que sustentavam o capitalismo.

Por fim, termina seu texto a propósito da atitude dos anarquistas nos sindicatos:

[...] é preciso reconhecer que não devem limitar os meios de propaganda, devem trabalhar até que os sindicatos façam a propaganda em geral das reivindicações proletárias, inclusive a abolição definitiva de todos os elementos autoritários, até que propaguem o comunismo anarquista. (Ibdem)

Portanto, o debate entre Neno Vasco e João Crispim se voltava para as questões estratégicas da atuação dos anarquistas nos sindicatos. Em artigo publicado em primeiro de março de 1914, João Crispim foi direto ao ponto:

[...] o que vejo, o que estou cansado de ver, é que o zelo de neutralidade em benefício da tendência a agrupar todos os trabalhadores, tem dado esse resultado. No Brasil, grande parte da organização operária orientada pelos anarquistas, tomou uma tendência corporativa, porque os anarquistas não fazem nos sindicatos a propaganda revolucionária, a propaganda das suas ideias, e ainda se opunham ao que os mais audazes expusessem os ideais de emancipação dos trabalhadores, os quais não são. (Ibdem, p.49-50)

Não obstante, essa não era uma realidade apenas brasileira. Segundo Crispim, isso se dava também na Argentina, Uruguai e Estados Unidos. Tal neutralidade sindical, defendida logo no Primeiro Congresso da Confederação Operária Brasileira em 1906, se inseria dentro do espectro do sindicalismo

revolucionário, esta forma específica de sindicalismo foi

um movimento em defesa do sindicato como o único órgão capaz e suficiente para garantir as conquistas presentes e futuras dos trabalhadores; defende a luta de classes, a ação direta dos trabalhadores, a autonomia operária associada à autonomia sindical e a neutralidade política do sindicato, ou seja, a não-associação deste último a qualquer corrente política, o que se traduz em garantia de sua autonomia e da superação das divisões entre os trabalhadores. (TOLEDO, 2004)

Portanto, para Crispim, o “zelo de neutralidade”, proposta pelo grupo de anarquistas que defendiam as teses de Neno Vasco, levava à uma dupla problemática: por um lado, o sindicato ganhava cores corporativistas, esquivando-se de questões mais amplas e que envolviam todo o conjunto da sociedade; por outro lado, na medida em que os anarquistas se ausentavam de propagandear suas ideias, abria espaço para que os socialistas o fizessem, a partir da política de alianças, levando os sindicatos e federações às lutas parlamentares, contrárias aos interesses da população. (CRISPIM, VASCO, 2014, p.51)

É neste sentido que Crispim combatia a neutralidade nos sindicatos operários, e contra essa posição afirmava que os anarquistas deveriam fazer a maior propaganda possível nestas associações. Para legitimar sua colocação, escolhe o conhecido anarquista italiano Errico Malatesta para dar coro às suas afirmações. Segundo Malatesta, olhar o sindicato como uma finalidade em si, faria com que

[...] o movimento operário, à medida que se estende e normaliza, tende a defender os interesses imediatos, graças aos acordos com os patrões, e, caso mais grave, tende a criar privilégios e rivalidades de categorias e a preparar um quarto Estado, uma nova classe de privilegiados, que esmagarão a grande massa cada vez mais oprimida e cada vez mais capaz de limitar-se.

[...] Portanto, a questão deve-se resolver definitivamente sobre o terreno político, isto é, com a luta contra o regime. (Idem, p.53)

A questão econômica não deveria estar subordinada à questão política, e vice e versa, ou seja, as sociedades operárias não deveriam se limitar às necessidades e interesses imediatos. Elas deveriam encarar a questão social no sentido de sua emancipação, portanto, seria impossível deixar de manifestar, coletivamente, suas tendências, e de declarar seus princípios, “porque são afirmações comuns das organizações operárias em face das classes dominantes”. (Ibdem, p.54)

Julgando que João Crispim não havia compreendido algumas de suas colocações, Neno Vasco publicou outro texto, em primeiro de maio de 1914. Neno esclarecia que, assim como o João Crispim, não era adepto do “automatismo sindical”, ou seja, que as lutas levadas travadas pelas associações operárias não seriam suficientes para acabar com todas as explorações e dominações existentes, e que em certos casos poderiam, até mesmo, conservar algumas das instituições burguesas, como o Estado.

Ressaltou que era a favor da livre propaganda e ação incessante dentro dos sindicatos, executada pelas minorias anarquistas, “mas – e por isso mesmo – sou também partidário, como Malatesta, de sindicatos largamente abertos a todas as opiniões para a luta anti-patronal” (Ibdem, p.56), tendo em vista as experiências da Associação Internacional dos Trabalhadores.

Vasco argumentou que na medida em que uma federação tivesse em suas declarações de princípios o comunismo anarquista como finalidade, concorreria contra as próprias finalidades do anarquismo. Para além das explicações que já havia feito

o sindicato ou federação, que hoje se declara anarquista, pode amanhã declarar-se outra coisa, sob a influência de um ou dois Jões Crispins não anarquistas, ou, o que é muitíssimo pior, pode amanhã praticar atos absolutamente contrários ao anarquismo, mas que por atos anarquistas passarão, em face de retumbante declaração coletiva. (Ibdem, p.61)

Acerca da neutralidade sindical criticada por Crispim, Neno escreveu que não

havia abordado esta questão, e se assim tivesse feito, não daria a esta palavra o sentido que seu debatedor deu.

Eu não defendo a neutralidade passiva, à moda daqueles reformistas que pretendem encerrar o movimento operário na ação estreitamente corporativa, ou dos que querem banir do sindicato até a discussão e a propaganda, a livre iniciativa e a ação sincera das tendências.

Prefiro falar em diferenciação de órgãos e de funções: a um lado a organização operária de resistência, a outro os partidos ou grupos de ideias.

Se o sindicato é verdadeiramente tal, se é só “sociedade de resistência”, não embaraçada e confundida com funções estranhas, o trabalhador que nele entra supõe-se que já atingiu um primeiro grau de consciência operária tendo abandonado a confiança na beneficência, nos socorros mútuos, nas cooperativas, na concorrência entre os salarizados, na benevolência patronal, na ação legal e parlamentar, ou pelo menos tendo julgado isso insuficiente.

Mas isso não basta, certamente; e a ação tomada divergirá conforme os métodos de ação e organização adotados, as formas de solidariedade seguidas, os pontos de vista, gerais ou particulares, tomados, as conquistas reivindicadas. E é aqui que se exerce a ação das minorias conscientes e atuantes, das tendências.

Essas minorias, naturalmente, tratarão de no campo sindical e nos meios sindicais, injetar o mais possível o espíritos dos ideais e métodos que animam, assim como o de levar o sindicatos a sentir, a compreender, a desejar os fins que elas almejam. Naturalmente, também, essas minorias procurarão fazer com que os sindicatos, fora do sindicato, sigam sua política e se filiem nos seus grupos de ideias. (Ibdem, p.62-63)

Para João Crispim, essa divisão que Neno Vasco fez entre movimento anarquista e movimento operário era desnecessária, ou melhor impossível, visto que

os métodos da ação direta, de pressão exterior contra o capitalismo e o Estado são propagados pelos anarquistas; as conquistas de melhoras econômicas e morais, e até a expropriação e a liberdade completa dos proletários, tem seu maior forte esteio

no anarquismo. (Ibdem, p.68)

Para Crispim, a adoção das ideias anarquistas pelos sindicatos e federações fazia com que a classe operária se tornasse realmente livre, uma vez que “o anarquismo é a liberdade”. (Ibdem, 69)

Ao construir uma declaração de princípios de uma federação que tinha o comunismo anarquista como finalidade, se estabeleceria a liberdade como meio e fim para se alcançar a completa emancipação da classe trabalhadora. Se no interior dos sindicatos concorressem

monárquicos, católicos, protestantes, republicanos, socialistas etc., arvorar uma declaração oficial, uma declaração de princípios comunista é o cúmulo das incoerências”, por isso mesmo “os anarquistas devem fazer a maior propaganda da ação revolucionária nos sindicatos, até que os seus métodos de luta sejam alvos da simpatias dos sindicatos e, desde este momento é que devem pretender que estes façam coletivamente declarações de princípios anarquistas, a fim de demonstrar-se que o anarquismo não é somente um ideal de uma pequena minoria de perseguidos, é o idela das classes operárias. (Ibdem, p.66-67)

Ao invés de estabelecer os princípios anarquistas de cima para baixo nas federações, como sugeriu Neno Vasco, Crispim defendia que tais princípios fossem reconhecidos pelos trabalhadores em seus congressos após os trabalhadores observar a ação militante e de propaganda dos anarquistas. Portanto, foi a partir da livre decisão coletiva, de baixo para cima, que a Federação Operária de Santos e a Federação Operária Regional Argentina se tornaram anarco-sindicalistas.

Contudo, para Neno Vasco a ideia de uma coletividade tão variada em perspectivas políticas e religiosas, como era um sindicato ou uma federação, aceitar um programa político definido, era uma ficção, pois estas entidades eram formadas não pelas ideias, mas sim pelas condições sociais que estavam submetidos os trabalhadores. Ao declarar que os princípios anarquistas eram colocados de cima para baixo, Neno não pretendia dizer que

João Crispim quer que se imponha as ideias anarquistas no sindicato por meio da coação direta, sob a pena de exclusão, por exemplo. Mas subsiste a ficção, a contradição; e demais, se não há coação direta, há a coação indireta: João Crispim entraria numa associação cujo o programa oficial fosse social democrático, por exemplo, ou conservar-se-ia lá se esse programa viesse a ser adorado? É provável que não, embora a maioria vencedora concedesse...”. (Ibdem, p.73)

Ao longo de três meses, o debate entre Neno Vasco e João Crispim se encerrou com o artigo escrito por Crispim em primeiro de novembro de 1914. Ambos os anarquistas não diferiram em muito de suas colocações iniciais. No entanto, puderam esclarecer quais eram as formas e os meios estratégicos que os anarquistas se faziam uso dentro dos sindicatos operários. O balanço final, para Crispim, foi positivo:

Visto estar a ponto de findar a discussão que, com o camarada Neno Vasco, cumpro o desejo de manifestar que estou satisfeítíssimo de a ter provocado, pois ela serviu para elucidar pontos, modificar conceitos e opiniões.

Muitos, quase todos os discípulos do Neno – os que tive a felicidade de ouvir – exageraram a doutrina do mestre, chegando a combater a todo transe a exposição ou propaganda de ideias nos sindicatos operários, quanto mais o objetivo de dar aos sindicatos uma tendência anarquista.

Agora é o próprio mestre que faz as seguintes formações, as quais rompem com esta neutralidade que serviu de entrave à educação sociológica dos trabalhadores. (Ibdem, p.81)

Com o fim do debate, os militantes anarquistas puderam refletir quais seriam os melhores meios estratégicos para influenciar o movimento operário. Segundo Alexandre Samis, as ponderações de Neno Vasco

não tinham como base apenas a realidade militante brasileira. Polêmica semelhante tinha acontecido em Portugal, no mesmo período em que o “racha- sindicalistas”,

Afonso Costa, desfrutava de seu “consulado”. O Terra Livre, através dos artigos de Emílio Costa, servia de tribuna para a defesa das teses malatestianas do Congresso de Amsterdã, de 1907. Para Emílio Costa, o sindicalismo não se configurava enquanto uma doutrina “finalista”, era necessário esclarecê-lo, uma vez que não podia substituir a ideologia anarquista, essa sim aparelhada para conduzir os produtores livres na direção da “Sociedade Futura”. Em oposição, afinados com as teses de Monatte e Sorel, encontravam-se Manuel Ribeiro e Carlos Rates, ao afirmarem a integralidade da fórmula do sindicalismo revolucionário. Estes defendiam as premissas dos chamados “sindicalistas puros” para os quais o movimento sindical era uma “forma histórica” assumida pelo anarquismo. Neno interessou-se bastante pelo debate atuando, ao lado de Emilio Costa, na defesa da preponderância do anarquismo. A polêmica, apesar das duras defesas de ambas as partes, acabaria por favorecer Costa e Neno sem, entretanto, a desqualificação dos outros debatedores. (SAMIS, 2009b,p.205)

Por outro lado, João Crispim tinha em vista as experiências de seus companheiros anarquistas da FORA e as mal logradas situações dos sindicatos uruguaios e norte americanos. A partir da aproximação dos anarquistas da FOPS e da FORA, representadas pelas figuras de José Borobio – delegado da FORA no segundo Congresso da C.O.B. de 1913 e que teve grande participação no jornal A Rebelião – e João Crispim, estes militantes buscaram pensar a realidade do anarquismo e do sindicalismo no contexto do continente americano e mais especificamente no caso da América Latina.

Através desse debate, podemos verificar que tanto Neno Vasco quanto João Crispim buscaram tencionar e refletir sobre o próprio sindicalismo e anarquismo brasileiro. Visto que, alguns anarquistas defendiam a proposta finalista do comunismo anarquista nos sindicatos, ou seja, a implantação do anarco-sindicalismo, outros ainda usavam o sindicalismo revolucionário como estratégia de ação no interior dos sindicatos. Contudo, não adotavam esta estratégia sem alterações.

Na medida em que Neno Vasco escreveu que a neutralidade que defendia não era aquela da qual dizia João Crispim, ou seja, uma neutralidade passiva que coloca o movimento operário na ação estreita corporativa realizada por aqueles que

acreditam no “automatismo sindical”, ele distinguia o movimento operário do anarquista. Os anarquistas faziam larga propaganda por palavras e ações, pelas ideias e pela organização, fazendo assim com que os trabalhadores não, necessariamente, se autoproclamassem anarquistas em palavras ou em declarações de princípios, mas que fossem na prática. Ao adotarem o sindicalismo revolucionário como estratégia de ação, estes anarquistas o transformavam, levando em consideração as concepções anarquistas e a realidade brasileira.

No entanto, por trás da discussão estratégica estava implícita uma discussão de cunho político-filosófica e que antevia a ação. No limite, Neno Vasco e João Crispim, forneceram argumentos para se pensar o próprio anarquismo. Se por um lado, tanto Crispim como Neno Vasco consideravam que os militantes anarquistas deveriam atuar no movimento operário, não lutando *pela* causa dos trabalhadores, mas sim lutando *com* os trabalhadores; por outro, o que os diferenciava era o próprio entendimento do anarquismo.

Assim, Neno Vasco entendia o anarquismo não enquanto uma ideologia política, pois o anarquismo que vislumbrava caminhava muito mais no sentido de ser um movimento social do que, propriamente, uma ideologia. Segundo Peron, um movimento social se caracteriza como

uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais, com base em uma identidade coletiva compartilhada. (PERON, 2013, p.13)

O que se relaciona com aquilo que Neno Vasco escreveu acerca da ação dos anarquistas dentro do sindicato. Era justamente essa pluralidade de indivíduos, grupos e organizações que constituíam as minorias ativas que lutavam ombro à ombro com o conjunto dos trabalhadores. Isto era o que formava o movimento anarquista ou, para Neno Vasco, o próprio anarquismo. De forma alguma tais minorias ativas estariam agindo de maneira descoordenada, pois as redes que estabeleciam uns com os outros

constituem-se em padrões de relacionamento entre atores, através dos quais circulam as informações, os recursos, os artefatos culturais, os quadros interpretativos e os repertórios de ação. Essas estruturas conectivas são resultado e pré-condição para a ativação e a sustentação da mobilização e das ações coletivas. São importantes porque vinculam os atores do movimento que agem nos mais diversos campos de confronto. Assim, juntamente com a identidade coletiva, as redes sociais fornecem balizas para a conformação das fronteiras do movimento, sua coesão e sua coordenação interna. (Idem, p.26)

Por isso, não se poderia confundir o movimento operário com o movimento anarquista, não negando a importância dos anarquistas na organização do movimento operário ao agirem em rede no interior do operariado, seja pela atuação individual ou ligas operárias, centros sociais, sindicatos etc.

Já com o militante anarquista de Santos, João Crispim, podemos dizer que entendia o anarquismo como uma ideologia *político-cultural*, pois na medida em que propunha divulgar as ideias e práticas anarquistas no meio operário, com o decorrer do tempo, buscava fazer delas a expressão própria da vontade do operariado. A ideologia não poderia ser entendida como uma ilusão, necessária à dominação de classe. A ideologia anarquista teria outro sentido. Seu sentido possuía uma dupla função: por um lado “indica um objetivo para a prática política, propõe um modelo social a ser alcançado. Ou seja, que tem um propósito finalista”; por outro, proporciona “os elementos conceituais que permitam pensar a realidade”. (MECHOSO, S/D, p.1)

Assim, a classe operária descobriria naquele contexto, com esta chave de interpretação da realidade, o que era o anarquismo, como construir uma livre organização de produção e consumo das riquezas produzidas, assim como vislumbrar um modelo alternativo àquele em que viviam. Assim sendo, na medida em que Crispim propunha divulgar o quanto os militantes puderem a ideologia anarquista nos sindicatos, ligas operárias e federações, buscou fazer com que o operariado se apropriasse dessa forma particular de ver o mundo, ganhando tanto a capacidade de analisá-lo, através de conceitos e representações, quanto expandir seu horizonte de expectativa ao entrever outra forma de organização da produção e

do consumo daquilo que produziam, ou seja, entender que o trabalho poderia ser reorganizado através da livre associação de indivíduos, grupos e organizações a partir dos campos, fábricas, oficinas, bairros e municípios. O anarquismo era então a liberdade.

CAPÍTULO 3

Trajetória Militante de Adelino Tavares de Pinho

3.1. As repercussões das ideias de Francisco Ferrer y Guardia

Rememorar as lutas do passado em favor da liberdade equivale a temperar as nossas forças para continuarmos a estacada do presente e prepararmos, desenvolvendo-a, a nossa capacidade de luta para os dias futuros.
Rodolfo Felipe⁵⁹

Ferrer é um símbolo. Sua vida foi um prenúncio. Sua morte, uma definição.
José Oiticica⁶⁰

As palavras de Rodolfo Felipe bem mostra a maneira dos anarquistas lidavam com a memória. Resgatar personagens e momentos históricos considerados importantes para o “povo” foi uma das principais funções dos jornais operários e anarquistas. Nesses jornais, lemos notícias que nos lembram de momentos e personalidades importantes para o movimento. Datas como 23 de fevereiro, morte de Giordano Bruno, 18 de março, aniversário da Comuna de Paris, o 1º de maio, com a execução dos mártires de Chicago, 14 de julho, a queda da Bastilha e o 23 de agosto, a morte de Sacco e Vanzetti,⁶¹ nos mostram como os militantes anarquistas procuravam criar um calendário que ao mesmo tempo se opunha às comemorações cívicas e religiosas, evocando os acontecimentos e indivíduos que colaboraram na construção de uma história vista de baixo.

A historiadora Raquel de Azevedo (2002) nos fala que este peculiar calendário comemorativo criou um universo de referências que, ao serem rememorados anualmente, preservaram certa identidade libertária, que se opunha à religiosa e patriótica.

Dentro deste contexto, o dia 13 de outubro, data de fuzilamento de Francisco Ferrer y Guardia, foi amplamente resgatado. Percebemos que o esforço dos militantes em realizar este resgate foi no sentido de criar uma figura quase mítica do educador espanhol. Nos textos publicados, foi chamado de *mártir da liberdade*,

59Jornal A Plebe, 12 de outubro de 1935. 60Jornal A *Lanterna* do dia 12 de outubro de 1912.

61Nicolla Sacco e Bartolomeu Vanzetti foram dois anarquistas migrantes italianos que foram presos, processados, julgados e condenados nos Estados Unidos. Ambos foram acusados de homicídio de um contador e de um guarda de uma fábrica de sapatos durante um assalto. O caso foi extremamente conturbado e mesmo depois de outro homem ter admitido que havia matado o guarda e o contador Sacc e Vanzetti foram condenados à cadeira elétrica em 23 de agosto de 1923. Durante o julgamento ficou claro que as acusações que recaiam sobre os dois não era de terem cometido os assassinatos, mas sim por serem anarquistas. Durante o julgamento de Sacco e Vanzetti, jornais anarquistas como A Plebe debateu sobre o assunto em diversos textos.

ilustre pensador espanhol, pientíssimo educador, catequizador laico, o grande pensador espanhol e muitos outros adjetivos que enalteciam sua figura.

Com a morte de Ferrer em 1909, teve início uma comoção geral dentro do movimento operário, anticlerical e anarquista. Em diversos lugares ocorreram manifestações e protestos contra seu assassinato, inclusive no Brasil. Ao longo dos anos, os jornais anticlericais e anarquistas resgatavam a memória de Ferrer e lá discorriam sobre seu projeto pedagógico e de luta. Essas memórias buscavam, de alguma forma rememorar-lo criando àquela referência que conferia identidade a esses militantes.

Ao nos debruçarmos sobre os artigos publicados nos jornais, percebemos os diferentes discursos mobilizados quando resgataram a memória de Ferrer. Em um pequeno artigo, com o sugestivo nome *Livre-pensador Integral*, o militante anarquista português Neno Vasco,⁶² ao olhar para Portugal, criou duas categorias para analisar os resgates feitos de Ferrer: o de *livre-pensador integral* e o *anticlerical jacobino*.

Ferrer foi um livre-pensador integral. Repeliu todas as autoridades impostas e todos os dogmas sociais – econômicos, políticos e eclesiásticos. Foi inimigo da escravidão do crente, como inimigo do salariado e do súbito do Estado; odiou tanto o despotismo clerical, como o despotismo patronal e estatista. (A Lanterna de 11 de outubro de 1913, p.1)

Neno Vasco, assim como o Ferrer que esboçava em sua pena, entendia que a emancipação só seria completa através da emancipação econômica, política e cultural conjugadas. Essas três esferas deveriam ser mudadas em conjunto. Se os homens e as mulheres se focassem apenas em uma delas, seu trabalho estaria fadado ao fracasso.

Ferrer era socialista e anarquista, e, sendo-o de modo não platônico, era partidário da organização operária, da luta proletária de todos os dias, da ação direta das massas, cada vez mais experientes e esclarecidas, da greve geral, enfim. Todas estas ideias, ele as defendeu lucidamente e com ardor em jornais operários, como *La Huelga General*. (*Idem*)

⁶²Para saber mais da biografia de Neno Vasco ver os trabalhos de SAMIS (2009) e LEMOS (2012).

Para Neno Vasco, os *anticlericais jacobinos* eram aqueles que buscavam somente a emancipação do domínio da Igreja, como qualquer anticlerical. No entanto, eram também jacobinos, pois perseguiram aqueles que reivindicavam um Ferrer libertário

... não posso deixar de sorrir quando, por exemplo, vejo os anticlericais jacobinos de Portugal comemorando com elevada retórica o martírio de Ferrer e... perseguindo os que cometem apenas o “crime” de defender as ideias sociais do mártir comemorado.

Jesuítas virados do avesso... (Idem)

Apesar do tom de zombaria de Neno Vasco, com sua colocação, percebemos que em Portugal ocorria uma disputa daqueles que rememoravam a figura de Ferrer. Enquanto os livres-pensadores defendiam o anticlericalismo, os anarquistas ressaltavam o vínculo de Ferrer ao movimento operário, à organização dos trabalhadores, ao jornal sindicalista revolucionário *La Huelga General*, somando a isso uma educação laica e científica.

Quando Neno Vasco criou a imagem de um Ferrer que combatia o Estado, o capitalismo e a religião, remetia-se à discussão que havia estabelecido em muitos de seus artigos, como no debate com João Crispim no jornal *A Voz do Trabalhador*. Durante a década de 1910, travou longo debate com o também militante anarquista João Crispim, acerca da forma de atuação dos anarquistas dentro do sindicato.⁶³ Vasco era a favor de que os anarquistas se utilizassem da estratégia do sindicalismo revolucionário dentro das sociedades de resistência, buscando estimular o movimento operário num sentido revolucionário. Dessa maneira, o lugar de que falava Neno Vasco era a da organização operária, e quando resgatava a memória do educador catalão, criava a imagem do *Ferrer anarquista sindicalista-revolucionário*.

Sob outra perspectiva, José Oiticica,⁶⁴ anarquista brasileiro, empenhou-se em mostrar o aspecto educacional de Francisco Ferrer. Se utilizando de linguagem

⁶³Ver debate no livro “Anarquistas no Sindicato – Um debate entre Neno Vasco e João Crispim”, Biblioteca Terra Livre e Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegueri, São Paulo, 2014.

⁶⁴Para saber mais da biografia de José Oitica ver os trabalhos de Lauris (2009) e Figueira (2008).

culta, escreveu o texto “*Francisco Ferrer e a humanidade nova*” no jornal *A Lanterna* do dia 12 de outubro de 1912. Para Oiticica, o assassinato de Ferrer servia como lição de uma história viva, pois fazia ver, desde os mais cultos até os mais singelos, todas as perspectivas do problema da emancipação:

(...) vemos a humanidade velha, carcomida, encarquilhada e trôpega, amortalhada nos preconceitos, chumbada ao regime da casta, onde se consagra a dualidade extrema de explorados e exploradores, padres, legistas, patrões, juízes de um lado e do outro a deserdada classe dos famintos, proletários sem direitos, triturados no trabalho, sufocados na ignorância, emperdenidos na cretinice e no crime. (*A Lanterna*, n., 12-10-1912)

Tais contradições fizeram com que Ferrer criasse a Escola Moderna, instituição que, através de sua “ação restauradora”, possibilitava formar uma cultura distinta daquela dominadora e exploradora. Ou seja, uma cultura, que firmada sobre si mesma, enobreceria o entendimento, e o mundo se revelava como existe. Segundo Oiticica, a beleza não estava no martírio de Ferrer, muito menos em seu esforço heroico, mas sim “a degladiação dos dois ideais humanos com a certeza da vitória da Razão sobre a Fé, a Liberdade sobre a Escravidão”. (*Idem*).

A lenda que se construiu a partir da biografia de Ferrer, conta que momentos antes de ser fuzilado, Ferrer grita: *Viva a Escola Moderna!* Para Oiticica, esse foi

o brado de triunfo as gerações cevadas com a seiva anarquista, batizada para sempre com o sangue do mártir, cobiçosas de paz, de amor, dessa entre sonhada concórdia prometida pelos sonhadores passados e negada, vilipendiada pelos parasitas de qualquer sorte, reis, capitalistas, papas e marechais. (*Ibdem*)

Por isso, a ação de Ferrer “foi, e não podia deixar de ser, essencialmente educativa”, pois reconhecia que a luta puramente econômica não era o suficiente para a emancipação do trabalhador. O conhecimento, privilégio exclusivo da burguesia, deveria ser socializado. Se caso não fosse, este mesmo conhecimento, poderia servir de instrumento para o ressurgimento ou reconstrução de uma nova dominação.

A escravização dos braços só e faz pela escravização da inteligência. A escravização da inteligência se efetua pela educação do Estado e da Igreja, essa educação consiste no infiltramento de preconceitos e regras tendentes todas a afirmar no animo das turbas a *obediência* aos mandões. (Ibdem)

Tanto as escolas da Igreja, quanto as escolas do Estado, procuravam inculcar nas cabeças infantis dogmas religiosos e leis. Tais dogmas e leis, resultariam à favor de seus promulgadores e mantenedores, preservando a condição de trabalhadores dominados e explorados. Nesta altura, Oiticica se fez a pergunta: Como resolver o grande problema? Eis sua resposta:

Destruindo os preconceitos, aclarando a inteligência da multidão obscurecida, apontando-lhe os erros, os desatinos, as imoralidades, das doutrinas que lhes dão, substituindo-as pela verdade científica, assentada exclusivamente na razão observadora. (Ibdem)

A missão da Escola Moderna, para José Oiticica, era a de levar às classes dominadas e exploradas o conhecimento científico, restrito à burguesia, ao clero e ao Estado, procurando acabar com as ilusões dos mitos, cultos e superstições. Os trabalhos de Ferrer na Escola Moderna, no Boletim da Escola Moderna e o jornal *La Huelga General*, por conseguinte, elucidaria “a apoteose deslumbrante do Racionalismo libertário”. (Ibdem)

Em vista disso, Ferrer foi, para José Oiticica, uma pessoa que buscou ao longo de sua militância, levar aos trabalhadores “a ciência de sua própria infelicidade” pela educação e através de suas experiências, deslocava-se progressivamente do campo republicano ao campo libertário, na medida em que passava a compreender a ineficácia das leis e do governo pelas reformas sociais, mantendo o povo submisso. Oiticica, professor do Colégio Pedro II, criou a imagem do *Ferrer educador-anarquista*, sem perder de vista as lutas clericais e sociais.

Em 13 de outubro de 1914, Adelino Tavares de Pinho, realizou uma conferência em homenagem a Francisco Ferrer. Seu discurso foi publicado no jornal *A Lanterna* nos números 266, 267 e 269. Em linhas gerais, não percebemos grandes diferenças em relação às colocações feitas por seus companheiros

anarquistas, porém, apontou um aspecto que ainda não havia sido explorado. O discurso de Adelino foi dividido em três partes. Tanto na primeira, quanto na segunda discorre sobre a vida de Ferrer e ressaltando os aspectos pedagógicos da Escola Moderna como, por exemplo, as conferências dominicais.

Com o fim de formar um ambiente favorável aos alunos, quando saíssem da escola de modo a atenuar quando pudesse os defeitos educativos das famílias dos alunos, estabeleceu conferencias públicas dominicais, destinadas especialmente às famílias dos alunos e que versavam sobre higiene, fisiologia, geografia e ciências naturais, biografia de homens progressistas de todos os tempos, mortos e perseguidos pela ferocidade de todos os governantes, tudo isto com o intuito simpático de que os esforços convergissem para o aperfeiçoamento da sociedade pela educação, pelo melhor conhecimento das leis da vida e das leis do progresso humano. (A Lanterna, n.266,)

No entanto, quando atemos aos detalhes do discurso verificamos uma diferença fundamental que muda a forma com que Ferrer foi representado. Na terceira parte de sua conferência, Adelino reflete sobre as acusações que Ferrer havia sido vitimado, acentuando que as classes dominantes não suportavam aqueles que praticavam o que diziam e que por conta disso procuravam educar a população em benefício de seus próprios interesses, como os da defesa da pátria para a guerra.

Porque, senhores, convém frisar o seguinte: nesta sociedade em que vivemos, quem pretender levar uma vida coerente, isto é, praticar precisamente o que prega, executar aquilo mesmo que pensa, esse alguém pode contar, inevitavelmente, com os ódios e os rancores de todos aqueles que têm interesse de manter essa sociedade, que outra coisa não produz senão aleijões morais, mantendo uma educação tendente a fazer dos indivíduos manequins que defendam a pátria e se deixem matar pela defesa duns direitos que nunca possuíram, se precipitem apoliticamente sobre os indivíduos doutras pátrias e se despedacem mutuamente para gaudío dos grandes banqueiros e dos acionistas dos estaleiros navais e grandes fábricas de espingardas e canhões. (A Lanterna, n.269,)

Segundo Adelino, a educação realizada pelos Estados, e também pela Igreja,

buscava, de todas as maneiras, manter a posição social que ocupavam, sendo que o caso mais emblemático, a Alemanha. Adelino comenta que por durante muito tempo a Alemanha combateu o analfabetismo, servindo de exemplo de Civilização à outras Nações. Todavia, Pinho traz ao público de sua conferência e ao leitor do jornal a pergunta: Para que serviu toda a instrução na Alemanha?

Para desenvolver, aperfeiçoar, progredir e multiplicar os armamentos, os apetrechos bélicos, desenvolver o espírito da disciplina, militarizar, por assim dizer, a vida social, preparar e provocar a morte. E porque? Porque os dirigentes alemães tiveram o cuidado de, desde a escola, inculcar, cultivar e manter a admiração pela guerra, a aversão pelo estrangeiro, enfim, preparando a mentalidade das massas para um dia as desencadear contra o mundo como estamos vendo. E isto convence-me de que é preferível encontrar-me em frente dum homem analfabeto, mas bem intencionado, de ideias pacíficas do que diante dum sábio com ideias belicosas. (Idem)

Antônio Candido, que conheceu Adelino de Pinho por conta de sua relação com Teresina em Poços de Caldas, havia sido “analfabeto até a idade adulta. Instruindo-se por conta própria, graças à intensa paixão cultural dos meios anarquistas” (CANDIDO, 1996). Este fato mostra a grande importância do autodidatismo e da educação para os militantes anarquistas. Tais ensinamentos eram realizados em sindicatos e associações operárias ou mesmo nas próprias fábricas (VALVERDE, 1996).

A educação, para Adelino, era então de fundamental importância, contanto que estivesse orientada para a emancipação dos trabalhadores. A educação voltada para o nacionalismo, fruto de preconceitos, xenofonia e guerras, foi duramente atacada por ele. Esta assertiva mostra que Adelino, e como veremos também os trabalhadores da Confederação Operária Brasileira, não viam a educação como neutra. Todo ensino, dependendo daquele que o realiza, possui uma intencionalidade. Se a educação se voltasse a favor do Estado, ela estaria à serviço da guerra. Se caso o objetivo da educação fosse a emancipação, ela estaria à serviço da liberdade. Liberdade não apenas do jugo da Igreja, mas também e, inclusive, do capital:

Adelino nos apresenta, portanto, um Ferrer diferente daqueles de seus companheiros. Tal diferença não estava circumspecta à embates ideológicos, como no caso de Neno Vasco (*Ferrer sindicalista-revolucionário*), nem mesmo de um ponto de vista puramente educacional, como José Oiticica (*Ferrer educador-anarquista*). A postura de Adelino se inscrevia dentro de seu contexto histórico, o contexto da Grande Guerra. Adelino criou, portanto, a imagem do *Ferrer Internacionalista-anarquista*. Internacionalista, na medida em que combatia a educação estatal voltada para o patriotismo, e anarquista ao concluir seu discurso com a citação de Ferrer, mostrando que não era somente do julgo da Igreja que deviam emancipar. Deviam emancipar e destruir inclusive, a sociedade de classes.

A multiplicidade das imagens criadas a partir da memória de Ferrer era diversa, mesmo aquelas dentro do interior do movimento anarquista. Entretanto, podemos dizer que a intenção de rememorar era a mesma: preservar a memória de um indivíduo que quando vivo lutou pela emancipação integral de todos e que, agora morto, servia de inspiração para as novas lutas. Tais imagens criavam um Ferrer quase mitológico, uma figura lendária e que, de certa forma, os militantes anarquistas colaboraram em construir, inclusive Adelino de Pinho.

O educar espanhol, pela perspectiva libertária, foi uma pessoa que buscou em seu tempo tencionar com as diversas situações de opressão e exploração, tendo como instrumento a educação. Contudo, servia também de inspiração para as lutas do presente, produzindo possibilidades de novos caminhos para o futuro. Tais imagens justapõe Ferrer sob diversos ângulos

essa superposição e esse trazer à tona [é o] que constituem o fundamento mesmo

da memória, pois o passado que ‘retorna’ de alguma forma não passou, continua ativo e atual, e, portanto, muito mais do que reencontrado ele é retomado, recriado, reatualizado. (SEIXAS, 2002)

Essa recriação atualizava o passado a cada momento, e por isso todas as vezes que Ferrer era retomado pelos militantes anarquistas, novas imagens eram produzidas respondendo a uma dada circunstância contextual e/ou ideológica que carecia de uma solução. Essas diversas facetas de Ferrer, o inseriam dentro de um processo histórico que estava longe de ser linear, homogêneo e vazio. E apesar das discontinuidades históricas, o colocavam num *continuum*⁶⁶ que o preservava na atualização dos fragmentos da memória, abrindo novas possibilidades às lutas futuras.

3.2. As Escolas Modernas de São Paulo

O movimento anarquista e operário brasileiro preocupou-se, desde o seu primeiro congresso operário, e mesmo antes, com a questão da educação dos filhos e filhas dos trabalhadores. Por esse motivo, foram criadas escolas de orientação racionalista por toda a parte do país que, segundo Luciana Santos, teriam como propósito o enraizamento do ideal anárquico no solo brasileiro, pois os esforços, que estes militantes tiveram em criar e manter essas escolas libertárias, possibilita entrever que “a classe operária, ainda que de forma incipiente, organizou-se vislumbrando transformações profundas na sociedade”.⁶⁷

A iniciativa em criar tais escolas não se restringia, apenas, à estrangeiros. Militantes como Edgar Leuenroth, Octávio Brandão, João Penteadado, José Oiticica, Rodolfo Felipe, Zeferino Oliva, Pedro Catalo, entre outros, foram muito importantes

66 O sentido que damos aqui ao conceito de continuum é aquele exposto por Jacy Alves Seixas no artigo “Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? Segundo a autora, “se em Bergson a realidade do ser é a duração, se em Bachelard essa dimensão migra para o instante presente, em Proust, a sensibilidade volta-se igualmente para o presente e para a força do instante, mas também para a trama descontínua, construída pela memória de tantos momentos e lugares do passado. Fazendo com que a realidade se situe precisamente nessa dimensão construtiva, fundindo instante e duração num *continuum* tecido a partir do que é por definição descontínuo”. Em Revista Projeto História, Artes da História e Outras Linguagens, vol.24, jan./jun. 2002.

67 SANTOS, Luciana Eliza dos. A Trajetória do Educador João Penteadado: Leituras sobre educação, cultura e sociedade, mestrado USP, 2009, p.118.

para a realização dos projetos pedagógicos libertários da primeira república. Muitas escolas foram fundadas neste período. A primeira delas, segundo Edgar Rodrigues, foi a Escola União Operária, em 1895, no Rio Grande do Sul, por anarquistas provenientes da Colônia Cecília. Em Porto Alegre foi fundada a Escola Elisée Reclus, em homenagem ao grande geógrafo e anarquista. Em 1904, a União Operária dos Alfaiates de Santos fundou a Escola Sociedade Internacional e a Federação Operária de Santos, em 1907, a Escola Noturna. Por fim, em 1904, no Rio de Janeiro, foi fundada a Universidade Popular. Muitas outras experiências pedagógicas e criação de escolas se espalharam por todo o Brasil, todavia, pela escassez de fontes, somente algumas informações nos chegaram.

Segundo Carlo Romani, em São Paulo foi criada em 1902 a Escola Germinal na Rua Solon, 138, no bairro do Bom Retiro. A Escola Germinal seguia os mesmos pressupostos que Francisco Ferrer havia posto em prática na Escola Moderna de Barcelona. A direção do colégio ficou sob a responsabilidade de Angelo Bandoni, permanecendo seu diretor até o seu encerramento em 1905. O motivo do fechamento foi por problemas financeiros, questão que sempre afetou as iniciativas educacionais libertárias. No entanto, em 1907 o próprio Bandoni, animou a reabertura da escola, sendo prontamente ajudado por seus companheiros a organizar uma quermesse que tinha como fim arrecadar dinheiro para as despesas da abertura da escola. Apesar das dificuldades financeiras que passava, procuraram, a todo custo, ajudar as crianças que se matricularem através da criação de um núcleo de “homens de boa vontade”, que forneciam aos alunos os materiais escolares gratuitamente, mais uma quantia de quinhentos réis todo mês, o que permitia que cada criança pudesse pagar uma mensalidade de 2\$500 réis. Tendo a certeza das suas capacidades pedagógicas, os militantes anarquistas convidavam a todos que visitassem a escola para verificar sua qualidade de ensino:

Quem duvide da superioridade do ensino libertário sobre qualquer outros métodos, é convidado a visitar a nossa escola, das 9 horas ao meio-dia e das 1 às 3 da tarde.
Trabalhadores: Pensai no futuro de vossos filhos⁶⁸.

Outra iniciativa, que merece destaque, foi a realizada em Campinas. Em

68 O Amigo do Povo, 26-1-1904, apud ROMANI, Carlo. op. Cit., p.177.

1907, a Liga Operária de Campinas fundou a Escola Social de Campinas para os filhos dos operários. Esta escola tinha como professor o jovem Adelino de Pinho, que havia chegado ao Brasil em 20 de outubro de 1906, aportando, aparentemente, em Belém do Pará. As informações sobre sua juventude são bastante escassas, mas o que se sabe foi que sua militância começou muito cedo, ainda quando residia em Portugal, militando em um grupo anarquista chamado *Propaganda Libertária*.⁶⁹ Traduziu também o livro “A Mulher” de José Prat em 1904, conhecido anarco-sindicalista ibérico. Segundo Antônio Candido foi guarda livros, “motorneiro, e analfabeto até a idade adulta. Instruindo-se por conta própria, graças à intensa paixão cultural dos meios anarquistas”, o que nos mostra a grande importância para os anarquistas do autodidatismo e do ensino mútuo, realizados em sindicatos e associações operárias (VALVERDE, 1996).

Apesar de ter começado sua militância em Portugal, toda sua experiência foi construída no Brasil. Em Campinas, passou a trabalhar na Companhia Paulista, conhecida companhia férrea que tinha acabado de sair de uma greve, que ganhou contornos de Greve Geral, e que foi fortemente reprimida pelo poder público em união com patronato. No ano de 1907, Adelino se tornou professor da Escola Social, vinculada à Liga Operária de Campinas, colocando em prática a pedagogia racionalista. A escola foi inaugurada em 24 de fevereiro de 1907, contando com Renato Salles como professor, além do próprio Adelino. Na inauguração, estiveram presentes representantes de diversas entidades operárias da região e representantes da Federação Operária de São Paulo (FOSP). A Escola Social, em seus primeiros anos

ainda que de forma precária, ganhava um espaço definitivo com a aquisição de um prédio próprio para o seu funcionamento. Quem surgiu à frente dessa iniciativa foi o educador português Adelino de Pinho⁷⁰

A orientação tomada pela escola foi publicada no jornal *La Battaglia* de dezenove de setembro de 1908, sob o título de “Uma escola livre”:

⁶⁹Existe uma variedade imensa de informações sobre o movimento autônomo de Portugal a d m i n i s t r a d o p e l o p r o j e t o M O . S . C . A . d i s p o n í v e l n o s i t e : <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php>

⁷⁰ ROMANI, Carlo. op. Cit., p.178.

A escola não deve ser um lugar de tortura física ou moral para as crianças, mas um lugar de prazer e de recreio, onde elas se sintam bem, onde o ensino lhes seja oferecido como uma diversão, procurando aproveitar sua natureza irrequieta e alegre, as suas faculdades e sentimentos, falando mais ao olhar do que ao ouvido, dedicando-se mais a inteligência do que a memória, esforçando-se por desenvolver harmônicamente e integralmente os seus órgãos.

A experiência, a observação direta, a recreação instrutiva serão muito mais favorecidas pelo professor que compreende sua missão, do que as longas e fatigantes prelações e as recitações fastidiosas e sem sentido. O que é verificável pelo próprio aluno, o que é demonstrável, o que é acessível, claro, lógico para a criança, o que ela pode por si mesmo descobrir ou desenvolver – isso será preferido a todas as divagações metafísicas ou filosóficas, e todas as autorizações impostas pelo pedante, que não pode senão habituar à preguiça intelectual.⁷¹

Vemos pelo manifesto da escola que a pedagogia libertária buscava, como nos diz a historiadora Margareth Rago, formar um novo homem que deveria “ser capaz de andar sobre as próprias pernas, voar com as asas seguras para espaços novos e desconhecidos, aventurar-se, mergulhar profundamente”, sendo que a melhor maneira de se criar esse novo homem foi colocando em prática uma pedagogia onde

busca formar pessoas críticas, desenvolver a espontaneidade criadora, libertar o homem das superstições e preconceitos que inibem seu crescimento pessoal, através de um outro procedimento pedagógico.⁷²

A educação anarquista tinha como intenção ser uma pedagogia oposta àquela praticada nas escolas estatais e da igreja, onde obrigavam as crianças assimilar

todo um conjunto de informações desnecessárias para sua vida prática, no interior de espaços celulares, fechados, onde se exerce uma vigilância ininterrupta sobre todos. Crianças: vocês não devem brincar, nem fazer algazaras, gritar ou agitar,

71 ROMANI, Carlo. op. Cit., p.178-179.

72 RAGO, Margareth. Do Cabaré ao lar. A Utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930, Editora Paz e Terra, 1987, p.148.

nem devem colar nas provas, nem virar para o lado. As cadeiras já estão fixas nos devidos lugares, todos perfeitamente enfileirados. Tudo o que importa é garantir a ordem aqui dentro, lá fora e em toda a parte, literalmente. Sem turbulências, sem agitação, sem risinhos e cochichos. Crianças-operárias, crianças-estudantes, o controle disciplinar não faz distinção de alvos: incide sobre todas. Ela deve aprender a respeitar, isto é, a temer, a submeter-se aos superiores hierárquicos, aos horários, aos regulamentos, às instruções, responder devidamente aos estímulos, na instituição escolar ou no processo de trabalho.⁷³

Porém, para que fosse necessário educar as crianças sem os vícios da sociedade burguesa, foi necessário também produzir um novo professor que colocasse em prática esta educação, ou seja, educadores capacitados, com conhecimentos pedagógicos os mais avançados possíveis e que seguissem os princípios anarquistas. Portanto, ao invés da fala sem fim sobre um assunto, a obrigação do professor seria a de mostrar para as crianças a melhor forma como elas poderiam descobrir por elas mesmas os fenômenos sociais e naturais. A pedagogia libertária não tinha como função formar cabeças cheias de informações, mas “boas” cabeças que saberiam pesquisar e descobrir por si mesmas, desenvolvendo a autonomia em relação aos “detentores do saber”.⁷⁴

Segundo Ferrer, na Espanha não havia professores capazes de colocar em prática o ensino racional, pois os vícios que traziam da antiga forma de educação eram muitos, pois tinham como pano de fundo um pensamento religioso. Mesmo aqueles que se diziam laicos eram muito mais anticatólicos ou anticlericais, do que necessariamente racionalistas, isso porque

os profissionais da educação, para se adaptarem ao ensino científico e racional, deveriam sofrer um preparo difícil em todo caso e nem sempre realizável pelos impedimentos da rotina, e aqueles que, sem noções pedagógicas anteriores, entusiasmados com a ideia, vinham nos oferecer seus serviços, necessitavam também, e talvez com maior motivo, o seu preparo. (FERRER, 2014, p.66)

Buscando resolver esse difícil problema, Ferrer criou uma Escola Normal para

73 RAGO, Margareth. op., cit., p.153.

74 A distinção entre formar cabeças cheias de informações e “boas” cabeças foi feita pelo professor e anarquista Hugues Lenoir no evento Seminário Internacional: 150 anos da AIT – A Tradição Anarquista, na UFRJ em 23 de setembro de 2014.

a formação de professores com educação racionalista, tendo na direção os mais experientes a escola matriculava jovens de ambos os sexos e tinha como proposta aplanar todas as dificuldades, “toda imposição dogmática era descoberta e rejeitada, toda incursão ou desvio ao terreno metafísico era imediatamente abandonado”.

É neste contexto que o racionalismo humanista de Francisco Ferrer y Guardia foi escolhido como ferramenta pedagógica pelos militantes libertários para formar tanto professores, como adultos e crianças. Segundo Romani, tais ideias foram as precursoras das futuras teorias construtivistas de ensino, encampado no Brasil tanto por João Penteado, quanto por Florentino de Carvalho e Adelino de Pinho. Esta educação era a única “capaz de atender à perspectiva revolucionária do anarquismo”.⁷⁵ Segundo Francisco Ferrer, uma educação laica, alheia de todos os preconceitos religiosos, não era o suficiente para alcançar “uma humanidade livre e feliz”.

Se a classe trabalhadora se libertasse do preconceito religioso e conservasse o da propriedade, tal qual hoje existe; se os operários julgassem como certa a parábola de que sempre terá de haver pobres e ricos; se o ensino racionalista se contentasse em difundir conhecimentos sobre a hygiene, sobre as sciencias naturaes e preparasse sómente bons aprendizes, bons dependentes, bons empregados e bons trabalhadores de todos os officios, poderíamos muito bem viver entre atheus mais ou menos são e robustos, segundo o escasso alimento que podem permitir os minguados salarios, mas não nos deixariamos de nos encontrar sempre entre escravos do capital.⁷⁶

Por detrás da pedagogia racionalista libertária de Ferrer e dos militantes anarquistas, residia uma postura filosófica racionalista humanista, que consistia em

inculcar à infância o afan de conhecer a origem de todas as injustiças sociaes para que, com o seu conhecimento possa logo combatel-as e oppôr-se a ellas.

O nosso racionalismo humanitário combate as guerras fratricidas, sejam intestinas ou exteriores, combate a exploração do homem pelo homem, combate a relegação que tem a mulher e combate todos os inimigos da harmonia humana como são a

75 ROMANI, Carlo. op. Cit., p.182.

76 GUARDIA, Francisco Ferrer y. Racionalismo Humanitário, Boletim da Escola Moderna, n.1, 13-10-1918.

ignorância, a maldade, a soberba e outros vícios e defeitos que têm dividido os homens em tyrannos e turannizados.

O ensino racionalista e científico da Escola Moderna ha de abarcar, como se vê, o estudo de tudo o que seja favoravel à liberdade do indivíduo e à harmonia da collectividade, mediante um regimen de paz, amor e bem estar para todos, sem distincção de classes, nem de sexos.⁷⁷

Justamente, para Adelino de Pinho, a escola anarquista, assim como a Escola Moderna de Francisco Ferrer,

propunha-se educar as gerações infantis em princípios inteiramente novos, em bases complementamente racionalisticas, em conhecimentos concretos. Uma educação despida de preconceitos, alheia a moral corrente do venha nós, baseada dos factos e nos phenomenos naturaes, na observação e na crítica racional.

Nada de formulas feitas, mas o alunno mesmo ser levado a descobrir o phenomeno, a causa ou a lei natural a que obedece. Não a apologia deste estado social, mas a crítica das instituições e a demonstração de que são um obstáculo à felicidade do povo e d'ahi a necessidade de as aniquilar.⁷⁸

A escola anarquista não tinha apenas a intenção de estimular a crítica social, desvendar os fenômenos naturais e estabelecer uma nova moral, diferente daquela burguesa. A escola anarquista tinha como proposta preparar a criança para a vida.

Sendo a vida o exercício amplo e fecunda da intelligencia, da affectividade e da vontade, a escola evidentemente ha-de encaminhar o alunno para as maravilhas sumptuarias das sciencias, para o esplendor cantante das artes, para a grandeza cantante das industrias. Desvendará os olhos dos estudiosos ao que é Verdadeiro, ao que é Bello e ao que é Util.⁷⁹

Por isso, a missão social que a escola anarquista deveria ter era:

o culto à verdade, que é justiça, à beleza, que é o amor, à utilidade que é o progresso. Só assim, a vida seria boa, isto é, feliz; e seria luz sem sombra, astro sem occaso, dia sem noite, primavera sem inverno, alegria sem tristeza, maravilha

77 Idem.

78 PINHO, Adelino Tavares de. A Escola, Boletim da Escola Moderna, n.1, 13-10-1918, p.3.

79 PALMEIRA, Alvaro. A Escola, Boletim da Escola Moderna, n.3 e 4, 01-05-1919, p.8.

sem par para estender pela eternidade dos seculos.⁸⁰

Esta escola utópica iluminista, sob a perspectiva desses trabalhadores anarquistas, ainda não existia, pois o futuro reservava sua existência. Para tanto, muitos militantes anarquistas trabalharam para o surgimento dessa escola, mas não apenas eles, pois muitos outros participaram deste projeto, como livre-pensadores e anticlericais.

O ensino da Escola Moderna não engendra fanáticos de seita alguma, nem militaristas fanfarões, nem jacobinos ridículos. Lá não se incute, mas demonstra praticamente às crianças, que os seres humanos de todas as raças e de todas as cores são igualmente dignos de respeito, sendo todos igualmente susceptíveis das mesmas qualidades e das mesmas aptidões, contanto que sejam favorecidas pelas mesmas circunstâncias.⁸¹

Assim, em 1909, diante do fuzilamento de Francisco Ferrer y Guardia no dia 13 de outubro do mesmo ano, foi criado o Comitê Pró-Escola Moderna, que agregava distintas personagens de distintos lugares sociais, desde militantes do movimento operário e anarquista, como Gigi Damiani, Edgard Leuenroth, Eduardo Vassimon, Neno Vasco e Oreste Ristori, até profissionais liberais, industriais e maçons, como Leão Aymoré, Dante Ramenzoni, Pedro Lopes e José Sanz Duro.

A idéia de se fundar em São Paulo a Escola Moderna e tanto quanto possível difundir-la pelo Brasil todo surgiu com a morte do inolvidável mártir que primeiro a iniciou na Espanha e que por ela foi covardemente assassinado.⁸²

O comitê tinha como objetivo levantar fundos para a construção da escola através de conferências onde se fazia propaganda da educação racionalista por toda São Paulo com festas, comícios, assembleias e conferências. Nos primeiros meses do ano de 1910, o então anarquista Oreste Ristori, que depois da Revolução Russa aderiu às fileiras do comunismo, realizou uma série de conferências pelas

80 Idem.

81 A Lanterna, 31-01-1914.

82 Idem.

idades que circundavam as linhas férreas da Mogiana em benefício da Escola Moderna. O dinheiro arrecadado com as conferências tinha como destino o fundo para a criação da escola, tais conferências foram divulgadas pelos jornais *O Amigo do Povo* e *A Lanterna*, tendo como proposta a contraposição do conhecimento histórico e científico do religioso, o que ficava claramente explicitado em seus títulos: *A Creação Miraculosa do Mundo* e *Descendência do homem de formas inferiores de vida*. Todavia, combater a influência da Igreja Católica na educação não era a única preocupação de Ristori, pois em suas palestras “combatia também o problema do alcoolismo, já tendo publicado no ano anterior um opúsculo sobre o tema, Operai non bevete!”.⁸³

Em suas excursões pela região da Mogiana, Oreste Ristori palestrou em Jaú em agosto de 1907, e, segundo Romani, muito impressionou o educador João Penteado, que passará a criar vínculos cada vez mais estreitos com o movimento anarquista.⁸⁴ No dia primeiro de setembro de 1907, o jornal *La Battaglia* publicou a correspondência do professor João Penteado enviado aos editores do periódico:

A presente correspondência, que é a primeira por mim dirigida a essa folha, tem o fim exclusivo de nestas poucas linhas, dar notícia da estada do companheiro Oreste Ristori nesta cidade, onde, galhardamente recebido por parte de seus admiradores e companheiros, foi instigado à realizar uma conferência pública, de propaganda sociológica, logrando com isso trazer muito proveito para a causa da reforma social. O tema versou sobre o Cristianismo perante a história e a sociologia, tendo o companheiro Ristori no decorrer de seu calaroso discurso, merecido sinceros aplausos, principalmente quando se referia aos dogmas absurdos das religiões e as sutilezas do clero e de seus representantes.⁸⁵

João Penteado, foi à São Paulo em 1911 e em 1912, fundou junto com todos seus companheiros e companheiras, a Escola Moderna n.1 na Rua Saldanha Marinho n.66, no bairro do Belenzinho. Em 1915, a escola foi transferida para a Rua Celso Garcia n.262, do mesmo bairro. Logo após a inauguração da Escola Moderna n.1, foi fundada a Escola Moderna n.2, sob a direção de Adelino de Pinho. Sabemos que Pinho, em 1911, residia em Portugal e lá estreitou seus laços com

83 ROMANI, Carlo. op. Cit., p.184.

84 ROMANI, Carlo. op. Cit., p.184.

85 La Battaglia, 01-09-1907 apud ROMANI, Carlo. op. Cit., p.184.

Neno Vasco.

É difícil saber quais foram os motivos que levaram Adelino de Pinho voltar à Portugal. Sua decisão foi tão repentina que nem ao menos não lhe deu tempo de despedir de companheiros próximos como Edgar Leuenroth. Podemos supor que essa volta, sem muitos avisos, se deu por sua militância em Campinas na Escola Social e na Liga Operária. A Greve, como nos conta Edgar Rodrigues, foi duramente reprimida, e os militantes mais ativos, e que instigavam os trabalhadores a radicalizar o processo, foram duramente perseguidos. Podemos ainda supor, inclusive, que retornou à sua terra natal por motivos familiares, já que não temos nenhum registro de ter vindo com parentes; ou mesmo dizer que sua volta ocorreu por conta do forte sentimento antilusitano presente nos meios operários, como nos relata Alexandre Samis (SAMIS, 2009b). Enfim, não sabemos ao certo porque Adelino de Pinho toma essa decisão, mas sabemos que uma vez em Portugal estreita laços com Neno Vasco e passa a trabalhar como comerciante de livros e outros materiais. Porém, ao enfrentar grandes dificuldades financeiras, resolve voltar ao Brasil em meados de 1912 (SAMIS, 2009b).

Neno Vasco, como fazia parte do Comitê-Pró Escola Moderna, pôde ter indicado Adelino de Pinho para ser professor da Escola Moderna n.2, pois já conhecia a pedagogia racionalista de Ferrer e havia lecionado na Escola Social de Campinas em 1907. Independente de como Adelino se tornou professor da Escola Moderna n.2, assumiu o cargo de professor e colaborou com a divulgação da escola moderna e da propaganda da pedagogia libertária. A Escola Moderna n.2 abriu suas portas na Rua Muller no Brás, mesmo local de residência de Adelino e da edição do jornal A Rebelião, depois se transferiu para a Rua Oriente, no bairro do Pari. Por um tempo, a Escola Moderna n.2 encerrou suas portas e as reabriu na Rua Maria Joaquina, n.13, no bairro do Brás. A escola continuava

a cargo do companheiro Adelino de Pinho, achando-se abertas as matrículas para alunos de ambos os sexos, de 6 a 12 anos.

Horário: das 11 às 4 da tarde, para menores, e das 7 às 9 da noite, para adultos.

(BOLETIM, n.3 e 4, 01-05-1919)

Em dezembro de 1918 foi fundada a Escola Moderna de São Caetano, abrindo as matrículas no começo do ano de 1919. Esta instituição estava sob a

direção do anarquista José Alves e uma associação foi criada para ajudar a mantê-la. Existem poucas informações sobre a Escola Moderna de São Caetano, mas sabemos que suas instalações eram modestas e que a associação buscava mudar de endereço mais apropriado na rua Virgínio de Rezende. O número de alunos matriculados foi considerado bastante regular, sendo que

(...) uma coisa digna de nota é o interesse com que a directoria da respectiva associação procura garantir a manutenção da referida escola, que promete progredir, apresentando, já no seu primeiro trimestre, o seguinte movimento: comparecimentos, 1.137; faltas, 577; dias lectivos, 59; frequencia media, 57. (Idem)

As três Escolas Modernas buscaram colocar em prática, diante das possibilidades de seus realizadores, inovações que nos surpreendem até hoje.
Segundo Luciana Santos

As inovações proporcionadas pelo ensino libertário, na sociedade da época, foram muitas. Abrangeram o plano concreto - co-educação sexual e social; utilização de material didático e livros próprios - voltados especificamente para o ensino racionalista; utilização da biblioteca e de um museu no ensino. Mas as inovações também adentraram o plano das idéias, propondo uma relação crítica com o saber, com a verdade, com a ciência, intencionalmente, anti-dogmática. Assim, o conteúdo proposto foi orientado de acordo com as disposições e o acompanhamento do aluno, dispondo de matérias como leitura, caligrafia, gramática, aritmética, geometria, geografia, botânica, zoologia, mineralogia, física, química, fisiologia, história, desenho, etc.⁸⁶

Fora as matérias do curso regular, a Escola Moderna n.1 oferecia ao público em geral cursos técnicos, como o de datilografia, sendo “a matrícula é feita mediante modica contribuição mensal”. Podemos dizer que o trabalho de João Penteadó e Adelino de Pinho, em organizar as Escolas Modernas de São Paulo, procurava criar não apenas uma outra escola fundada sob princípios opostos àqueles das escolas estatais e confessionais, mas também construir um novo tipo de conhecimento que estivesse *de acordo com as disposições e o acompanhamento do aluno*. Tal assertiva pode ser observada através dos dois

86 SANTOS, Luciana. op. Cit. p.123.

jornais publicados pelas Escolas Modernas, o periódico O Início e o Boletim da Escola Moderna.

Ambos os jornais divulgavam o projeto das Escolas Modernas e a pedagogia racionalista. O *Início* foi uma inovação acerca do projeto pedagógico libertário, pois se dizia “Orgam dos Alunos da Escola Moderna n.1”.⁸⁷ Em nenhuma outra experiência de escolas modernas, nem mesmo a de Ferrer, temos conhecimento de um jornal escrito pelos próprios estudantes da escola, e, por isso, este documento é muito especial, na medida em que dá voz às crianças que estudavam no colégio e nos possibilita, mesmo que minimamente, entrever um pouco do cotidiano escolar.

O primeiro número do jornal, ao que tudo indica, saiu no ano de 1914 e o segundo número somente um ano depois. O motivo da demora, segundo os editores do jornal, foi “a crise, a maldita crise que tanto perturba a humanidade neste momento”.⁸⁸ A crise, que nos falava o autor, foi a Grande Guerra, iniciada em 1914, e que o movimento operário brasileiro sentiu forte impacto. A intenção dos editores *d'O Início* era lançar a folha “periodicamente, todos os meses”, mas por razões da guerra tal intento havia sido frustrado. O segundo número do jornal só foi possível graças a uma festa realizada no dia 14 de agosto de 1915, financiada por simpatizantes da causa das Escolas Modernas.

No jornal também podemos ler diversos textos escritos pelos alunos, sendo que quase em sua totalidade eram os exercícios que faziam diariamente. Uma das atividades amplamente explorada pelos professores das escolas modernas era a de composição e descrição. Tal prática tinha como objetivo fazer com que os estudantes aprendessem, de modo prático, “a escrever seus pensamentos, a redigir cartas e a fazer descrições de objetos com a observância da devida ordem classificativa e emprego de pontuação precisa”,⁸⁹ com isso as crianças podiam aprender um dos principais critérios da ciência moderna, a observação.

Assim, o estudante Pedro G. Passos comenta sobre a visita que os alunos da Escola Moderna n.1 fizeram à Escola Moderna n.2:

Sábado, dia 20 de junho de 1914, nós fomos visitar a Escola Moderna n.2, da qual é

87 O Início, n.2, 04-09-1915.

88 Idem.

89 Exercícios Escolares. O Início n.2, 04-09-1915.

professor Adelino de Pinho. Saímos daqui a 1 hora, descemos a Rua Saldanha Marinho e pegamos a Avenida Celso Garcia. Nela vimos dois carretéis grandes de canos para encanamento de gás e mais dois pequenos, de arame grosso, para a rede elétrica. Eu vi também uma preta tocando viola na mesma avenida. Depois chegamos ao Jardim da Concórdia e vimos o Teatro Colombo. À frente dele vimos belos anúncios de fitas cinematográficas. Dalí nos dirigimos à Escola Moderna n. 2. Nela nos demoramos até as duas e meia. Fomos bem recebidos. Os meninos de lá recitaram e cantaram e nós também fizemos a mesma coisa. O professor Adelino de Pinho também recitou e nos fez uma saudação. Na volta o Carlos Lampo descontentou ao nosso professor, porque brigou com um pobre menino que estava distribuindo anúncios na rua. Foi bom o passeio. Eu gostei de ouvir os cantos e recitativos daqueles colegas. (O INICIO, 1915)

Segundo a proposta racionalista, com essas saídas de campo os alunos das escolas modernas estabeleciam o contato direto com o conhecimento. Primeiro ao (re)conhecer as ruas do bairro; segundo, porque podiam ver o mundo social em movimento relacionando ao que aprendiam no interior da escola, com o que viam na rua. Certamente, muitas outras situações foram vistas pelos estudantes nessas saídas, mas é curioso perceber o que chamou a atenção de Pedro G. Passos, como “a preta tocando viola”, os cabos de eletricidade das ruas – o que nos remete ao processo urbano acelerado que ocorria naquele contexto – e a briga de um dos meninos da escola com outro que distribuía anúncios na rua, o que descontentou o professor João Penteado. Podemos até mesmo imaginar João Penteado conversando com os estudantes do como era errado desrespeitar uma criança que estava trabalhando. Todos esses aspectos foram entendidos como tão importantes que Passos resolveu colocá-los em seu relato.

Quando de um passeio realizado à margem do rio Tietê, o estudante Edmundo Mazzone registrou:

No sábado, dia 6 de março, nós nos reunimos todos as 7 horas da manhã na nossa Escola e cantamos os hinos “A Mulher” e o “Primeiro de Maio”. Depois de meia hora saímos e descemos a rua Catumbi, tomamos a travessa do mesmo nome, fomos pela rua dos Prazeres, descemos a rua Cachoeira e seguimos uma rua cujo o nome eu não sei. Eu vi pelo caminho uma pontesinha na travessa da rua Catumbi. Lá o nosso professor nos explicou que os troncos da taquara se chamam rizôma e que

esses troncos caminham debaixo da terra. Ao chegarmos ao rio Tietê vimos barcas dentro e fora do rio. Um menino estava nadando vestido de calças no meio do rio. Vimos as barcas no meio do Tietê e também uns meninos caçarem peixes. Depois brincamos de Caracol e Seranda-Serandinha. O João Bento, o Bruno, o Ernesto, o Carlos Chiesa e o Abilio Bento recitaram. Na ida vimos um cavalo morto e o Miniere botou flores em cima dele. O professor disse que o Miniere fez bem de botar flores em cima do cavalo morto. Na volta o professor nos mandou pegar uma varinha com flores e pegamos também taquaras de bambu. O Abilio Bento fez um estoque para mim. Na ida e na volta sentamos em cima dum ventilador de exgôto. Chegamos em nossa escola quando faltavam 25 minutos para as dez horas. Depois o professor nos deu os cadernos e fomos embora para nossas casas.⁹⁰

Acerca do relato de Edmundo Mazzone, nos diz o historiador Danilo Eiji

Lopes:

O relato de Edmundo Mazzone é um registro feito por um menino que escreve com o olhar de quem está saindo para ver o mundo, e que anota o que lhe toca e fica na mente. Adequado à pouca idade, predominam em seu relato descrições e sensações causadas pelos motivos mais diversos, como a brincadeira com os amigos, a observação de um menino de calças no rio, e também a morte, estampada no corpo imóvel do cavalo, além da reverência a ele/ela por meio das flores. O passeio, se levada em conta a precisão de um aluno atento, não durou mais do que duas horas. As ruas citadas eram próximas à escola, e a margem do rio também.

Além disso, percebemos pelo relato de Edmundo Mazzone que as saídas de campo tratavam o conhecimento de maneira integrada, pois na medida em que os estudantes se apropriavam da geografia do lugar visitado, reconhecendo as ruas que tomavam, a topografia etc., era ensinado o conhecimento de biologia, quando o professor lhes explicou o que era um rizôma. Talvez, a possibilidade de tratar desses assuntos em sala de aula não seria o contexto mais apropriado do que este que tiveram com a saída de campo. Tratar dos fenômenos naturais ou sociais, partindo do concreto, ou seja, do “fato em si”, era um dos pilares da educação anarquista e que estava sendo colocado em prática pelos professores das escolas

90 Idem.

modernas de São Paulo. Outro dado curioso do relato de Mazzone foi a respeito do cavalo morto no caminho e que seu colega havia posto flores em cima, o que foi parabenizado pelo professor. Assim como no relato anterior, a transmissão de valores manteve-se como uma das preocupações constantes dos professores das escolas modernas.

Além dos exercícios de descrições de saídas de campo, os alunos e alunas das escolas modernas faziam exercícios preliminares de descrição, diante de objetos que lhes eram expostos em aula ou em suas casas. Esses trabalhos eram então analisados pelo professor. O intuito destes exercícios, assim como o de descrição das saídas de campo, era o de estimular a prática da observação científica. Porém, tais descrições fornecem informações indiretas do ambiente escolar e das residências., que podemos remontar como um quebra cabeça, e que nos ajudam a entrever a realidade vista pelos olhos daquelas crianças. No caso da descrição da escola, notamos quais eram os objetos utilizados com finalidades pedagógicas, tanto por parte dos alunos quanto dos professores; em relação à descrição dos objetos das casas, podemos comparar as diferentes condições sociais que cada um possuía. Quando Ernesto Tozzato descreveu sua casa no jornal escolar, ele nos monta o seguinte quadro:

Estou vendo em minha casa um saco de farinha de trigo, uma mesa, quatro camas, tres latas de boláchas vasiaas, um baú, uma prateleira, uma cômoda, uma máquina de costura, um lavatório, dois cabides, dois relójos de parede, um berço, meia dúzia de cadeiras, um balaio, um balde cheio de água, uma porção de linguiça, um saco de pão e meia dúzia de folhinhas. (Ibdem)

Já a casa de Catarina Bari, de 11 anos:

Estou vendo em minha casa, um sofá com veludo verde, meia dúzia de cadeiras novas, um relójo, um quadro com o retrato de meu pai montado a cavalo, um porta-toalha, um retrato de minha mãe, um quadro com o retrato de minha família, um quadro com o retrato da família de minha tia, uma mesinha na sala, um tapete, uma bandeija, dois copos de ouro, meia dúzias de copos de vidro, meia dúzia de pratos todos enflorados, um par de brincos e uma caixa de brinquedos que eu ganhei de presente. (O Início n.3, 19-08-1916.)

As diferenças de ambos os espaços são claras e evidentes. Quando lemos a descrição de Tozzato, logo percebemos que em sua residência deveriam morar muitas pessoas, tanto pelo número de camas quanto de cadeiras. As comidas eram simples, farinha de trigo, linguiça e bolachas; e simples também era o próprio ambiente, sem pinturas, quadros, retratos etc., mas com utensílios de trabalho doméstico (baú, máquina de costura, balaio, balde...). Era muito diferente da descrição do interior da casa de Catarina Bari. Os móveis da casa dela eram novos e de uma qualidade superior, fotografias da família, e os objetos de uso comum surpreendiam, como os copos de ouro. Claro que essas descrições dependiam muito do olhar dessas crianças, mas se acreditarmos que descreviam o que viam, percebemos que os estudantes das escolas modernas tinham origens sociais muito distintas, assim como a composição do Comitê Pró-Escola Moderna.

A co-educação de classes sociais, colocado em prática por João Penteado e Adelino de Pinho, também esteve presente na Escola Moderna de Barcelona de Francisco Ferrer y Guardia. Ele dizia que uma escola destinada apenas aos filhos dos trabalhadores não poderia ser uma escola racional, pois esta “teria lhes inclinado forçosamente à rebeldia, teriam surgido espontaneamente sentimentos de ódio” (GUARDIA, 2014, p.51). A rebeldia contra a opressão e exploração não era tida como algo negativo, pois os “oprimidos, espoliados, explorados devem ser rebeldes, porque devem reclamar seus direitos até conseguir sua completa e perfeita participação no patrimônio universal” (Idem). No entanto, a educação racional não deveria antepor as preocupações do mundo dos adultos para o universo infantil, e a Escola Moderna

não antecipa amores nem ódios, adesões nem rebeldias, que são deveres e sentimentos próprios dos adultos. Em outros termos, não colher o fruto antes de tê-lo cultivado, nem quer atribuir uma responsabilidade sem ter dotado a consciência das condições que devem constituir seu fundamento. Que as crianças aprendam a ser homens, e quando o forem declarem-se em rebeldia em boa hora. (Ibdem, p.52)

Da mesma forma, a escola destinada somente às crianças ricas não poderia ser uma escola racional, pois esta somente afirmaria uma visão de mundo que

buscaria legitimizar os privilégios das classes dominantes. Portanto, a Escola Moderna tinha como proposta agrupar crianças de ambas as classes sociais, na “inocente igualdade da infância, por meio da sistemática igualdade da escola racional” (Idem), sendo que a única distinção seria as variações de matrículas, indo da gratuidade às mensalidades mínimas, medianas e máximas, todas elas a partir das possibilidades econômicas dos responsáveis.

Em relação às descrições da escola, os alunos apresentam uma visão, ainda que nebulosa, do ambiente escolar que frequentavam diariamente. Cadernos, lousa, globo terrestre, todos os materiais do dia a dia de uma escola do começo do século XX (que em alguns casos são as mesmas condições das escolas de hoje), mas também outros elementos que nos parecem estranhos e que também formavam esse quebra cabeça. José Monteiro faz a seguinte descrição da sala de aula:

Eu estou vendo na sala de aula um banco e em cima dele uma moringue quebrada, um despertador com a corda quebrada, uma pedra velha, um par de punhos velhos, uma pedra mármore, um mata-borrão sujo, um livro intitulado Ciências Físicas, um tinteiro fazio, um pedaço de giz, um caderno de cópia cor de rosa quadrado e um caderno de português. (O Início n.3, 19-08-1916.)

Podendo ser complementada a partir da descrição de Edmundo Scala:

Na sala de aula:

Estou vendo sobre uma caixa, uma navalha, um livro chamado História do Brasil, um livro chamado Dicionário do Brasil, uma pedra, uma aritimética, uma faca, uma pedra mármore, uma tampa de tinteiro, uma garrafa, uma caixinha de pênas, um apagador, uma Geografia da Infância, um saca-rólha, o jornal “A Voz do Trabalhador”, duas folhinhas, um quadro-negro, cinco mapas, um globo terrestre, um quadro com o retrato de Francisco Ferrer, um armário, uma mala, dois papelões e uma lata vazia. (Idem)

Fora os típicos objetos de uma sala de aula, como livros, cadernos, quadro-negro, folhas, mapas, apagador etc., um objeto nos chama mais a atenção: o jornal A Voz do Trabalhador. Segundo o historiador da educação José Damiro de Moraes

a presença deste jornal revela que os estudantes utilizavam seu conteúdo para fins didáticos em sala de aula, que pode ser verificado ao acompanharmos as publicações dos estudantes e dos assuntos tratados pela imprensa operária. (DAMIRO, 2013, p.48)

Se os jornais do movimento operário serviam como materiais didáticos em sala de aula, os temas que esses periódicos abordavam pautavam as discussões que eram discutidas em sala de aula entre professores e alunos. Neste sentido, n'O Início João Bonilha, de 16 anos, publicou um texto em que conta uma conversa com um amigo. Ao ser interrogado pelo amigo qual era sua opinião acerca da guerra, coloca:

Eu, meu querido amigo, que queres que eu diga? O meu desejo é, em primeiro lugar, acabar com esses governadores, imperadores, reis, e finalmente com os burguezes de todas as classes, que são os causadores desta monstruosa catástrofe, na qual tantas pessoas inocentes morrem deixando suas famílias num mar de tristeza e desconsoações, como por exemplo acontece com as famílias desses que foram d'aqui para aquele tremendo matadouro. Deixaram aqui mulheres e filhos na mais espantosas das misérias. E porque? Para defenderem o que? - Nada!...

Somente para morrerem como cães naquele matadouro infernal, onde sucumbem milhares e milhares de seres humanos por causa desses vagabundos de que já te falei.

É esta a minha opinião. (O Início, n.3, 19-08-1916.)

Numa carta publicada pelo jornal *O Início*, Luiz Cardoso, de 19 anos, escreve para seu amigo Joaquim:

Meu querido amigo Joaquim, Saudações.

Recebi a tua carta pela qual me pedias que eu te desse a minha opinião dizendo se obrarias bem ou mal indo para guerra servir os barrigas cheias. Meu amigo, o que eu te digo é para não ires, porque tu tens a tua família, na qual deves pensar e não na pátria, que não te dá de comer se tu não trabalhares. É por isso que eu acho melhor que tu não vás. E assim viverás socegradamente ao pé de teus pais, e não os deixarás tristes. Pois tu bens sabes quanto eles sofreram para te sustentar até essa idade. E agora, que estás em uma idade própria para deixar a tua família contente,

queres seguir para o matadouro, sem saber se tu voltarás ou não! E por isso eu penso que não deves ir. Assim nós poderemos nos divertir e viver, porque a pátria não interessa nada a nós. (Idem)

Ambos os textos buscavam trabalhar com o argumento de que a guerra foi motivada por interesses não das classes subalternas, mas sim dos governantes e da burguesia. Portanto, a guerra foi movida pela ganância das classes dominantes. Podemos ver argumentação semelhante no texto de Adelino de Pinho, *A guerra européia é uma guerra de negociantes*, publicado no jornal *A Lanterna*

a causa primária desta hedionda matança que grassa na velha e suposta civilizada Europa, é a necessidade que os governos burgueses têm de satisfazer aos grandes fornecedores, aos grandes industriais, aos donos das grandes fundições, enfim a toda a casta de parasitas que vivem chupando o sangue dos trabalhadores, a seiva das nações, não trepidando em precipitar estas umas contra outras numa chacina canibalesca e interminável contando que disso resulte chorudos ganhos, fortunas nababescas, campo aberto a novos assaltos, a novas banditices, a novas roubalheiras. (PINHO, *A Lanterna*, nº 284, 29 de janeiro de 1916).

Para Adelino, a guerra foi uma tentativa das nações em expandir seus comércios para outras regiões, já que os operários de cada país não conseguiam consumir os produtos que eles mesmos produziam; países como a Inglaterra e Alemanha, buscavam expandir não apenas seu mercado, mas também controlar regiões ricas em matéria prima, colonizando diversos países da Ásia e África.

Vemos assim que as argumentações, em linhas gerais, de Adelino de Pinho e dos estudantes das Escolas Modernas de São Paulo elencaram as mesmas problemáticas. Uma vez que os estudantes tinham acesso aos jornais operários e anarquistas como materiais didáticos, como nos colocou Damiro, e os professores da escola estimulavam o debate sobre as questões pautadas pelos periódicos, não é muito difícil imaginar o debate ocorrendo no interior das salas de aula, havendo a troca intensa entre educadores, alunos e alunas.

Fora o jornal *O Início*, que servia como uma forma dos estudantes exporem seus trabalhos e darem início à prática jornalística, as Escolas Modernas de São Paulo criaram o *Boletim da Escola Moderna*. O *Boletim* veio substituir a publicação

d'O Início, pois não conseguiriam sustentar, financeiramente, ambos os jornais.

O Início, publicação dos alunos desta escola, que devia hoje reaparecer, ficou substituído pelo *Boletim da Escola Moderna*, em virtude de não ser possível a publicação dos dois jornais, que embora pequenos, acarretar-nos-iam despesas além das possibilidades no momento actual.

Isso, porém, não impede de tornar a fazer-se a publicação d'O *Início*, mais tarde, quando as cousas melhorarem.

E é esse o nosso desejo, porque entendemos que os alunos também precisam de exercitar-se na imprensa, afim de se habilitarem para a luta do pensamento na sua cooperação para o progresso moral e intellectual da Humanidade.

Ahi fica, pois, a explicação.

O Boletim contava com a colaboração de textos dos militantes anarquistas e livre pensadores. O diretor do jornal era João Penteado, diretor da Escola Moderna n.1 e o intuito do Boletim era o de poder

prestar valiosíssima contribuição para a propaganda racionalista, que temos emprehendido, servindo de vehiculo para a disseminação das modernas correntes de ideias que tendem a rehabilitar a humanidade para a vida, redimindo-a e tornando-a livre e feliz. (BOLETIM DA ESCOLA MODERNA, n.1, 13-10-1918)

O Boletim da Escola Moderna teve 4 publicações, sendo o último exemplar os números 3 e 4 juntos. Seu primeiro número adveio graças à data de morte de Francisco Ferrer y Guardia, figura esta que servia de incentivo aos colaboradores da escola. O intuito de seus editores era o de realizar uma publicação mensal, no entanto, o segundo número saiu somente 5 meses depois e o último volume em primeiro de maio de 1919. A razão que levou João Penteado e Adelino de Pinho demorar em publicar o primeiro número para o segundo, foram as dificuldades que enfrentaram nos meses de outubro e novembro de 1918.

se viu embaraçada durante os mezes de outubro e novembro passados, no tempo da epidemia, porque, como as demais instituições de ensino, teve de encerrar suas aulas, temporariamente, pelo espaço desses dois mezes, sofrendo, por esse motivo, algumas dificuldades economicas. (BOLETIM, n.2, 18-03-1919).

Uma das estratégias de arrecadação de dinheiro que escolas tinham era a realização de festas. As festas tinham, assim, uma dupla função. Por um lado, favoreciam angariar fundos para a manutenção da escola e de seus projetos, como O Início e o Boletim da Escola Moderna; por outro lado, as festas e as comemorações serviam também como forma de propaganda das ideias racionalistas e de momentos que consideravam importantes serem lembrados. Geralmente, esses eventos eram feitos nas sedes das escolas modernas, porém poderiam também ser realizadas em parceria com companheiros de luta de outros lugares

Não se realizou no dia 18 de março, na nossa sede, a anunciada sessão comemorativa à data aniversária da Communa de Pariz, devido ao facto de termos resolvido fazel-a em commum com a que se realisára no mesmo dia, no salão Celso Garcia, por iniciativa do companheiro Angelo Bandoni a qual como era de esperar-se, esteve muito concorrida.

Assim, em commum, o resultado foi melhor, porque aquele local, por ser mais espaçoso e mais central, reuniu todas as vantagens.

Falaram nessa ocasião os companheiros Bandoni, Edgard Leuenroth, Bortolo Scarmagnani e o diretor desta publicação (João Penteado). (Boletim, n.3 e 4, 01-05-1919)

Além da propaganda e arrecadação de dinheiro, percebemos que estas festas também serviam para engajar os estudantes das escolas no projeto da escola na medida em que eles participavam da organização e programação das festas.

A festa realizada no dia 14 do corrente pela nossa Escola esteve devéras magnífica, produzindo a mais bela impressão no espírito da assistencia que não nos regateou aplausos.

O salão da Sociedade Leale Oberdank esteve repleto e a quermesse bastante animada.

No desempenho do programa tomaram parte, também, os alunos da Escola Moderna N.2, que nos ajudaram no côo, cantando alguns de nossos hinos escolares e recitando belas poesias.

(...)

O festival foi encerrado com o canto do hino A Instrução, seguindo-se logo uma bela conferência pelo professor Adelino de Pinho, da Escola Moderna N.2. A quermesse, a este tempo (pouco menos de meia noite) já tinha sido exgotada até a última prenda.

O baile, então, teve começo para a satisfação de tantos rapazes e raparigas que não pensam noutra prazer em sua vida. (O Início, n.3, 19-08-1916)

Outra forma de conseguir dinheiro para manter a escola era a colaboração de diversas pessoas e instituições. Por conta da forte relação dos militantes anarquistas e os sindicatos, estes ajudavam financeiramente o projeto das Escolas Modernas

O Sindicato de Resistencia dos Laminadores de S. Caetano resolveu, em assembléa, realizada em Agosto deste anno, dar um auxílio de 10\$000 mensaes para a manuntenção da Escola Moderna.

Sabemos mais que o mesmo syndicato pretende crear uma escola racionalista para a instrucção e educação dos filhos dos companheiros daquela organização e da infancia proletaria daquela localidade.

Tão bello procedimento é o dos Sindicato dos Laminadores de S. Caetano que se torna digno de imitação por parte das outras associações operarias.

Oxalá esse acto tenha imitadores.

Entretanto, esta rica experiência de educação libertária chegou ao fim com o fechamento das escolas modernas de São Paulo no final do ano de 1919. Durante toda a década de 1910 explodiu em São Paulo uma série de greves e manifestações com seu ápice no ano de 1917, com a Greve Geral. Ela começou em São Paulo e se espalhou para o interior e outros estados. Após esse atribulado período, o governo deu início a uma intensa caça aos militantes anarquistas, buscando frear e dismantelar o movimento com deportações, prisões e empastelamentos de jornais libertários. Neste contexto, as escolas modernas também foram atingidas. Em outubro de 1919, uma bomba explodiu no interior de uma casa no Brás, na rua João Boemer, provocando a morte de quatro anarquistas, Joaquim dos Santos Silva, Belarmino Fernandes, José Prol e José Alves, este último diretor da Escola Moderna de São Caetano.

O envolvimento de José Alves na explosão foi a justificativa que levou o Diretor da Instrução Pública de São Paulo, Oscar Thompson, emitir um ofício à João Penteado determinando o fechamento das escolas modernas.

Tendo sido verificado, pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública, que as escolas modernas, de que sois diretor, visando a propagação de idéias anárquicas e a implantação do regime comunista, ferem de modo iniludível a organização política e social do país, (...) hei por bem não só cassar a autorização de funcionamento concedida à vossa escola, a Avenida Celso Garcia, no262, a qual, de hoje em diante , sob as penas de lei, esta proibida de funcionar, bem como intimar-vos a fechar do mesmo modo, imediatamente, desde hoje, em caráter definitivo, a Escola Moderna n.o 2, que instalastes e fizestes funcionar sob a regência de Adelino de Pinho.⁹¹

Tendo em vista à ordem de fechamento, João Penteado e Adelino de Pinho acatam a ordem oficial. Penteado buscou, como pôde, argumentar em defesa das escolas, mandando um ofício ao ministro do supremo tribunal de São Paulo, Dr. Miguel José de Brito Bastos, reafirmando sua postura política-filosófica

O anarquismo é a mais alta, a mais sublime e a mais dignificante expressão do ideal comunista concebido e divulgado pelos seus grandes apóstolos tais como: Tolstoi, Kropotkin, Eliseu Reclus, A. Ramon, Jean Grave, Sebastian Faure e tantos outros, cujas obras literárias e científicas constituem atestado de superioridade moral dos ideais anarquistas sobre todos os outros princípios filosóficos, políticos e sociais até hoje pregados entre os homens.⁹²

No entanto, o apelo e os esforços de João Penteado não foram o suficiente para reabrirem as Escolas Modernas. Diferente de muitas outras experiências, onde as escolas ao enfrentarem sérios problemas financeiros tiveram que encerrar suas portas, as Escolas Modernas n.1 e n.2 conseguiram, mesmo passando por dificuldades, manter suas atividades por quase 7 anos, sendo que seu fechamento foi motivado por conta da repressão do Estado ao movimento operário e anarquista. Apesar disso, em 1920, João Penteado reabriu a escola com o nome de Escola

91 Ordem de Hábeas Corpus, destinada ao presidente do tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Arquivo João Penteado – CME.

92 Texto em defesa da Escola Moderna, escrito por João Penteado. Arquivo João Penteado – CME.

Nova, onde Adelino trabalhou como professor por algum tempo. A escola trocou de nome por uma terceira vez e passou a ser chamada Colégio Saldanha Marinho, encerrando suas atividades em 2012.⁹³ Na fachada do colégio era possível ver os dizeres: *fundada em 1912*, fazendo referência à Escola Moderna de São Paulo.

3.2. Os impactos da Revolução Russa na militância anarquista

Apesar da forte repressão sofrida pelo movimento operário e anarquista no final da década de 1910, o clima era de euforia e otimismo. Por um lado, essa confiança havia sido construída a partir de diversas greves e manifestações feitas pela classe operária; por outro, e principalmente, o movimento se encontrava exortado pelo advento da Revolução Russa em 1917.

Durante as décadas de 1900 à 1910, o movimento operário, animado pelas *minorias ativas* de militantes anarquistas, realizaram uma série de greves parciais e gerais. A onda de greves começou no ano de 1901 e a primeira delas foi a dos “trabalhadores de pedreira, tendo em vista a redução da jornada de diária de 12 para 10 horas, [e que] terminou em triunfo completo” (DULLES, 1973, p.26). Em 1906 foi realizado o primeiro congresso da Confederação Operário Brasileira (C.O.B.) e o movimento começou a se organizar de maneira mais sistemática em sindicatos e federações. No entanto, o movimento reivindicatório entrou em declínio em 1908, devido à forte recessão econômica que gerou medo nos trabalhadores pelo desemprego.

Durante os anos de 1911 à 1914, o movimento operário iniciou sua renovação. Diversas agitações foram feitas em benefício dos trabalhadores tendo algumas vitórias, “como o aumento salarial dos sapateiros no Rio de Janeiro” (Idem, p.30). Durante esse meio tempo, foi realizado o segundo congresso da C.O.B. em 1913, aprofundando o debate em torno da organização. As agitações encampadas

93 Segundo Tatiana Calsavara, Joaquim Saldanha Marinho foi sociólogo, maçom e anticlerical e ao pesquisar sobre “as práticas de ensino das escolas libertárias dirigidas por João Penteado aponta para a importância dos maçons e anticlericais no Comitê Pró-Escola Moderna de São Paulo, que financiou e organizou a fundação da Escola Moderna em São Paulo. Desta forma, o nome de Saldanha Marinho não é estranho, compreendendo-se o contexto em que se dava a formação de escolas libertárias”. Para mais ver CALSAVARA, Tatiana. A militância anarquista através das relações mantidas por João Penteado – Estratégias de sobrevivência pós anos 20. Tese de doutorado, USP, 2012.

pelos trabalhadores retrocede no ano de 1914 com a recessão econômica promovida pela primeira guerra mundial e o pessimismo tomou conta daqueles que buscavam organizar o movimento operário, como foi o caso de Adelino de Pinho:

A vida econômica é um descalabro como conseqüências de descalabros de toda ordem, anteriores e simultâneos. Todo mundo se queixa da falta de dinheiro: comercio e industriais paralisados; uma falta pavorosa de iniciativas particulares e, como necessária e inevitável consequência, milhares e milhares de operários e suas famílias sem pão, sem teto e sem lar, porque o operário é o bode expiatório de todos os descalabros (Jornal A Rebelião, n.1, 01-05-1914).

Assim, Adelino encerra seu texto com a sombria pergunta

Será tempo de reunir os elementos dispersos, de chamar a cerrar fileiras todos os que pensam que esta vida é a pior das vidas, de fazer uma propaganda sistemática das ideias que acalentamos e que julgamos trazer solução ao problema da miséria em que a humanidade vegeta? (Idem)

Nos anos seguintes, parece que o movimento operário responde à pergunta de Pinho de maneira positiva, pois no ano de 1917 explode a Greve Geral em São Paulo. A experiência da greve, junto aos acontecimentos na Rússia, fez com que o movimento operário e anarquista ganhasse novo fôlego. Por isso, a despeito da repressão que se seguiu à greve geral nos anos subsequentes, os anarquistas se encontravam mergulhados no entusiasmo, a esse respeito, escreve Alexandre Samis

Para os anarquistas, o grande evento da Rússia configurava, ao menos nos primeiros anos, a possibilidade de uma conjunção de esforços entre tendências revolucionárias nem sempre afinadas. As divergências em relação aos métodos do marxismo-leninismo passaram ao largo da imagem otimista presentes nas primeiras notícias que chegaram ao Brasil. (SAMIS, 2002, p.24)

A busca pela formação de uma frente entre as mais diferentes tendências socialistas, pode ser vista na pergunta realizada pelo anarquista italiano Gigi Damiani em artigo publicado pelo jornal A Plebe em 29 de março de 1919:

“Anarchistas, socialistas e syndicalistas poderão constituir um único organismo revolucionário sem que haja na luta dispersão de energia ou esforço contradictório?” (Jornal A Plebe, n.6, 29-03-1919). Segundo Damiani, antes do contexto histórico em que viviam a resposta seria negativa, devido as diferenças estratégias adotadas por cada uma das correntes. No entanto, diante dos acontecimentos da Rússia revolucionária, tudo havia mudado. O próprio problema havia mudado diante de tal situação:

Agora, o dilemma que nos apresenta a debate da sociedade burgueza é este: pelo socialismo ou contra o socialismo.

Anarchistas, socialistas e syndicalistas somos todos pela socialização *imediate* da propriedade. E se somos todos **hoje**, não vamos agora discutir porque hontem não o eramos todos. Seria ocioso.

Hoje ha um ponto, e essencial, no qual anarchistas e socialistas (refiro-me aos socialistas que crêem no socialismo e não nos cataplasmas em pernas de pau) encontramos-nos sob o mesmo ponto de vista.

E se isto não é tudo, é já muito (Idem).

O que fazia unir todas as correntes dos socialismo era, portanto, a socialização imediata da propriedade, tendo sido suspensos, nesse contexto, as diferenças que cada uma delas tinha em relação a outra. Para alguns militantes, tal suspensão de diferenças de métodos chegou ao ponto de ser, inclusive, uma relativização dos próprios princípios do anarquismo. Essa foi a postura do anarquista russo A.L. Gordin expressa em uma brochura intitulada *O Anarchismo Universalista*. Fragmentos do texto foram publicados no jornal A Plebe em 11 de junho de 1921, na sessão *Momento Internacional*. Acerca da ditadura do proletariado, Gordin escreveu

Em período de transição do capitalismo e do Estatismo ao universalismo libertário, nós admitimos a dictadura, quer dizer, o exclusivismo, a unidade, o absolutismo dos oprimidos combatendo para emancipar-se. Não pode haver questão, durante a luta, de crear instituições dirigentes comuns aos explorados e exploradores. Para os exploradores e espoliadores é necessária a autoridade, isto é, a vontade, a compreensão, o absolutismo dos trabalhadores antes oprimidos. Os elementos espoliadores e parasitas devem ser privados de todos os direitos e privilegios,

isolados, esmagados. Não se pode, logo após a expropriação, considerar as antigas classes superiores como politicamente iguais aos antigos explorados (A Plebe, n.121, 11-06-1921).

Para os editores d'A Plebe, Gordin foi um verdadeiro revolucionário combatente das jornadas de fevereiro e outubro, sendo por duas vezes ferido ao lado dos “bolchivistas”. No transcurso da revolução, se colocou contrário aos comunistas e os combateu publicando panfletos, livros, textos em jornais e pela tribuna dos Soviets em Moscou. Porém, consideraram que as conclusões a que Gordin chegou na brochura

se afastam sensivelmente da tradição libertária; que os antigos universalistas⁹⁴ não se apegam mais ao velho federalismo jurassiano; [e] que admitem o princípio da ditadura revolucionária (A Plebe, n.121, 11-06-1921).

Apesar dos editores d'A Plebe contrariarem a postura adotada por Gordin, a publicação de seu texto nos revela o quanto os anarquistas do Brasil, por um lado, se preocupavam com os caminhos que a revolução estava tomando e, por outro, o entusiasmo e inspiração que este acontecimento lhes causavam.

Essa atmosfera de otimismo também contaminou Adelino de Pinho. Foi justamente o entusiasmo da Rússia revolucionária que o inspirou a escrever diversos artigos à favor da revolução. No dia 7 de junho de 1919 publicou pel'A Plebe o texto, de sugestivo nome, O Momento

O momento histórico que atravessamos, estes dias que vamos vivendo uns, vegetando outros, são o período mais fecundo, de mais radiosas esperanças que jamais a humanidade tenha vivido. Nunca um período histórico se apresentou mais cheios de promessas, mais rico de consequências uteis para o povo, mais prenhe de resultados fructíferos para as classes populares (A Plebe, n.16, 7-6-1919).

No entanto, segundo Adelino, este não era apenas o seu entusiasmo, mas de todas as pessoas em todos os lugares, inclusive aquelas que “nunca sympathizaram ou nunca se familiarizaram com as ideias de libertação e de

94 Grupo do qual Gorden fazia parte.

reivindicação social”. As discussões sobre os projetos, os programas revolucionários e hipóteses de todos os tipos eram feitas por pessoas onde quer que fosse. Não apenas debates eram travados, as pessoas procuravam se informar e saber dos acontecimentos na Rússia revolucionária. Liam os jornais e se alegravam com as vitórias e se entristeciam com as derrotas dos revolucionários. Por isso, a Revolução Russa inaugurava uma “Nova Era” (A Plebe, n.21, 12-6-1919), por isso haveria a necessidade em se criar, inclusive, de um novo calendário. Tendo como exemplo a Revolução Francesa, Adelino sugeriu que fosse mudado o calendário para uma nova datação a partir da Revolução Russa, evento que mudou definitivamente os rumos da sociedade.

Por mais que as escolas modernas de São Paulo tivessem sido fechadas em 1919, durante todo este ano Adelino escrevia para a imprensa anarquista e operária sobre os feitos e vitórias da Revolução Social na Rússia e no dia 21 de junho de 1919, escrevia para A Plebe um texto intitulado “Lágrimas de Crocodilo”. Nele apontava que a mídia burguesa divulgava falsas informações que sobre as mortes que ocorriam na Revolução. Para ele, uma Revolução era feita com armas sim, mas esta luta seria contra os inimigos dos operários e do povo, ou seja, contra as classes dominantes, e não entre si, como se fazia numa guerra, como aquela que os burgueses e os governos fizeram na primeira guerra mundial (A Plebe, n.18, 21-6-1919).

Os governantes, para Adelino, estavam confusos e não sabiam o que fazer diante da apoteose do movimento revolucionário russo. As agitações que a revolução causou nas massas operárias provocavam medo em todos aqueles que ocupavam algum cargo de poder. As ideias de reconstrução social haviam se enraizado na mentalidade dos operários de todo o mundo, a hora era da “utopia à realidade” (A Plebe, n.3, ano II, 8-3-1919)

Todos os esforços despendidos pelos apóstolos socialistas e anarquistas nestes últimos cinquenta anos, todas as suas lutas pela palavra e pela imprensa, todas as perseguições que sofreram, deportações, desterros e cadeia com que esta sociedade lavadraz os tornou victimas, todos os epithetos depreciativos e injuriosos com que a imprensa os calumniou (...) tudo isto não obstou ao triumpho de tão levantados ideaes nem impediu nem talvez retardou o seu completo

desabrochamento; e de todos aquelles esforços despendidos, (...) nada se perdeu, e chegou o dia em que se vão colher os fructos da liberdade e da igualdade humana (Idem).

Em 1920, Adelino de Pinho lançou um panfleto intitulado “Quem não trabalha, não come”. Assim como os artigos anteriores, o texto havia sido inspirado na Revolução Russa, mais especificamente, no artigo 18 da República dos Soviets, onde a sentença que levava o nome do panfleto era proclamada.

aquela desconfiança e descrença que as massas trabalhadoras mantinham em face as nossas afirmações revolucionárias de transformação como se evaporaram diante do Sol radioso da Revolução Russa que com seus jorros de luz e liberdade nos fornecia um fato concreto e tangível de renovação social, uma afirmação peremptória e concludente de que é possível estabelecer um estado social onde todos compartilhem do trabalho são e útil, tornando-se também extensivo a todos os gozos, e os frutos desse trabalho, a todos sendo acessíveis os produtos do campo e da oficina, da escola e do teatro, do subsolo e da atmosfera sem outra medida além das necessidades dos seres, de acordo com as da coletividade.

(...)

Por consequência, bem andaram os revolucionários russos em inscrever em sua Constituição em letras de ouro já hoje imorredouras aquele disco simples mas formidável, ameaça e admoestação à casta parasitária do universo: QUEM NÃO TRABALHA NÃO COME! (PINHO, 2013, p.51)

Adelino buscou na constituição do governo revolucionário Russo a inspiração para escrever seu panfleto, portanto, as condições do contexto em que viveu lhe obrigou relativizar alguns dos pressupostos essenciais da filosofia política anarquista: a existência do Estado como órgão regulador da sociedade. No entanto, os anarquistas que viveram este período viam nos soviets não um governo, tal como entendiam o Estado, mas sim uma organização criada pelos próprios trabalhadores russos e que tinham muitos aspectos semelhantes ao sindicalismo praticado em diversas partes do mundo. Como escreveu o historiador Alexandre Samis

A República dos Soviets contemplava, sob vários aspectos, as expectativas com relação à organização federalista e comunista libertária. À figura de Lenin, associada ao esforço estratégico de “todo o poder aos soviets”⁹⁵, somaram-se as esperanças de um projeto mais amplo de socialismo. No léxico revolucionário brasileiro da segunda metade da década de 10, as prédicas anarquistas harmonizavam-se com a ideia do comunismo revolucionário. (SAMIS, 2002, p.24)

Porém, esta harmonia foi se transformando, paulatinamente, em divergências e críticas, na medida em que algumas informações passaram a circular no meio revolucionário através das publicações de militantes importantes, tais como de Emma Goldman.

A militante Emma Goldman toma parte nas discussões e, após visita à Rússia no ano de 1921, quando observou as perseguições e controle ditatorial vigente no país, escreve artigos com severas críticas ao regime bolchevique e à “ditadura do proletariado”. (BRAGA, 2013, p.160)

Fora as críticas de Emma, chegavam ao Brasil notícias sobre o massacre dos marinheiros de Kronstad e a repressão ao movimento revolucionário makhnovista pelo exército vermelho, ambos de forte inspiração anarquista.⁹⁶ Essas informações alterou sensivelmente a maneira como os anarquistas no Brasil enxergavam a Revolução Russa. Muitos deles buscaram firmar os princípios anarquistas diante da ciência dos novos fatos, outros passaram a ver os bolcheviques como o modelo de organização política mais adaptado às condições da etapa capitalista como foi o caso de Astrogildo Pereira.

Esta postura mais crítica ao bolchevismo passou a ser mais evidente no ano de 1921. Neste ano, diversos anarquistas se juntassem e formassem o Centro Libertário Terra Livre, seu manifesto-programa foi publicado no jornal *A Plebe* em

95 Nas *Teses de abril*, Vladimir Ilich Ulianov [Lenin] defendeu os soviets como base para a tomada do poder em 1917 contrariando sua visão anterior em: *Duas táticas da Social-democracia na revolução democrática*, texto no qual afirmava que os soviets pertenciam a um “passado remoto”. Maurício Tragtenberg. *A Revolução Russa*. São Paulo, Atual, 1988, p.100.

96 Para saber mais dos acontecimentos de Kronstad e a Makhnovichina ver TRAGTENBERG, Maurício. op., cit.

18 de março de 1922. A razão para a publicação deste texto era a de que

As condições dispersivas que, desde algum tempo, têm prejudicado o movimento anarquista deste país, ao mesmo tempo que se manifestam aqui os reflexos de certas tendências confusionistas verificadas no seio do proletariado e no meio revolucionário mundial, fizeram com que um grupo de libertários de S.Paulo se reunisse para trocar ideias e assentar um plano de acção a ser empregado no sentido de desenvolver o trabalho tendente a reactivar e dar maior vigor à nossa obra (A Plebe, n.177, 18-03-1922).

Claramente, as “tendências confusionistas” a qual o manifesto se referia, dizia respeito à postura dos bolchevique diante da Revolução Russa. Por isso, os anarquistas de São Paulo, ao analisarem a conjuntura mundial e a específica do Brasil e de São Paulo, perceberam que o movimento anarquista carecia de um “trabalho sério de methodização, para que possa fazer frente aos fortes partidos que, com nuances diversas lutam para conservar ou reformar apenas as instituições vigentes” (Idem).

Esta metodização foi expressa no manifesto esclarecendo quais eram as posturas dos anarquistas em relação aos critérios econômico e político, assim como seus métodos de ação dentro e fora dos sindicatos, e no decorrer do texto verifica-se algumas das críticas ao governo soviético.

Tomamos o nome de anarquistas ou libertários, porque somos inimigos do Estado, isto é, do conjunto de instituições políticas que tem por fim impor, a todos, os seus interesses e a sua vontade mascaradas ou não com a vontade popular.

Constituindo por si mesmo uma classe privilegiada, o Estado, no caso de substituir depois de suprimida a classe burguesa, seria levado pela necessidade da própria conservação a restabelecer o privilegio, criando um partido seu, interessado em o sustentar, mesmo attentando contra os direitos da collectividade (Ibdem).

No programa-manifesto também foi discutido as relações dos militantes anarquistas “com as demais facções político sociais”. A postura frente seus

adversários políticos foi a de afirmar, de maneira *intransigente*, os princípios libertários, sem se preocupar com as hostilidades que poderiam acontecer. Portanto, os militantes anarquistas se colocavam frente aos sindicalistas, socialistas e comunistas de forma antagônica àquela que haviam pregado anteriormente, ou seja, se antes buscavam a união de todos os socialistas, relativizando em muitos casos os princípios de suas doutrinas, a partir de 1921, procuravam firmar seus princípios mostrando as diferenças entre uma e outra tendência, podendo chegar ao limite da hostilidade.

Especificamente acerca da Revolução Russa, o manifesto do Centro Libertário Terra Livre entenderam que o governo dos soviets foi constituído a partir da ausência de uma organização econômica eficiente que gerisse a produção e o consumo, como havia em diversos outros países. Por isso, os “comunistas-marxistas”, se aproveitando desse vazio organizacional, tomou o Estado e instaurou a “ditadura de seu partido”. No entanto, os anarquistas da Terra Livre, na medida em que elaboravam suas análises críticas aos acontecimentos na Rússia, se preocupavam em manifestar suas divergências sem que fossem confundidos “com a campanha de difamação da burguezia internacional, cujo o objetivo é desmoralizar a revolução”.

Assinaram o manifesto-programa os anarquistas Edgard Leuenroth, Rodolpho Felipe, Antonio Domingues, Ricardo Cipolla, Antonio Cordon Filho, Emilio Martins, João Peres, José Rodrigues e João Penteado. Sabemos que alguns dos indivíduos que assinam o manifesto tinham estreitas relações com Adelino de Pinho, tal como Leuenroth, Penteado e Rodolpho Felipe.

Após a publicação deste manifesto, portanto, a partir de 1922, Adelino tomou outra postura em relação à Revolução Russa. No número 189 do jornal A Plebe, de 26 de agosto de 1922, escreveu sobre um livro, publicado em francês, no qual conta a história de um militante que ao visitar “o país dos soviets” foi preso por discordar dos rumos que a Revolução havia tomado. De dentro das entranhas da prisão, o personagem discorre sobre os horrores por que passou, revelando a face cruel do regime bolchevique.⁹⁷

97 A Plebe, n.189, 26-8-1922.

Sob o pseudônimo de Demócrito, Adelino de Pinho escreveu o texto “Os infames processos”. Neste texto, refletiu sobre a natureza do poder político partindo de uma perspectiva libertária, e assim como o manifesto-programa do Circulo Libertário Terra Livre, considerava que mesmo os mais devotos e revolucionários, uma vez tendo o poder político em mãos, fraquejavam e se deixavam levar por interesses escusos ou particulares. Deu como exemplo o caso da Revolução Russa e como que os bolcheviques conduziram o processo incorporando seus adversários políticos ou os eliminando.⁹⁸

Até então, estes textos de Adelino buscavam esclarecer aos trabalhadores de São Paulo como a Revolução Russa havia se desviado dos seus objetivos, na medida em que os bolcheviques passaram a controlar o aparelho do Estado. Porém, o combate aos bolcheviques se dava também, e inclusive, em terras paulistas. De acordo com o manifesto-programa, os anarquistas não deveriam abrir mão de seus princípios, mesmo que, no limite, sofressem hostilizações. A ideia dos militantes libertários era responder esses ataques ou deturpações que faziam seus adversário políticos.

Por isso, em 27 de maio de 1922, Adelino escreveu para A Plebe o artigo “Reflexões necessárias”. Comentou que em conferência, reproduzida no jornal A Voz do Povo, de 1 de maio daquele mesmo ano, proferida no sindicato da Construção Civil, o ex-anarquista Octavio Brandão declarou que seu ideal seria a conciliação entre Marx e Bakunin, entre Lenin e Kropotkin, entre o centralismo e o federalismo, o que para Adelino era “querer conciliar o inconciliável”. Na medida em que o próprio Brandão declarava que a “História não marcha a praso de accordo com as nossas paixões”, se percebia que

nós, simples continuadores das theorias desses gigantes, não podemos conciliar os pontos que eles mesmos demonstraram ser irreductíveis, oppostos, contradictórios. É sabida a lucta travada no seio da Internacional entre Marx e Bakunine, cujo o centralismo e o federalismo mutuamente se repeliam. É conhecida também a intolerancia dos marxistas para com as theorias libertárias e o próprio Marx acabou por expulsar da Internacional Bakunine e seus adeptos, por julgar perniciosos so

98 A Plebe, n. 199, 20-12-1922.

surto de suas ideias e de suas ambições.

Agora mesmo, na Rússia, com a caça que Lenine e seus apaniguados dão aos elementos anarquistas, às suas iniciativas e à sua propaganda, bem se concebe a impossibilidade de estabelecer acordo, harmonia. Falar em conciliar Lenine e Kropotkine, quando aquelle impede até a publicação das obras deste, é o cumulo da ingenuidade.

E tanto não se concebe tal acordo, tal conciliação, que os bolchevistas brasileiros precisaram formar partido à parte, fora do anarchismo, tão disparatada seria a união, o casamento de elementos tão heterogeneos. Paz entre nós! É verdade que seria desejável. Mas nós não temos culpa dos desvios, das rectificações, das contradicções dos outros. Nós estamos onde sempre estivemos. A luta, a confusão, o desacordo não surgiu do nosso meio (A Plebe, n.182, 27-5-1922).

Esse “confusionismo” que os bolcheviques brasileiros realizavam, ao associar ideias que para Adelino eram tão díspares, tinha uma intencionalidade política. Na medida em que os anarquistas tinham grande influência no movimento operário, tanto em ideias quanto em organização, a estratégia adotada pelos comunistas foi a de associar, num primeiro momento, as doutrinas políticas, para poder cooptar aqueles que viam na Revolução Russa a grande salvação da classe proletária.

Pelo exposto bem se compreende a razão que nos assistem nossas críticas à propaganda e à vida do bolchevismo. Ficar calados, não reagir, era correr o risco de sermos absorvidos; e nem os bolchevistas desejam outra coisa que atrelar-nos ao carro de suas ambições e desejos (Idem).

Por fim, o que se deveria esclarecer aos leitores d'A Plebe era as diferenças das propostas de organização social de comunistas e anarquistas. Para Adelino, os comunistas propunham a “dictadura tão mal baptisada de proletaria”, pois esta não beneficiava, de fato, o trabalhador, mas sim uma nova elite pertencente ao partido comunista. Por isso, se o Estado engendra novos dominadores, o papel dos anarquistas consistia

coordenar todos os elementos dispersos e esforçarmo-nos por lhes exprimir a significação do momento presente e a necessidade que todos os anarquistas tem de estudar todos os problemas no tapete da discussão e que exigem solução imediata e racional: problemas de produção, de repartição ou distribuição; problemas de estatística e de troca de productos; meios de uma nação se bastar a si mesma, dado o caso de um bloqueio ou de um boicote internacional; procurar meios de manter relações com grupos afins de todo o mundo; publicação em grande escala de folhetos elucidativos das questões em debate e a resolver; criar nucleos de resistencia em todos os lugares possíveis, etc. (Ibdem).

As reflexões necessárias que Adelino de Pinho considerava mais urgentes, naquele contexto, eram a *autogestão* de campos, fábricas e oficinas, abastecendo toda a população de um país, mesmo em uma situação revolucionária; buscar construir meios de difusão das ideias de transformações sociais; e também, criar órgãos de resistência dentro e fora do país que estivessem em constante comunicação, tencionando em direção a um processo revolucionário. Portanto, Adelino sentia a necessidade de se refletir a sociedade do presente e do porvir sem a presença de um Estado.

Mostrando que as propostas de organização social e as teorias anarquistas eram irreduzivelmente antagônicas àquelas que os bolcheviques pregavam, Adelino contrariava o que havia dito em seus artigos de 1919 e das colocações de muitos de seus companheiros, como Gigi Damiani. Apesar de considerar que os anarquistas estavam no mesmo lugar onde sempre estiveram, ao analisar os impactos da Revolução Russa nos anarquistas das primeiras décadas do século XX, percebemos que este caminho foi extremamente acidentado e irregular. Por mais que Adelino de Pinho estivesse, em 1922, firmando ideais que defendia há muito tempo, ao estudarmos sua trajetória militante, notamos que tal caminho não seguiu uma ordenação cronológica, na qual se reconhece uma personalidade coerente e estável, sem variações de comportamentos e ideias, onde cada escolha não estivesse tomada de incerteza. (LEVI, 2006, p.169) No entanto, não podemos julgar simplesmente como incoerente as ações desses anarquistas quando enfrentaram tal situação, pois é a partir da compreensão da ação humana e de seus

condicionamentos históricos que é possível entender a trajetória de indivíduos que possuíam aspirações válidas nos termos de suas próprias experiências (SCHMIDT, 1997, p.83-84).

3.3. A autonomia operária

Apesar dos acidentes e irregularidades da trajetória militante de Adelino de Pinho, podemos encontrar também permanências e perenidade, principalmente, acerca de sua postura sobre o movimento operário. Desde o início de sua militância, até os últimos escritos que conseguimos reunir, Adelino de Pinho deu muita importância à autonomia do movimento operário em relação à burguesia e aos governantes, mesmo os que eram considerados mais próximos ou sensíveis chamada “questão social”.

Este foi o caso de Ruy Barbosa quando de sua candidatura em 1919. Adelino publicou no jornal de A Plebe um artigo falando como que a “questão social” havia sido abordada pelo candidato à presidência da República de maneira superficial, buscando não se comprometer com ponto tão delicado. No entanto, o pouco que abordou, Ruy Barbosa falou sobre a necessidade de se rever o artigo 72 da Constituição, sobre a expulsão dos “indesejáveis” estrangeiros, que aportavam em terras brasileiras para se aproveitar da grandesa e riqueza do país.

Para Adelino, na medida em que Ruy Barbosa tratava o estrangeiro um inimigo a ser combatido, tinha como intenção desunir a classe operária colocando uns contra os outros. Portanto, a classe política considerava intolerável

O operário interessar-se pelo seu companheiro de infortúnios e de desgraças e pretender-lhe abrir-lhe os olhos e o entendimento, que o faça vislumbrar uma sociedade onde a justiça e o bom senso não sejam mythos e vans phantasias como nesta sociedade que nos esmaga. Para estes, o menos que lhes pode succeder é serem mettidos nos porões infectos de um navio e remettidos para a Europa com a pecha de anarchistas, o que não é nenhum desdouro para os mesmos, mas sim o condunfil-os muitas vezes e, sempre, propositalmente, com criminosos vulgares. O revolucionário, o socialista, o anarchista, eis o inimigo (A Plebe, n.2, 1-3-1919).

Esta seria uma posição ocupada não apenas por Ruy Barbosa, mas por todos os políticos que, a uma só voz, proclamavam a urgência e necessidade de se desfazerem destes “indesejáveis”, que viviam no meio operário.

E o Sr. Ruy Barbosa, como “maior celebração do Brasil”, não se desdoura em chefiar esta corrente de ódio e de montaria aos desinteressados paladinos, únicos e sinceros defensores da classe trabalhadora (Idem).

No entanto, os trabalhadores, segundo Pinho, não mais se deixavam influenciar e ludibriar pela retórica e falsas promessas dos políticos. A classe operária já tinha a consciência de que as transformações acontecem na luta, por isso seu interesse imediato seria

desfazer-se de toda a casta de carrascos mais ou menos parladores, mais ou menos mascarados de amigos ursos do operariado. “A emancipação dos trabalhadores ha-de ser obra dos mesmos trabalhadores”.

Elles prescindem de intromissões estranhas em seu seio. Elles são os unicos guias e defensores de seus interesses, os unicos arbitros das suas questões, reclamações e atribuições.

As melhorias que gozam foram conquistada por uma luta perenne, constante e persistente. Toda a vida houve política e esta sempre procurou manter o povo na submissão, no embrutecimento e nas trevas da ignorância.

(...)

O que há de fazer é deixar os políticos todos, Ruy Barbosa inclusive, que vão desfructando a delícia de suas sinecuras, enquanto o vendaval renovador não chega até estas paragens da América.

Até então, os operários têm apenas de ir aplanar o terreno, lutando por conta própria, sem a intromissão de semelhantes intrujões e exploradores (Ibdem).

A questão social, em 1919, se encontrava em disputa. Políticos, como Ruy Barbosa, viam tal ponto como algo importante de se debater, sob a perspectiva estadista. Porém, não eram apenas os políticos a querer se apropriar da questão, também a Igreja procupu aborda-la. Dom João Nery, bispo de Campinas, quando de sua visita à cidade de São Paulo fez uma fala sob o tema: “O operariado e o capitalista”.

Para Adelino, tal ponto era fundamental ser abordado, tendo em vista que todos os governantes debruçavam-se sobre ela buscando resolvê-la, mas

não conseguem porque são incapazes de compreender, de executar e realizar medidas, reformas e transformações que seriam o suicídio de todos os governos, seriam o descalabro de todos os governantes e, como todos os organismos, mesmo os mais nocivos, procuram prolongar a existência, evitam a recorrer aos meios extremos na ilusão de que o perigo não é iminente (A Plebe, n.4, 15-3-1919).

Segundo Adelino, o bispo de Campinas procurou se esquivar desse ponto recorrendo à uma outra argumentação ao levantar a pergunta ao auditório

quem se cometeria a missão de se resolver a questão social.

<E as pedras, disse s. Exa, e os homens e os séculos responderam, a Igreja>.

Mentira torpe, descarada, mentira! É aos operários, é aos desgraçados, é aos sem pão e sem abrigo que compete a resolver e resolverão, não demora muito, a Questão Social, mesmo sem o beneplácito e o consentimento das igrejas e dos seus pantafaçudos ministros (Idem).

Segundo Adelino de Pinho, não teria como a Igreja ter sido a instituição capaz de resolver os problemas sociais já que ela, ao longo de sua história, esteve ao lado daqueles que buscavam manter na ignorância as classes subalternas, na medida em que se colocava como “inimiga irreconciliável e fidalga da ciência”, perseguindo todos aqueles que dedicavam suas vidas às descobertas científicas. Os interesses da Igreja não eram os mesmos dos oprimidos e explorados, por isso não seria capaz de resolver qualquer questão que envolvesse os trabalhadores

E se tudo que há de belo, de útil e grandioso no mundo tem sido fóra e contra a vontade e interesse da Igreja, a que vem essa afirmação de que a esta é que compete resolver a Questão Social?

A Igreja não resolverá a Questão Social e nem a questão religiosa resolve. A Questão Social está em boas mãos. Os interessados a resolverão fóra e contra os cânones da igreja, e a questão religiosa também será resolvida, mas não pelos processos seguidos até aqui (Ibidem).

A igreja, portanto, seria incapaz de resolver mesmo os problemas a que se

propunha resolver, pois, para Adelino, os problemas não eram resolvidos pelas autoridades competentes, que olhavam de cima e de fora dos lugares onde os problemas surgiam. As pessoas que enfrentavam os problemas, fossem eles sociais ou religiosos, deveriam ser as responsáveis por solucionar as suas próprias dificuldades.

Neste sentido, a *autonomia* almejada por Adelino era de um sentido *relacional*, ou seja, a classe operária deveria construir respostas partindo de suas próprias referências, sem a interferência de sujeitos estranhos à ela. Não cabia a Igreja e à classe política resolver os problemas da classe operária, mas ela mesma. Não seria também, função de um partido resolver tais questões, mesmo que este partido se colocasse como o partido dos trabalhadores. A luta pela *autonomia* da classe trabalhadora contra os elementos externos à ela era o que possibilitava a construção de sua consciência de classe.

Apesar de Adelino, como vimos, ter mudado sua postura acerca da Revolução Russa e dos bolcheviques somente em 1921, em 1920 escreveu um artigo sobre um recente partido que reunia “hibridamente elementos revolucionários e elementos [eleitóreiros], participando da rua e do parlamento” e que para resultava numa “salada de frutas mais divertida do mundo” (A Plebe, n.88, 6-11-1920).

Adelino reservava para si o respeito à todos os grupos e tendências que buscavam a transformação social, e que essas divergências fossem discutidas abertamente no maior respeito possível mostrando aos trabalhadores as incongruências das posturas partidárias, o que seria ao mesmo tempo uma “obra verdadeiramente educativa e revolucionaria ao mesmo tempo” (Idem).

Até aquele momento no Brasil, diferentemente do que acontecia na Argentina e na Europa, os profissionais liberais não haviam formado partido buscando absorver as demandas da classe operária os dividindo ainda mais. Para Adelino, a luta travada pelo

movimento sindicalista e revolucionario deve-se aos esforços, aos sacrificios e à abnegação dos militantes anarquistas que não têm poupado nenhuma dedicação, nem recuado de qualquer precalço, contanto que orientem o operariado brasileiro pela senda do caminho revolucionario, da luta de classes e da ação direta, que ha

de levar ao termo de sua regeneração e emancipação econômica, moral e física (Ibdem).

Portanto, Pinho via como incoerente e sem sentido liberais e companheiros brasileiros realmente combativos formarem um partido com elementos tão heterogêneos e com objetivos tão diversos, o que impedia que a Revolução Social fosse concretizada. A conciliação entre a burguesia e a classe operária seria impossível de se realizar, pois os objetivos que almeja a burguesia são diferentes, e em certos casos opostos à da classe operária. Ao se filiarem no mesmo partido, a burguesia deslocaria as preocupações específicas dos trabalhadores para os seus próprios problemas, acabando com sua autonomia. Desse modo, Adelino recomendava à classe trabalhadora continuar os trabalhos que já haviam feito até aquele momento, pois o momento seria de

luta resoluta, e não de rodeios, de circunloquios, de eufemismos moraes e outros. O caminho seguido tem dado ótimos resultados. Pois continuei trilhar a mesma senda. Ela vos levará ao Paiz da Anarquia (Ibdem).

Adelino continuou a se posicionar à favor da autonomia operária durante toda a sua militância, seja pela escrita, seja na atuação direta da organização de sindicatos. Em 22 de julho de 1922, Adelino, assinando sob o pseudônimo de Pinho de Riga, publicou um texto fazendo um resgate histórico da relação entre movimento operário, sindicalismo e o anarquismo. Ressaltou que os militantes anarquistas foram os que sempre pensaram na autonomia dos operários. Em 4 de novembro de 1922, no número 194 d'A Plebe, Adelino comentava como que as organizações políticas demagógicas – os partidos – e a classe política queriam perverter as organizações operárias a seus interesses particulares.

Apesar da posição firme e otimista de Adelino em relação à autonomia operária, em 1924 um acontecimento mudou decisivamente os rumos da militância anarquista em São Paulo: a revolta tenentista. Tal “revolução” não era aquela almejada pelos trabalhadores sindicalistas e anarquistas, pois suas pautas faziam referência a uma situação específica à classe militar. Na avaliação dos anarquistas, apesar dessa revolta não possuir caráter popular, ela combatia certas injustiças que

alinhavam os tenentistas à causa dos oprimidos. Os militantes libertários avaliaram que a revolta poderia servir à causa da emancipação dos oprimidos, se caso fosse direcionada e radicalizada por e pelos próprios oprimidos. Segundo Braga e Carlo Romani, tal premissa era a mesma do anarquista italiano Errico Malatesta (BRAGA, 2013; ROMANI, 2011).

Pedro Catallo, sapateiro e editor de diversos jornais anarquistas, foi testemunha ocular destes acontecimentos e, em suas memórias, recorda qual foi a posição dos militantes libertários neste momento:

Os anarquistas de São Paulo, durante esse período revolucionário, reuniam-se diariamente, procurando um meio de participar desse ato sem comprometer o Ideal. Resolveu-se, então, fazer ao general Isidoro Dias Lopes a seguinte proposta: o general forneceria armas aos anarquistas que formariam um batalhão de civis para lutar contra o governo central, porém, autônomos, sem a disciplina e a ingerência militar. Está claro que o general não aceitou a proposta anarquista.

Depois disso os anarquistas decidiram publicar um manifesto no jornal A Plebe, definindo sua posição ante a luta política que estava se desenrolando. Esse manifesto foi assinado por um grande número de militantes libertários (CATALLO, 2007: 20-21).

(grifos nossos)

Após a derrota das forças tenentistas, adveio uma verdadeira caça às bruxas. O governo do Estado de São Paulo passou a perseguir todos aqueles que colaboraram com os tenentistas, inclusive os militantes anarquistas. Deportações, prisões, fugas e mortes que tanto tenentistas, como militantes libertários e criminosos comuns enfrentaram por esse período, remontam uma história que ainda carece de muitos estudos. Pesquisas recentes buscaram trabalhar esse importante período histórico, como a do historiador Alexandre Samis no livro “*Clevelândia, Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*”, “*Clevelândia, Oiapoque - Aqui começa o Brasil!*” de Carlo Romani e “*Pedro Augusto Motta: Militância Libertária e verbo de fogo*”, de Victor Braga.

Esses trabalhos revelam como que os militantes anarquistas foram perseguidos, sistematicamente, pelo poder público antes e depois do governo de Getúlio Vargas. Segundo Samis, os anarquistas foram os primeiros a serem perseguidos, por terem forte influencia nos meios operários e também por não

corroborar com a proposta política parlamentar oficial (SAMIS, 2002).

Após forte repressão, durante o governo de Arthur Bernardes (1924-1927), os anarquistas voltaram a se reorganizar e o jornal A Plebe foi reaberto. Sendo que nesse período, verificamos a atuação decisiva de Adelino de Pinho tanto n'A Plebe quanto na FOSP. Na década de 1930, Adelino foi fundamental para a reorganização do movimento anarquista e também de suas articulações com o movimento operário. Quando da prisão de Rodolpho Felipe, tomou seu lugar e administrou e distribuiu o jornal nos meios operários. Segundo um policial infiltrado, em uma das reuniões da Federação Operária de São Paulo:

Ficamos sabendo que Rodolpho Felipe, na Plebe, não passa de simples figura decorativa, porque quem tudo faz é um tal de Adelino de Pinho (Doc.2, Prontuário DEOPS-SP no. 04 – Adelino de Pinho).

Tendo em vista a proximidade de Adelino ao sindicalismo paulista, a historiadora Raquel de Azevedo comenta que Pinho se colocava no mesmo lugar daqueles anarquistas favoráveis a atuação em sindicatos, diferentes dos que argumentavam seu caráter reformista. Para Adelino de Pinho, o sindicato não era um fim em si mesmo, não tinha como horizonte a emancipação e não era essencialmente revolucionário. No entanto, existiam dois tipos de sindicalismo: o verdadeiramente revolucionário e os “amarelos” e “pelegos”. Azevedo colocou que Adelino tinha como referência as experiências da *Confederación Nacional del Trabajo (C.N.T.)*, organização sindical anarco-sindicalista e ligada à Federação Anarquista Ibérica portuguesa:

Tomando Portugal como segunda referência, Adelino de Pinho falava dos anarquistas que haviam se distanciado dos sindicatos devido a rugas pessoais, mas que retornaram anos depois, trazendo ao movimento operário tal incremento que foi necessária a ditadura de Salazar para contê-los. Pinho propunha, então, fundado no exemplo português, a ação conjunta que traria benefícios tanto aos sindicatos como aos grupos, sendo fundamental para estes últimos a experiência da rebeldia através do contato com a realidade dos trabalhadores. A prática sindical serviria como uma efetivação do anarquismo no presente, evitando-se o adiamento da efetivação do sonho libertário para um futuro remoto (AZEVEDO, 2002: 87).

Partindo dessas premissas, Adelino escreveu o artigo “*Ideias de Reconstrução Social*”, publicado em dois números do jornal A Plebe (A Plebe, n.60, 14-01-1934 e n.63, 26-05-1934). Acerca da questão da *autonomia operária*, Adelino ressaltava que o “sindicato tapeador, cristão, legal, água de rosa, pó de arroz, que de sindicalista só tem a máscara, a gazua, o engodo que mistificam os pobres e inconscientes trabalhadores”, serviam aos interesses de seus “pastores e impostores caudilhos, políticos ou sacerdotes”, mas nem por isso os anarquistas deveriam abrir mão dos sindicatos.

Então, só porque todos o usam (os sindicatos) para fins diferentes não presta? Numa época em que o anarquismo e o sindicalismo não existiam inventou-se a imprensa. Seria bom que só nós nos utilizássemos dela. A verdade, porém, é que ela serve a todos os partidos e a todas as seitas e a quem mais serviu e serve foi à religião católica e basta saber que o primeiro livro que Gutenberg imprimiu foi a Bíblia.

Vamos só por isso abandonar a imprensa? Só porque serve a todos vamos dizer que não presta e que está desacreditada?

Certamente o sindicalismo ou as associações de classe ou de resistência – deem-lhe o nome que queiram – precisa mais do que nunca – preparar-se para afrontar, debater, estudar, resolver e debelar questões prementes e formidáveis que a guerra e a presente crise social que avassala e abala o mundo burguês – [o capitalismo] produziu, provocou e avolumou, as quais precisam solução rápida e radical, do contrário a classe proletária ver-se-á precipitada, mergulhada e envolvida numa situação de miséria horrorosa, sem emprego, sem trabalho e sem pão. Não há outro dilema: Revolução ou Escravidão. A salvação da burguesia reside na servilização completa e total do proletariado; dar a este um ordenado miserável, irrisório, para ela baratear o preço dos artigos e poder fazer concorrência aos produtos congêneres mundiais. A burguesia quer vencer as dificuldades, não à sua custa, mas à custa do trabalhador, do operário, do pobre, sem apoio e amparo. Ela não sonha nem por sombra em diminuir os seus gastos, em renunciar seus privilégios de casta e de classe, em abandonar as regalias que lhe conferem a posse do poder, a posse do outro e a posse das grandes propriedades. Desta forma só tem uma saída. Desapertar para o lado do trabalhador. Como sempre, a corda quebra para o lado mais fraco.

Desta forma, os trabalhadores devem se preparar para a Revolução. Só esta os impedirá de cair no mais negro cativo (A Plebe, n.63, 26-05-1934).

Seria, portanto, função dos trabalhadores organizar o sindicato num sentido revolucionário, pois se assim não o fizessem estariam fadados à dominação e servidão das classes dominantes. Apesar de estar debatendo acerca da postura dos anarquistas no sindicato, Adelino colocava que seria função dos trabalhadores se organizarem, e os anarquistas estariam lado a lado dos trabalhadores por serem trabalhadores. Não seriam seus dirigentes, nem a vanguarda revolucionária, mas sim *minorias ativas* que tencionariam para um sentido cada vez mais libertário. Esta posição não poderia se enquadrar como uma vanguarda, pois não seria estabelecida de cima, mas através da educação cotidiana que o sindicato oferece aos trabalhadores através da prática, da leitura e do estudo.

Por fim, para Adelino de Pinho, a função do sindicato revolucionário seria a de servir como “centro de luta no presente e núcleo de estudo e de preparo para o futuro”. Assim, Adelino partilhava da mesma posição da Associação Internacional dos Trabalhadores quando de seu Congresso em 1869 da Basileia. Neste congresso, os trabalhadores sustentaram a ideia de que a estrutura organizacional da Internacional, deveria se contituir como “um Estado dentro do Estado”. Como o libertário federalista Cesar De Paepe defendeu, os sindicatos

por sua federação e sua agrupação, organizam o proletariado e acabam por construir um Estado no Estado, um Estado econômico operário, em meio a um estado político burguês. Esse Estado se encontra naturalmente representado pelos delegados das corporações operárias que, ao proverem as necessidades atuais, constituem também o embrião administrativo do porvir... (NETTLAU in MALATESTA, 2014, p.26)

Adelino acreditava que este também deveria ser o papel do sindicato revolucionário, ainda mais no momento em que se encontrava, pois

Dada uma queda fragosa da burguesia, dado um abalo na estrutura burguesa que a derrube, os trabalhadores sindicados devem estar preparados para a vida social, [para que] a produção e distribuição de gêneros alimentícios e outros não sofra interrupção prolongada, o que viria afetar a marcha normal da Revolução. Uma grande metrópole como São Paulo e Rio, se ficasse dias, semanas, sem receber os

alimentos frescos no mercado para o consumo de seus habitantes, poderia ser presa das mais complicadas consequências. Depois, um país em revolução pode ser vítima dum bloqueio por parte dos países que continuassem aferrados à exploração burguesa. Nesse caso, diante duma perspectiva semelhante, é necessário que cada categoria de operários saiba e esteja a altura de poder remediar, com gêneros e matéria prima nacional, a falta produzida pela suspensão das importações. Por exemplo, os sapateiros. Seria necessário que tivessem ideias muito nítidas, muito exatas, de como poderiam remediar com couros nacionais, a falta de couro estrangeiros ou qualquer produtos importados, próprio para a fabricação de calçados. E o mesmo se diga para cada uma das outras profissões de trabalho útil, inadiável, indispensável (A Plebe, n.63, 26-05-1934).

Assim, fincando os pés bem firmes na tradição da Associação Internacional dos Trabalhadores, Adelino afirmava a autonomia operária onde a emancipação dos trabalhadores seria obra dos próprios trabalhadores, assim como a organização da futura sociedade, ao criarem instituições que partiriam de seus próprios interesses.

Porém, o período da década de 1930 não foi positivo para todos aqueles que lutavam pela emancipação operária, mesmo para os comunistas e socialistas, no geral. Com a instituição do Estado Novo em 1935, o movimento revolucionário foi praticamente desmantelado e, em 1937, o jornal A Plebe e a Federação Operária de São Paulo fecharam suas portas. Tendo em vista tal situação, Adelino escolheu se exilar em Poços de Caldas, abrindo uma pequena escola aos moldes racionalistas. Foi nesse período que Antonio Candido conheceu “o veemente Adelino Tavares de Pinho”, e assim o descreveu:

Era um português do Norte, atarracado e explosivo, que em moço tinha sido motoneiro e se intruíra por conta própria, chegando a publicar diversos opúsculos e a colaborar com abundância em jornais libertários. Grande leitor de Buckle e Spencer, além dos clássicos do anarquismo, adotava uma fórmula evolucionista com a teoria do “apoio mútuo”, e achava que o x da “questão social” era moral, e não a luta de classes. Odiava Stalin (“esse monstro com os bigodes pingando sangue”), embirrando em geral com os comunistas (CANDIDO, 2007, p.51-52).

Em 1985, quando Antônio Candido escrevia sobre a retidão, se lembrou de muitos militantes anarquistas, dentre eles

... o áspero Adelino Tavares de Pinho, que depois duma vida agitada foi parar em Poços de Caldas, onde vivia mais do que pobremente de uma escolinha para filhos de trabalhadores. Era português e creio que nos anos 1950 voltou à pátria para morrer.

(...) Escrevendo e falando, era violento, intransigente e apaixonado. Considerava o marxismo uma palhada totalitária e admirava sobretudo os racionalistas e evolucionistas do século XIX. Em Campinas, onde militava, atuou na famosa greve da Companhia Paulista (1906).

Através dele pude sentir a extraordinária fidelidade dos anarquistas daquele tempo às suas convicções; a tenacidade com que as defendia pela vida afora, mantendo elevada a temperatura da paixão libertária. E também a retidão com que viviam, - honestíssimos, puritanos, achando que os valores morais eram requisitos da revolução social e abominando o maquiavelismo da vida política.

Esta integridade, temperada de muita condidura, se traduzia inclusive pela sinceridade em todas as circunstâncias (...) (CANDIDO, 1985, p.20)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo, o Brasil ganhou novos ares democráticos e, em 1949, Adelino resolveu voltar a São Paulo, já que sua escola não conseguia concorrer com as escolas recém-abertas em Poços de Caldas. Em carta a Rodolpho Felipe, Pinho comentava que estava na casa de seu velho companheiro João Penteado e que procurava trabalho de professor na escola do Sindicato de Estabelecimento de Ensino Comercial.

Amigo Felipe: No fim do ano fomos estar com João Penteado, visitá-lo à Penha. Porém, lá soubemos que não morava mais naquela localidade. A 11 de janeiro regressei a Poços para liquidar os meus negócios e a 24 de fevereiro voltei à S. Paulo onde me encontro até agora. Em Poços, com a campanha de alfabetização abriram-se muitas escolas grátis, escoteiros, asilos, tudo e todos puseram escolas a funcionar. Até o grupo que só funcionava de dia abriu também curso noturno e eu fiquei sem alunos e

regressei do meu exílio de 11 anos de Poços de Caldas.⁹⁹ Abriguei-me como de costume, em casa de nosso amigo João Penteado, onde ainda me encontro. Já este mês de abril fiz uma cobrança (...) que a mesma pessoa me arranhou no Sindicato de Estabelecimento de Ensino Comercial (FELIPE, Rodolpho in CALSAVARA, 2012, p.187).

Neste momento, o Centro de Cultura Social reabriu suas portas no ano de 1945, e Adelino voltou a frequentar seu espaço, assistindo e realizando conferências. Foi nesse período que o jovem Jaime Cubero conheceu Adelino:

Conheci João Penteado e Adelino de Pinho quando o Centro de Cultura Social retomava suas atividades em 1945, após a queda da ditadura getulista. Eu, com dezoito anos, e os dois com idade avançada, participando de reuniões, palestras, excursões e festas. Eles falavam abordando temas de educação, área na qual desenvolveram o melhor de seus esforços nos longos anos de militância libertária. Ambos desempenharam papel destacado no desenvolvimento e na implantação das Escolas Modernas e racionalistas que o movimento anarcossindicalista, e libertário em geral, incentivou em todo o Brasil. A Escola Moderna nº 1 servia de paradigma para as outras (CUBEROS in SANTOS, 2009, p.165).

Em 1953, Adelino participou do Congresso Anarquista Nacional na Urca, Rio de Janeiro, mais precisamente no sótão da residência de José Oiticica. Depois foi morar em “Nossa Chácara”, sítio adquirido por anarquistas e naturistas, no bairro de Itaim. O fim de sua vida é um tanto incerto. Certas fontes dizem que acabou ficando pela região de Poços de Caldas, outras dizem que não se sabe de seu paradeiro, porém segundo o arquivo do Memorial do Imigrante, Adelino Tavares de Pinho retornou definitivamente para Portugal em 27 de março de 1957, escrevendo algumas cartas para João Penteado nesse período, em Roge e Maciera de Cambro, Portugal.

No entanto, na década de 1960, Adelino voltou para as terras onde se formou anarquista. Pedro Catallo¹⁰⁰, quando escreveu suas memórias, nos fala da

99E como a carta data de 3 de maio de 1949, sabemos que Adelino exilou-se em Poços por volta do ano de 1938, logo depois do fechamento da FOSP e d'A Plebe.

100Pedro Catallo foi um importante anarquista principalmente nos anos 1930 em São Paulo. Segundo Rodrigo Rosa, Catalo foi “poeta e sapateiro nascido em 1901, teve seu primeiro contato com o anarquismo em 1921 quando ingressou na União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas de São Paulo. Participou ativamente de diversas greves, da campanha pró Sacco e Vanzetti

visita que recebeu

Adelino de Pinho foi proibido de lecionar ou manter escolas. Ao invés do Brasil reconhecer a extraordinária obra de alfabetização realizada por esse homem, por iniciativa própria, e quando havia escolas apenas para bem pouca gente, e quando era difícil encontrar entre o povo proletário alguém que soubesse ler, Adelino de Pinho não mais pôde lecionar e teve a sua vida enormemente complicada. Ainda nestes dias, em que estou escrevendo estas lembranças, foi trazido de carro por seu genro, para fazer-me uma visita. Ao me ver ficou de tal forma emocionado que temi que lhe acontecesse alguma coisa, chorava com as mãos postas no coração. Almoçou comigo, bastante lúcido e com 84 anos (CATALLO, 2007).

Se as informações de Catallo estiverem corretas, podemos dizer que Adelino Tavares de Pinho estava vivo, visitando um velho amigo anarquista de São Paulo em 1969.¹⁰¹ Depois de tanto tempo, o velho anarquista, professor e sindicalista, rememorava com seu companheiro, talvez com saudades, os tempos em que o anarquismo fazia parte do movimento operário, que servia de guia para muitas pessoas e que naquele contexto de ditadura militar, sua luz, apesar de muito fraca, quase apagada, se mantinha ainda viva.

e das agitações anti-fascistas. Em 1928, com outros companheiros sapateiros, fundou o Grupo Teatral da União dos Artífices em Calçados e encenou diversas peças libertárias. Escreveu, traduziu e dirigiu muitas peças teatrais, ganhando até prêmios como o do Festival de Teatro promovido pela Federação Paulista de Teatro Amador. Fundou os jornais O Libertário e Dealbar e morreu em 1969, deixando uma extensa obra teatral. Catallo também escreveu diversos hinos e canções, assim como produziu versões em português de músicas estrangeiras, sempre pregando o ideal anarquista e denunciando os males sociais que afligiam os trabalhadores. A vida e a importância da obra deste incansável militante anarquista ainda estão por ser escritas, e junto a elas, sem dúvida, surgirá boa parte da história do teatro e da música anarquista no Brasil.” SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo*, dissertação de mestrado, Unicamp, 2005.

¹⁰¹É provável que Pedro Catallo possa ter se confundido nas datas em seu relato, pois suas memórias foram escritas em 1965. Mas podemos supor que Adelino estava vivo e em São Paulo ainda na década de 1960 quando de sua visita.

Considerações finais

O início do século XX foi um período de convulsões, revoltas e revoluções sociais associadas à esperança de por fim à exploração econômica e social e à opressão política. Por todo o globo, acontecimentos motivaram trabalhadores e trabalhadoras a radicalizar cada vez mais. Na Rússia (1905 e 1917), México (1910), Espanha (1936), São Paulo (1917) e em muitos outros lugares, a ideia da Revolução Social serviu como argamassa que uniu, e também desuniu, trabalhadores de todo o mundo.

Esses “tempos sombrios” trouxeram consigo, inclusive, uma “luz incerta, bruxulenta e frequentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi dado na Terra” (ARENDR, 2008, p.9).

Adelino de Pinho foi afetado por esse tempo histórico, que amalgamou suas experiências e a maneira como viveu. E, como muitos do seu tempo, conheceu as angústias, sofrimentos e alegrias dos trabalhadores, mas a sua condição de militante anarquista lhe proporcionou experiências diversas, nem sempre as mesmas vividas por muitos operários naqueles “tempos sombrios”.

Adelino de Pinho, como muitos anarquistas, foi influenciado pelas ideias de Paul Robin, Kropotkin, Reclus, Bakunin, Malatesta e muitos outros. Apesar disso não podemos enquadrá-lo tão facilmente numa dada corrente ou tendência do anarquismo. Adelino congregava ideias coletivistas, anarco-comunistas e sindicalistas que o moviam em um sentido anarquista, sendo difícil adjetivá-lo como pertencente a uma tendência ou outra. O que buscou, durante toda sua militância, foi fortalecer o movimento operário por meio da educação anarquista e de uma organização libertária.

Ao pesquisar a trajetória militante de Adelino de Pinho, ao longo das três primeiras décadas do século XX em São Paulo, percebemos que o movimento anarquista teve sua relevância nas lutas sindicais até a instauração do Estado Novo. Mesmo após o acirramento das disputas com os bolcheviques, socialistas e sindicalistas “amarelos”, principalmente a partir dos anos 1920, os anarquistas conseguiram organizar sindicatos bastante expressivos, como foi o caso da FOSP. Com a instituição do Estado corporativo getulista, os anarquistas não conseguiram responder às pressões que lhes recaíram e foram os primeiros a serem caçados. Depois, todo o movimento revolucionário foi desmantelado pelos aparatos

repressivos estatais e os trabalhadores foram cooptados pelo canto das sereias das Leis Sindicais, Férias e, por fim, a CLT. Tais efeitos, desastrosos para o movimento operário, podem ser sentidos até os dias de hoje.

A ideia de *autonomia* que nos legou Adelino de Pinho começa a se restaurar sob novas formas. Acreditamos que trazer à tona figuras como desse militante possa contribuir para a compreensão de como um indivíduo conseguiu responder a circunstâncias tão extremas que enfrentou, oferecendo respostas, ideias e ações no trabalho cotidiano, nos jornais e na educação. Temos consciência que Adelino Tavares de Pinho viveu uma totalidade que historicamente é difícil de apreender plenamente, por isso, apresentamos uma pequena parcela da complexidade inerente que compõe o indivíduo, que lutou e buscou construir um dos valores mais caros à humanidade, *a liberdade*.

Fontes

Jornais:

A Plebe

A Lanterna

A Voz do Trabalhador O Início

O Boletim da Escola Moderna Boletim da Aliança Anarquista

Bibliografia

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes, *Usos & Abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ANTONY, Michel. Os Microcosmos. Experiências utópicas libertárias sobretudo pedagógicas: “Utopedagogias”, Editora Imaginário, São Paulo, 2011.

AVEZEDO, Raquel. A Resistência Anarquista, uma questão de identidade (1927 – 1937), Arquivo do Estado-Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2002.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 2000.

BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*, Editora Cortez, São Paulo, 1988.

_____. *A Ciência e a questão vital da Revolução*, São Paulo, Editora Imaginário e Editora Faísca, 2009.

_____. *A Instrução Integral*, São Paulo, Editora Imaginário, 2003.

BRAGA, Francisco Victor Pereira. *Pedro Augusto Motta: Militância Libertária e verbo de fogo*, dissertação de mestrado em história, UFC, 2013.

BENJAMIN, Water. *Sobre o conceito da História*, in *Walter Benjamin, obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*, in *Razões Práticas, sobre a teoria da ação*, Campinas, SP, Editora Papyrus, 2008.

BURKE, Peter (org). *A Escrita da História, novas perspectivas*, São Paulo, Editora UNESP, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Sobre a Retidão*, Coleção Remate de Males, n.5, 1925.

CANDIDO, Antônio. *Teresina e seus amigos*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

CALSAVARA, Tatiana da Silva. *A militância anarquista através das relações mantidas por João Penteado: estratégias de sobrevivência pós anos 20*, tese de doutorado em educação pela USP, 2012.

CATALLO, Pedro. *Subsídios para a história do movimento social no Brasil*. Revista Verve, nº11, São Paulo, PUC-SP.

COLOMBO, Eduardo. *Análise do Estado - O Estado como Paradigma de Poder*, São Paulo, Editora Imaginário, 2001.

CORRÊA, Felipe. Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica, dissertação

de mestrado em Ciências pela USP-EACH, 2012.

CODELLO, Francesco. “A Boa Educação”, experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Goldwin a Neil, vol.1: A Teoria, Editora Imaginário, 2007.

CUBERO, Jaime. A Organização Específica. Disponível em <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/org/08orgespecifica.htm>

CUNHA, Eduardo A. S. Breves apontamentos sobre a concepção de História no pensamento de Élisée Reclus, conferência proferida no Colóquio Internacional Ciência e Anarquismo, 2013.

CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado, pesquisas de antropologia política, Cosas & Naif, São Paulo, 2003.

CRISPIM, João. VASCO, Neno. O Anarquismo no Sindicato in Anarquistas no Sindicato – Um debate entre Neno Vasco e João Crispim, Editora Biblioteca Terra Livre e Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheri, São Paulo e Santos, 2014

DEMINICIS, Rafael B. e FILHO, Daniel A. (orgs.), *História do Anarquismo no Brasil Vol. 1*, Rio de Janeiro, EDUFF e MAUAD, 2006.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico. Escrever uma vida*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DUARTE, Regina Horta. *A Imagem Rebelde: A trajetória libertária de Avelino Fóscolo*, Dissertação de mestrado da UNICAMP, 1988.

FUNDACIÓN ANSELMO LORENZO, *Anselmo Lorenzo o El Proletariado Militante* (<http://fal.cnt.es/?q=node/4832>).

GUARDIA, Francisco Ferrer y. *A Escola Moderna*, Editora Biblioteca Terra Livre, São Paulo, 2014.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

HERMAN, Arthur. *A ideia de decadência na história do ocidente*, Editora Record, Rio de Janeiro, São Paulo, 1999.

JOMINI, Regina Célia Mazoni. *Uma educação para a solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na Republica Velha*, mestrado UNICAMP, 1989.

JOYEUX, Maurice. Reflexões sobre a anarquia, Editora Imaginário, São Paulo, 1999.

KHOURY, Yara M. Aun. Edgard Leuenroth: uma voz libertária, imprensa memória e militância anarco-sindicalistas, tese de doutorado em sociologia, USP, 1988.

KROPOTKIN, Piotr. *A Conquista do Pão*, São Paulo, Editora Achiamé, 2011.

_____. *A Anarquia, sua filosofia, seu ideal*, São Paulo, Editora Imaginário, 2001.

_____. *Humanismo Libertário e a ciência moderna*, São Paulo, Cooperativa Editora Mundo Livre, 1960.

_____. *Ajuda Mútua, um fator evolutivo*, São Sebastião, Editora A Senhora, 2009.

_____. *La scienza moderna e l'anarchia*, Genebra, 1913.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*, in BURKE, Peter (org). *A Escrita da História, novas perspectivas*, São Paulo, Editora UNESP, 1992.

LOPREATO, Christina da Silva R. *O Espírito da Revolta (A Greve Geral Anarquista de 1917)*. Tese de doutorado, UNICAMP, 1996.

LORENZO, Anselmo. *Indivíduo e coletividade*, Revista Blanca, nº 128, 1903.

LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*, in REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. *Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica*, realizada por Benito Bisso Schmidt, Revista Métis: História & Cultura – v. 2, n. 3, jan./jun. 2003.

LUIZETTO, Flavio. *Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional – 1900-1920*, Tese de Doutorado, UFSCAR.

MALATESTA, Errico. *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*, Editora Imaginário, São Paulo, 2014.

_____. *Escritos Revolucionários*, São Paulo, Editora Novos Tempos, 1989.

_____. *Revista Novos Tempos, Faces do Horror*, Publicação Anarquista Quadrimestral, São Paulo, terceiro quadrimestre de 2001, tradução de Plínio Augusto Coelho

MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917), São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, p.49.

MATEUS, João Gabriel da Fonseca. O sindicalismo revolucionário como estratégia dos Congressos Operários (1906, 1913, 1920). s/d, Instituto de Teoria e História Anarquista, <http://ithanarquista.wordpress.com/>

MAKHNO, Nestor; SKIRDA, Alexandre; BERKMAN, Alexandre. Nestor Makhno e a Revolução Social na Ucrânia, Editora Imaginário, 2001.

MORAES, José Damiro de. Escolas Modernas nº1 e nº2. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_escola_moderna_n_1.htm e

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_escola_moderna_n_2.htm s/d.

_____, Educação Anarquista no Brasil na Primeira República. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_052.html.

_____. Leitura que recomendamos – o que todos devem ler: impressos didáticos e ensino de história nas escolas anarquistas, Cadernos de História da Educação, v. 12, n. 1, jan.jun. 2013, p.48.

MORYION, Felix G., Educação Libertária, Artmed, Porto Alegre, 1989.

NASCIMENTO, Rogério, *Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista*, Rio de Janeiro, 2000.

MARCOS, Valéria de. Giovanni Rossi e a Colônia Cecília. In. _____. Construindo (u)topias: produção coletiva e comunitária e outras formas de organização alternativas para a produção camponesa no século XXI. Relatório técnico científico ao CNPQ, Edital Universal 2006/2008 processo 486024/2006-7. DG FFLCH. 2009.

MECHOSO, Juan. O que é ideologia? Disponível na internet em cabn.libertar.org . Acessado em 16 de fevereiro de 2015.

MORIYÓN, Félix Garcia (org.). Educação Libertária. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

MUNAKATA, Kazumi. A Legislação trabalhista no Brasil, Brasiliense, São Paulo, 1981.

NETTLAU, Max. História da Anarquia das origens ao anarco-comunismo, tradução

- de Plínio Augusto Coêlho, Editora Hedra, São Paulo, 2008.
- PELLOUTIER, Fernand. Carta aos Anarquistas em O Anarquismo e os Sindicatos Operários, Editora Imaginário, Instituto de Estudos Libertários, São Paulo, 2013.
- PERON, Cayton. Ação Direta: Transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo, (1892-1908), tese de doutorado, USP, 2013.
- PINHO, Adelino Tavares de. *Pela Educação e Pelo Trabalho e outros escritos*, São Paulo, Editora Biblioteca Terra Livre, 2012.
- RAYNAUD, Jean-Marc. Paul Robin e o orfanato de Cempuis em Educação Libertária, Teoria e Prática Libertárias em Educação, Editora Imaginário, Instituto de Estudos Libertários, São Paulo-Rio de Janeiro, n.2, março de 2014.
- RECLUS, Élisée. *Evolução, Revolução e o Ideal Anarquista*, São Paulo, Editora Imaginário, 2002.
- _____. *A Anarquia*, São Paulo, Editora Biblioteca Terra Livre, 2011.
- REVEL, Jacques. *A história ao revés-do-chão* in LEVI, Giovanni. *A herança imaterial, trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000
- RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros – 1*. Rio de Janeiro: Editores Associados, 1994.
- ROCKER, Rudolf. *A insuficiência do materialismo histórico e Política e Religião*, Rio de Janeiro, Organizações Simões Editora, 1956.
- _____. *Os soviets traídos pelos bolcheviques*, tradução de Plínio Augusto Coelho, editora Hedra, São Paulo, 2007
- ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: Uma aventura anarquista*. Dissertação de mestrado da UNICAMP, 1998.
- _____. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e as práticas de controle político e social, Revista Topoi, Vol.12, nº 23, julho-dezembro 2011, p. 161-178.
- _____. Clevelândia, Oiapoque: cartografias e heterotopias na década de 1920. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 3, p. 501-524, set.-dez. 2011.
- SAFÓN, Ramón. *O Racionalismo Combatente, Francisco Ferrer y Guardia*. Editora Imaginário, São Paulo, 2003.

SAHLINS, Marshall. *História e Cultura, apologias à Tucídides*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006

SANTOS, Luciana E. *A trajetória anarquista do educador João Penteado: leituras sobre educação, cultura e sociedade*, dissertação de mestrado USP, 2009.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia. Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*, Editora Achiamé e Editora Imaginário, 2002.

_____. *Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil*. In: COLOMBO, Eduardo (org.) *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo, Editora Imaginário, 2002.

_____. *Um lugar na Barricada: Neno Vasco e os grupos anarquistas no Brasil e Portugal*. Encontros (Rio de Janeiro), v. 13, p. 10-19, 2009a.

_____. *Minha Pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*, Editora Letra Livre, Lisboa, 2009b.

_____. *Clevelândia - anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*, São Paulo, Editora Imaginário, 2002.

SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo*, dissertação de mestrado, Unicamp, 2005.

_____. *Anarquismo, ciência e educação: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista (1890-1920)*. Tese de doutorado USP, 2013.

SCHMIDT, Benito Bisso. *As biografias na historiografia do movimento operário brasileiro*. Revista Anos 90, Porto Alegre, n.8, dezembro de 1997.

SCHMIDT, Benito Bisso. *O gênero biografia no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação*. Revista Anos 90, Porto Alegre, n.6, dezembro de 1996.

SKODA, Adriano Gonçalves. *Kropotkin (1842 – 1921): Histórias Fantásticas de um geógrafo Anarquista*. TGI, USP, 2013.

Edilene Toledo. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

THOMPSON, Eward P. *A formação da classe operária inglesa*, Vol.1, editora Paz e Terra, São Paulo, 2006.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Antonio L.

Negro e ;Sergio Silva (org.), Editora Unicamp, Campinas-SP, 2001.

VÁRIOS AUTORES, *História do Movimento Operário Revolucionário*, São Paulo, Editora Imaginário, 2004.

VALVERDE, Antônio Romero. *Pedagogia libertária e autodidatismo*. Tese de doutorado da UNICAMP, 1996.

VALLADARES, Eduardo. *Anarquismo e Anticlericalismo*. Editora Imaginário, São Paulo, 2000.

